

UNIVERSIDADE ABERTA



Colorismo: Impacto do Tom de Pele na Vida de Pessoas de Origem Africana
em Lisboa

Cintia Joana Salé dos Santos

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Relações Interculturais

Orientação de:

Professoras Doutoradas Olga Magano e Bárbara Bäckström

Novembro de 2023

Condições de Utilização do Trabalho por Terceiros



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

Agradecimentos

Agradeço muito a Deus por tudo o que me tem proporcionado.

Agradeço às professoras orientadoras por todo o apoio e compreensão, por me terem sempre amparado e encorajado a concluir este trabalho.

Agradeço às(aos) participantes por toda a disponibilidade e colaboração.

Agradeço à minha família, ao meu marido, ao meu filho, aos meus pais e irmãos por sempre acreditarem em mim.

Agradeço também a todas as pessoas amigas que me deram força e motivação para não desistir.

Declaração de Integridade



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

STATEMENT OF INTEGRITY

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação/tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

I hereby declare having conducted my thesis with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of falsification of results in the process of the thesis elaboration.

I further declare that I have fully acknowledged Disciplinary Regulations of the Universidade Aberta (regulation published in the official journal Diário da República, 2.ª série, N.º 215, de 6 de novembro de 2013).

Universidade Aberta, 01 de julho de 2023

Nome completo/Full name: Cintia Joana Salé dos Santos

Assinatura/Signature:

Cintia Joana Salé dos Santos

manuscrita ou digital / handwritten or digital

Resumo

O termo “colorismo” é aplicado em casos de preconceito e discriminação com base no tom de pele. Trata-se de um tema amplamente estudado em países como o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA). Em Portugal, tendo em conta o aumento da perceção do fenómeno do colorismo, apenas mais recentemente o termo passou a ser utilizado.

Não obstante o colorismo se verificar em diferentes grupos socioculturais, este estudo, sobre o colorismo na sociedade portuguesa, almeja evidenciar o impacto do tom de pele na vida de pessoas de origem africana, em específico, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) pela sua ligação histórica com Portugal que inclui o imperialismo e o colonialismo.

A pesquisa orienta-se por um paradigma de investigação qualitativa com recurso a entrevistas semiestruturadas por estas possibilitarem a recolha de informação subjetiva, portanto, rica e profunda. Foram entrevistadas nove pessoas selecionadas através de contactos formais e informais, com idades entre os 18 e os 42 anos e residentes em Lisboa.

Os resultados da investigação demonstram que o tom de pele é relevante e que o colorismo tem implicações como, por exemplo, a restrição do acesso às oportunidades de emprego ou de educação. O tratamento é diferente no quotidiano, favorecendo pessoas com tons de pele mais claros, ou seja, mais próximos do *branco* tal qual numa escala gradativa de cores. O colorismo expressa claramente o preconceito com pessoas de tons de pele mais escuros, especialmente mulheres, a quem são atribuídos traços como insipiência, agressividade e fealdade.

Palavras-chave: cor de pele, racismo, beleza, tom de pele, colorismo.

Abstract

The term “colorism” is linked to prejudice and discrimination cases based on skin tone. The matter of colorism is widely studied in countries such as Brazil and the United States of America. In Portugal, considering the increased perception of the colorism phenomenon, only more recently the term is being used.

Despite colorism also occurs in many sociocultural groups, this study aims to demonstrate the skin tone’s impact on the lives of people of African origin, specifically, from Portuguese-speaking African Countries for its historical connection with Portugal which includes imperialism and colonialism.

The investigation is guided by a qualitative research paradigm, with semi-structured interviews as those allow the collection of subjective information, therefore, rich and profound. Nine participants, aged between 18 and 42 years and residing in Lisbon were selected through formal and informal contacts.

The research results proves that skin tone is relevant and that colorism has implications as, for example, the accessing employment/education opportunities restriction. The treatment is different favoring people with lighter skin tones, closer to white as in a gradual color scale. Colorism clearly expresses prejudice towards people with darker skin tones specially women to whom traits such as insipidity, aggressiveness and ugliness are attributed.

Keywords: skin color, racism, beauty, skin tone, colorism.

Índice

Introdução.....	1
Parte I – Enquadramento Teórico.....	3
Capítulo I – Portugal e Cultura	4
1.1. Identidades Portuguesas	4
1.2. Lisboa e Multiculturalidade	8
Capítulo II – As Origens do Preconceito.....	10
2.1. O Início das Conceptualizações da Cor da Pele	10
2.2. O Lusotropicalismo	12
2.3. Expressões da Estereotipação na Arte e Literatura	14
2.4. O Processo de Descolonização e as Vagas de Imigração	17
Capítulo III – Teorias Étnico-raciais	21
3.1. Raça, Etnia e Grupo Sociocultural	21
3.2. Racismo e Racismo Reverso	23
Capítulo IV – O Colorismo	26
4.1. O Fenómeno do Colorismo.....	26
4.2. A Beleza e os Media – Negritude e Branquitude	27
4.3. Cores de Pele: Adequação dos Termos	31
Parte II – Opções Metodológicas.....	35
Capítulo V – Metodologia	36
5.1. Mapa Conceptual	36
5.2. Perguntas de Investigação, Objetivos e Objeto de Estudo	39
5.3. Métodos de Recolha de Informação	41
5.4. Métodos de Análise de Informação	44
5.5. Pressupostos Éticos	46
Parte III – Apresentação, Interpretação e Discussão dos Resultados	48
Capítulo VI – Caracterização Sociodemográfica das(os) Participantes no Estudo	49

Capítulo VII – Apresentação dos Resultados	55
7.1. Situações e Motivos da Discriminação	55
7.2. Significado e Importância da Cor e do Tom da pele.....	63
7.3. Situações de Prejuízo e Atitudes de Resposta.....	73
7.4. Noções sobre o Colorismo.....	76
Capítulo VIII – Interpretação e Discussão dos Resultados	82
Conclusão.....	88
Bibliografia	90
Anexo I – Declaração de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido.....	100
Anexo II – Guião de Entrevista.....	102

Índice de Gráficos/Quadros/Tabelas

Tabela: 5.1.: Questões da Entrevista	43
Tabela: 5.2.: Categorias dos Dados.....	45
Tabela: 6.1.: Caracterização Sociodemográfica	50

Índice de Figuras

Figura: 5.1.: Mapa Conceptual.....	38
------------------------------------	----

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

AVAC - Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado

EUA – Estados Unidos da América

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Introdução

A presente dissertação incide sobre o tema do colorismo e é apresentada no âmbito do curso de mestrado em Relações Interculturais da Universidade Aberta. Acredita-se que o termo “colorismo” – empregue para definir a discriminação¹ baseada no tom de pele entre pessoas do mesmo grupo sociocultural – tenha surgido nos EUA em 1964, sendo popularizado pela escritora americana Alice Walker em 1982 (Merriam-Webster, 2020, s. p.; Norwood, 2015, p. 586).

O conceito de colorismo compreende um tratamento diferente entre indivíduos conforme o seu tom de pele mais claro ou mais escuro, tratando-se de uma categorização *extragrupal* e *intragrupal* (Jones, 2000, pp. 1497 e 1498). A menção ao tom de pele no contexto do colorismo no lugar de cor de pele, deve-se ao facto de que esta última faz alusão a uma característica comum a determinado grupo e que vai apresentando uma graduação natural por motivos biológicos ou decorrente de mestiçagens² – os tons de pele.

A opção por investigar este tema teve por base os critérios da “familiaridade” e da “afetividade” (Carmo & Ferreira, 2015, pp. 34-35; Eco, 2007, p. 29). A questão do colorismo faz parte de experiências pessoais que têm a ver com a residência em Moçambique e Portugal, com a constatação de desigualdades e hierarquias sociais tendo por base o tom de pele, e com o questionamento incessante sobre a origem deste fenómeno e os seus reais efeitos.

Através do estudo de Pussetti & Pires (2020) verificou-se que o colorismo, discutido ainda com algumas reservas pela sensibilidade que desperta nas pessoas, tem influência em diversas situações relacionadas ao seu quotidiano como, a título de exemplo, o acesso ao emprego (Pussetti & Pires, 2020, p. 4). Assim sendo, investigar o colorismo teve como finalidade principal perceber qual o real impacto do tom de pele na vida de pessoas de origem africana dos PALOP, na sociedade portuguesa.

1 Segundo Marques (1995, p. 52) “a discriminação implica um tratamento diferenciado que sistematicamente o inferioriza [“o grupo racizado”]”.

2 A pessoa mestiça ou *mulata* é “produto de uma mistura inter-racial” (Castelo, 1998, p. 121). O termo “mestiço” é de origem latina (*miscere/misturar*), “aparentemente neutro, mas que com o passar do tempo se tornou pejorativo” (Bethencourt, 2015, p. 225).

Deste modo e tendo em conta que “o mundo não é auto-explicativo” segundo Beaud & Weber (2007, p. 33), a prossecução do estudo foi importante posto que pôde contribuir para a apresentação de dados e informação capazes de colocar o tema em debate refletindo-se sobre os tons de pele enquanto condicionante na vida dos envolvidos, atualmente, em Portugal.

O documento divide-se em três partes: parte I – Enquadramento Teórico; parte II – Opções Metodológicas; e parte III – Apresentação, Interpretação e Discussão dos Resultados. Na primeira parte procurou-se fazer um enquadramento teórico do tema em estudo – o colorismo – englobando conhecimento sobre o seu significado, origem, conceitos e subtemas envolventes, e ainda sobre estudos realizados de maneira a ser possível a elaboração do estado da arte e a conceção de uma teoria social de investigação. A segunda parte inclui as opções metodológicas que levaram à implementação do trabalho de campo que, por sua vez, foi condicionado pelas circunstâncias da pandemia da COVID-19. Na terceira e última parte, são apresentados, interpretados e discutidos os resultados dos dados coletados.

Parte I – Enquadramento Teórico

Capítulo I – Portugal e Cultura

1.1. Identidades Portuguesas

“Em primeiro lugar, a cultura portuguesa não se esgota na cultura dos portugueses e, vice-versa, a cultura dos portugueses não se esgota na cultura portuguesa. Em segundo lugar, as aberturas específicas da cultura portuguesa são, por um lado, a Europa e, por outro, o Brasil e, até certo ponto, a África. Em terceiro lugar, a cultura portuguesa é a cultura de um país que ocupa uma posição semiperiférica no sistema mundial” (Santos, 1993, p. 44).

O conceito de “cultura” em si, é complexo. No século XVIII falava-se em cultura já não ligada apenas ao cultivo do campo e de animais, mas em “cultura das artes”, “cultura das letras”, “cultura das ciências”, adquirindo assim o termo o seu “sentido moderno” (Cuche, 1999, p. 19). Deste modo, os seres humanos separaram afincadamente a natureza da cultura, passando a distinguir-se de outros animais enquanto seres culturais. Cultura passa a significar “modos de vida e pensamento”, uma noção bem aceite no presente (Cuche, 1999, p. 11). O conceito de cultura “remete essencialmente para uma linguagem comum a um determinado grupo, baseada numa origem geográfica, partilha de uma história, crenças religiosas e valores morais” (Pereira, 2019, p. 346).

Contudo, persiste a dificuldade em definir e delimitar identidades culturais pelo “seu carácter multidimensional e dinâmico” (Cuche, 1999, p. 196). De acordo com Santos (1993, p. 32) “o primeiro nome moderno da identidade é a subjetividade”. A identidade existe na alteridade, precisamente nas diferenças reconhecidas entre indivíduos. A “diferença faz par com identidade” (Fischer & Marques, 2001, s. p.).

Na atualidade, o “enorme fluxo de coisas e pessoas” através da diminuição de barreiras geográficas e propulsionado pela Internet – globalização – também gera “dificuldade em definir cultura no mundo de hoje” pela “continuada desterritorialização das identidades culturais” (Appadurai, 2004, cit. por Arruda, 2006, p. 335). As culturas não estão mais “confinadas a um espaço físico e geográfico delimitado” (Appadurai, 2004, cit. por Arruda, 2006, p. 335).

Este hibridismo cultural e identitário, muito característico das sociedades atuais o qual torna difícil a delimitação de culturas, é algo que, “inevitável e previsivelmente, faz parte absolutamente integrante de todas as formações culturais no seu normal trajeto desde que surgem e à medida que vão evoluindo e mudando ao longo do espaço e do tempo” (Fróis, 2004, p. 4; Friedman, 2001, p. 12). O hibridismo cultural e identitário é “uma força criativa capaz de abalar, desnaturalizar e até mesmo derrubar as formações culturais hegemónicas” (Friedman, 2001, p. 12). E vem “igualmente provocar fissuras nas conceções de espaço/território e de tempo/história/tradição (...)” (Pereira, 2019, p. 356).

As misturas, fusões e mestiçagens de forma geral “não são apenas fenómenos extremamente variados, são também incrivelmente complexos” (Gruzinski, 2001, p. 307). Atualmente, com menos frequência, a identidade cultural de um indivíduo ou grupo é associada a características biológicas ou territoriais, ou seja, é dada maior ênfase “à socialização do indivíduo no interior de seu grupo cultural” (Appadurai, 2004, cit. por Arruda, 2006, p. 335). Será, sobretudo, uma união entre diferentes elementos: “a origem comum (a hereditariedade, a genealogia), a língua, a cultura, a religião, a psicologia coletiva (a “personalidade básica”), o vínculo com um território, etc.” (Cucho, 1999, pp. 179-181). Como afirma Santos (1993, p. 31), “as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis”.

A história de Portugal conta com inúmeros acontecimentos que contribuíram para o contacto entre pessoas de diferentes origens culturais e geográficas, entre os quais os conflitos com Espanha nos séculos XII e XIV, as batalhas no norte de África dos séculos XV e XVI, o período de exploração marítima, imperialismo e colonialismo (entre o século XV e XX) e ainda vários outros tipos de relação e trocas estabelecidos, promovendo a miscigenação e o sincretismo culturais bem como a mestiçagem biológica (Almeida, 2006, pp. 1-3; Abib, 2011, p. 3; Moreira, 2006, p. 5). Contudo, sobre as colonizações africana e americana e a sua relação com a identidade cultural portuguesa:

“Não devemos exagerar a coerência entre as construções ideológicas do outro da identidade moderna europeia e as práticas concretas da colonização das Américas e da África. Nem umas nem outras tiveram desenvolvimentos lineares e nem estes foram necessariamente sincronizados, ainda que a pretensa sincronia fosse ela própria objeto de construção ideológica

conseguida no seu melhor por via da linguagem metafórica (...)” (Santos, 1993, p. 35).

Portugal é um país que acolhe diferentes culturas assim como também sempre exportou elementos culturais ao longo da sua história e, mais recentemente, através da emigração com destaque para a da década de 1970 (Horta, 2011, p. 233). Todavia, Portugal, é também um país de imigração contando com um grande fluxo de entrada de migrantes nos finais dos anos 1970, sobretudo pessoas de países africanos com incidência dos PALOP, pois estes encontravam-se no rescaldo dos processos de independência nacional em relação aos seus colonizadores (Gésero, 2014, p. 35). Mais tarde, na década de 1990, chegam imigrantes do Brasil. Santos (1993, p. 47) refere que:

“Há pois que, por outras vias, tentar definir o estatuto identitário da cultura portuguesa e analisar que ponto de contato existe entre ele e as identidades culturais dos povos brasileiro e africanos, que para bem e para mal conviveram com esta cultura durante séculos. A minha hipótese de trabalho é que a cultura portuguesa não tem conteúdo” (Santos, 1993, p. 47).

Toda esta conjuntura torna a cultura portuguesa rica em símbolos, elementos e bens culturais e caracterizada por um certo “ecletismo”. Existe “uma outra asserção para a caracterização expressiva da cultura portuguesa” afirmando-a como “uma cultura de paisagem marítima, designação que (...) melhor traça distintivamente a nossa identidade cultural [portuguesa]” quando se faz um percurso reflexivo sobre a literatura clássica portuguesa (Moreira, 2006, pp. 3-4). É, portanto, difícil apresentar de forma resumida a cultura portuguesa, sem se contextualizar e focar nos diversos componentes factuais e históricos que a compõem. Santos (1993, p. 50) afirma que:

“O contexto global do regresso das identidades, do multiculturalismo, da transnacionalização e da localização parece oferecer oportunidades únicas a uma forma cultural de fronteira precisamente porque esta se alimenta dos fluxos constantes que a atravessam. A leveza da zona fronteira torna-a muito sensível aos ventos. É uma porta de vai-e-vem, e como tal nunca está escancarada, nem nunca está fechada” (Santos, 1993, p. 50).

A cultura portuguesa é marcada pela idiosincrasia resultante de uma história abrangente de constante troca e negociação de elementos culturais nas suas línguas, gastronomia, modos de ser e estar, tradições, arte e política. A própria localização geográfica contribuiu

e contribui para a forma cultural portuguesa, tornando-a pertencente à Europa, mas com proximidade aos continentes africano e americano.

De acordo com o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo de 2022 de autoria do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), residem no país 781.915 pessoas estrangeiras de diferentes nacionalidades e titulares de autorização de residência (SEF, 2023, p. 8). É importante referir que o termo “nacionalidade”, por vezes, é confundido e utilizado para se referir a cultura, tal como diz Barros (2005, pp. 351). Para melhor clarificar esta ideia, o autor afirma ainda que:

“Há, por fim, os indivíduos que pertencem legalmente a uma nacionalidade, mas se sentem culturalmente como pertencentes a outra (duas essências que se contrariam no interior de um mesmo indivíduo). E há mesmo os apátridas, que foram privados legalmente de uma essência, o que não impede que ainda se sintam como pertencentes à nacionalidade que lhes foi negada” (Barros, 2005, p. 352).

A nacionalidade pode representar a pertença ou a qualidade daquele que é nacional e/ou natural de determinado país. Por exemplo: as pessoas que adquirem uma dupla nacionalidade podem identificar-se culturalmente com a sua cultura de origem ou vir a ter maior identificação com a cultura do país onde se naturalizaram (Barros, 2005, pp. 352). Distingue-se, desta forma, nacionalidade de cultura e identidade cultural pois estas últimas constroem-se e reconstroem-se “constantemente no interior das trocas sociais” (Cuche, 1999, p. 183). O termo “cultura” tornou-se estratégico para “a definição de identidades e alteridades num mundo contemporâneo” (Spivak, 1999 cit. por Santos, 2004, p. 5).

De qualquer forma, seguindo a informação do SEF, assume-se neste ponto que a nacionalidade é a condição do cidadão que possui um documento de identificação de uma determinada nação. Em Portugal, em termos de percentagem com referência ao número total anterior (781.915 pessoas estrangeiras titulares de autorização de residência), sobressaem as nacionalidades dos seguintes países: Brasil (30,7%), Reino Unido (5,8%), Cabo-Verde (4,7%), Índia (4,5%), Itália (4,4%), Angola (4,1%), França (3,5%), Ucrânia (3,3%), Nepal (3,0%), Guiné-Bissau (3,0%) e restantes países (33,1%) (SEF 2023, p. 9).

No ano de 2022, foram registados 74.506 pedidos de parecer de aquisição da nacionalidade portuguesa, procedendo-se à emissão de 63.129 pareceres positivos e 911 pareceres negativos, num total de 64.040 pareceres emitidos (SEF, 2023, p. 19).

1.2. Lisboa e Multiculturalidade

Lisboa, cidade capital de Portugal, é caracterizada pela crescente multiculturalidade que se deve, em boa parte, às migrações internacionais (Costa *et al.*, 2009, pp. 60, 91 e 105):

“Lisboa tem uma história riquíssima, patente no seu vasto património, tangível e intangível, e nos múltiplos e distintos traços identitários, espaços representacionais e experiências e vivências próprias de todos aqueles que vivem e usufruem a cidade. (...). Lisboa é, e sempre foi, heterogénea e multicultural, uma cidade relativamente aberta à tolerância e à integração. (...). A cidade de Lisboa e a área metropolitana por ela polarizada são a única região do país com uma dimensão, densidade e heterogeneidade de práticas (sociais, económicas e culturais (...))” (Costa *et al.*, 2009, p. 97).

A história da cidade de Lisboa contribuiu para que determinadas áreas geográficas ficassem para sempre marcadas pela forte presença de estrangeiros, sendo possível indicar, por nacionalidade, quais as zonas que têm maior representatividade de imigrantes de determinado país. A freguesia de Martim Moniz é conhecida pela sua multiculturalidade. Outras zonas de Lisboa, como Odivelas, Amadora, Loures e Sintra, também se caracterizam pela multiculturalidade e pela forte presença de pessoas estrangeiras. São zonas urbanas que foram crescendo com a chegada de imigrantes que foram ali se instalando.

O visível avanço tecnológico que caracteriza as sociedades contemporâneas, impulsiona a migração internacional através dos voos *low-cost* e da diminuição de barreiras geográficas e comunicacionais. Os fluxos migratórios são dinâmicos e alteram-se conforme o suceder dos acontecimentos sociais e naturais, implicando novos desafios no que respeita à integração, bem como novas significações sobre termos e variáveis envolvidos nestes processos de mobilidade humana. Portanto, “não se pode traçar um

quadro único das culturas dos imigrantes, pois elas existem somente no plural, na diversidade das situações e dos modos de relações interétnicas” (Cucho, 1999, p. 235).

Contudo, a referida multiculturalidade lisboeta não implica interculturalidade. O termo interculturalidade, tal como multiculturalidade, reconhece a existência de várias culturas, todavia sob uma perspectiva de maior inclusão, ao procurar garantir a sua convivência entre culturas. De acordo com Vieira (2011, p. 92), “na sociedade portuguesa parece existir um défice de conhecimentos da diversidade cultural e de diálogo intercultural”. Apenas nos anos 1990, começaram a surgir “os primeiros programas e estruturas institucionais dirigidos aos imigrantes” nos vários domínios como, por exemplo, no alojamento (Horta, 2011, s. p.).

A Constituição da República prevê a integração e proteção de estrangeiros. Outras medidas de integração de imigrantes estão elencadas em documentos oficiais como os “Planos Nacionais para a Integração de Imigrantes” e o “Plano Estratégico para as Migrações” bem como outros que orientam a integração a nível local, os PNIM – Planos Municipais para a Integração de Migrantes, promovidos pelos municípios (Constituição da República, 1976; ACM, s. d.). Os CNAIM (Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes), prestam apoio aos migrantes. O CNAIM de Lisboa presta os seus serviços através de várias instituições disponibilizando, desta forma, um conjunto de opções num mesmo espaço. Localmente, existem os CLAIM – Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (ACM, s. d.).

Capítulo II – As Origens do Preconceito

2.1. O Início das Conceptualizações da Cor da Pele

Durante o século XV, com a progressiva exploração marítima de outros continentes, a categorização e hierarquização de indivíduos tendo por base a sua cor da pele ganhou propulções descomunais servindo de justificação para o domínio e a colonização de territórios e do Outro. Este conjunto de acontecimentos deixou uma marca indelével porquanto “a dominação, a exploração, a escravidão são benefício dos opressores e nunca servem os interesses de qualquer povo, dos oprimidos” (Stephan, 1975, p. 75).

Os europeus construíram diferentes teorias para que fosse possível perceber e conhecer o Outro, mas acima de tudo, fundamentar a sua superioridade. Assim, baseando-se também em argumentos religiosos, conceberam a cor de pele escura – característica física manifestamente diferente – enquanto símbolo de “morte e de pecado”, de “trevas” e “fealdade” devido à maior pigmentação que apresentava que tornava-a mais escura (Henriques, 2007, p. 19; Bethencourt, 2015, p. 74; Monteiro-Ferreira, 2015, p. 60).

A hostilidade assentou igualmente na “tríade” do cabelo, nariz e lábios, ou seja, no “conjunto de características físicas herdadas” – *raça* – além da ancestralidade (Henriques, 2007, pp. 21-22; Carvalho, 2014, p. 40; Bader, 2008, p. 84). A definição de fenótipo que diferenciava os indivíduos em termos somáticos era acompanhada de uma “descrição estereotipada de atitudes e comportamentos” (Bethencourt, 2015, pp. 241-242; Serra, 2014, p. 7).

À pessoa negra eram imputadas características como “preguiçoso” e “indolente”, completamente distintas das atribuídas à pessoa europeia como a “vocação para a descoberta” (Marques, 1995, pp. 41 e 42; Matos, 2006, p. 157). A estas características somaram-se ainda outras tais quais “o próprio espaço físico e as condições de habitabilidade, a língua, a cultura, a moral, a religião e o seu estatuto de escravos” culminando numa produção unificadora do “tipo físico” e da “mentalidade” com a presunção de que “as diferenças biológicas seriam absolutamente determinantes das

diferenças culturais” (Henriques, 2007, p. 39; Furtado, 2012, p. 123; Albuquerque, 2016, p. 136).

O “estatuto humano” do Outro (não-europeu) não era assumido na íntegra e a sua inferiorização ainda era baseada no hipotético avanço tecnológico assumindo-se, por fim, uma “superioridade natural” (*racial*) dos europeus o que precipitou a conquista colonial em relação aos africanos” (Bethencourt, 2015, p. 129). O contacto dos europeus com outras civilizações mais próximas da natureza, “anatomicamente e tecnologicamente” distintas fez com que os primeiros acreditassem que as várias diferenças “se deviam a caracteres biológicos e psicológicos inatos, e não a circunstâncias geográficas e históricas particulares de cada agrupamento humano” (Albuquerque, 2016, p. 135; Jesus, 2014, p. 31).

Do mesmo modo, o desembarque dos primeiros africanos escravizados em Portugal “impôs uma revisão do sistema classificatório” no qual os *brancos* foram colocados à frente dos “quase brancos” seguindo-se, por esta ordem, os *pardos* e os *negros* sendo que a categoria “inédita” dos *pardos* surgiu através da “zoomorfização” ou “animalização” de seres humanos (Henriques, 2007, pp. 32 e 34; Bethencourt, 2015, pp. 224-225). Este preconceito – o *racial* – ocorre “quando determinados indivíduos ou grupos geram e reproduzem visões, crenças ou opiniões, baseadas em estereótipos e generalizações abusivas relativamente a outros indivíduos ou grupos racialmente identificados”; trata-se da combinação da postura do indivíduo e da capacidade deste em “reproduzir os preconceitos instituídos socialmente” (Marques, 1995, pp. 49-51).

O desenvolvimento da “ideia da supremacia branca” propiciado pela exploração marítima foi, posteriormente, fortalecido “durante o processo de intensificação da mistura racial” (Bethencourt, 2015, pp. 97 e 285). O termo *pardo* era utilizado para distinguir, pela cor, o *leopardo* de outros felinos, em virtude deste animal possuir uma cor intermédia entre escuro e claro: “amarelado”, “acastanhado”, “acinzentado” (Cardeira, 2016, p. 78). As imensas “metáforas animais eram usadas para rebaixar os descendentes das ligações interétnicas” (Bethencourt, 2015, p. 224). Com efeito, os descendentes mestiços

encontravam-se numa espécie de lugar, como num “limbo”, entre os patamares das hierarquias da sociedade, todavia mais próximos das pessoas negras.

2.2. O Lusotropicalismo

O abolicionismo ocorreu nos séculos XVIII em Portugal e XIX nos territórios colonizados embora tenham persistido “práticas escravagistas nas colónias”, portanto, ainda que tenha sido um acontecimento marcante, este não significou “o fim da servidão” (Varela & Pereira, 2020, pp. 6 e 23; Albuquerque, 2016, p. 131).

No século XX, o Estado Novo (1933) reforçou a sua “missão civilizadora (...) para legitimar a colonização” e a sequência da manutenção de territórios extracontinentais africanos subordinados a Portugal – os atuais PALOP – porém, um paradoxo profundo existe na forma de proceder assente na ideologia do colonialismo português (Henriques, 2007, pp. 205, 208 e 217; Granjo, 2014, p. 119-120). Se, por um lado, se assegurava que as pessoas de pele negra eram antropófagas e “incivilizáveis” ao mesmo tempo que os *pardos* eram ostracizados (o “papel político” do mestiço não ultrapassava “o âmbito da vida local” segundo Mendes Corrêa (1940) cit. por Rosário *et al.* (2011, p. 47), por outro lado defendia-se a sua salvação pela assimilação (Castelo, 1998, pp. 114 e 122; Bethencourt, 2015, p. 225).

A teoria do lusotropicalismo atesta ainda mais o paradoxo da política colonial do Estado Novo (Araújo, 2008, pp. 41-44; Castelo, 1998, p. 36). Introduzido por Gilberto Freyre nos anos 1930, o conceito de lusotropicalismo “valorizava a capacidade de relacionamento dos portugueses com os povos dos trópicos, interpenetrando-se mutuamente do ponto de vista cultural e biológico (...)” (Vala *et al.*, 2015, p. 162).

A noção do lusotropicalismo validava a crença da natural proximidade e aptidão dos portugueses em conviver com as pessoas dos trópicos, apanágio da própria latinidade e historial de mestiçagens: “os nativos da Península Ibérica se adaptariam melhor aos ambientes tropicais devido à assimilação das experiências históricas árabe e norte-africana” (Bethencourt, 2015, p. 219). No entanto, esta crença não tinha em conta os

processos conflituosos e segregacionistas que resultaram desses contactos e dominações como a conversão em massa de muçulmanos em católicos e a proibição do uso da língua árabe, ou seja, não considerava os variados processos hostis e bélicos de dominação e conquista (Bethencourt, 2015, pp. 188 e 219).

Ainda durante o Estado Novo, na década de 1950, os portugueses eram incentivados a emigrar para África, sobretudo para Angola com o objetivo intrínseco de ““branquizar” as colónias”, sendo comumente portugueses “iletrados e pobres” a quem lhes era dada a oportunidade de singrarem naqueles territórios onde seriam, certamente, superiores aos nativos e possibilitariam a purificação da “raça negra” – eugenia (Henriques, 2007, pp. 219-220; Marques, 1995, p. 45). Na realidade, “qualquer colonialista, ainda que analfabeto, estava sempre em vantagem em relação a qualquer negro, fosse qual fosse a instrução deste” (Stephan, 1975, p. 33). Independentemente das hierarquias criadas pelos brancos, os negros ocupavam sempre os lugares mais baixos e menos privilegiados e a igualdade de direitos era “uma simples utopia” (Cabecinhas, 2010, pp. 12-13).

As pessoas de origem africana eram vistas “essencialmente como uma força de trabalho” e “uma fonte de divertimento e entretenimento para o Homem Branco (especialmente as *mulatas...*)”; elas próprias se reviam nesse estatuto/condição – autoimagem (Cabecinhas, 2010, pp. 12-13; Sousa, 2015 cit. por Albuquerque, 2016, p. 131). O trabalho servil manteve-se até 1962 em Moçambique e noutros territórios, altura em que se estabeleceu formalmente o trabalho livre, “mas livre *sui generis*” (Stephan, 1975, p. 34). A diferença de direitos salariais era justificada:

“Sob o pretexto de o negro não necessitar do dinheiro para nada, porquanto não precisa de cama porque uma esteira lhe basta; não precisa de boa roupa porque pode vestir-se de qualquer maneira ou usar “*diveka*” – tanga –; não precisa de casa porque uma cabana coberta de capim lhe é suficiente; não precisa de boa comida porque contenta-se com a mandioca; não precisa de ter um carro porque o preto pode percorrer a pé centenas de quilómetros e não se cansa como o branco” (Stephan, 1975, p. 32).

Tendo uma pessoa negra direito ao mesmo salário que uma pessoa branca, ninguém a empregaria ainda que fosse excelente profissional (Pereira, 2006, p. 7). Também a diferenciação das pessoas entre “civilizados ou assimilados e não civilizados” era comum

no regime político do Estado Novo (Sousa Jr., 2013, p. 11). Eram considerados “civilizados” os que se aproximavam dos costumes portugueses, como se verifica no seguinte enunciado sobre trabalhos etnológicos realizados sob perspectiva eurocêntrica:

“Os habitantes dos grandes centros urbanos colhem os seus conhecimentos através do contacto que, pelas circunstâncias, mantêm nas relações com os serviçais. Estes, destribalizados, perderam há muito tempo a pureza da tribo de que se afastaram e, por mimetismo, aproximam-se dos hábitos dos civilizados. Por semelhante processo acontece o mesmo às povoações indígenas que se localizam perto dos centros urbanos brancos. O fenómeno é compreensível” (Burguete, 1961, p. 180).

2.3. Expressões da Estereotipação na Arte e Literatura

No final do século XX e principio de século XXI, os *media* contribuíram também para a discriminação através da disseminação de informação tendenciosa como, a propósito, através da publicidade de sabonetes com o poder milagroso de “transformar um preto num branco”, assim como outras formas de inferiorizar o Outro sucederam por meio da vulgarização de “anedotas, caricaturas, contos infantis e juvenis, histórias mais ou menos grotescas e monstruosas, ideias absurdas como a da antropofagia e a da inadequação aos valores da civilização” (Henriques, 2007, pp. 211, 233-234; Matos, 2006, p. 110; Granjo, 2014, p. 121).

Através de esculturas, pinturas e outras formas de arte, as pessoas negras eram usadas “para representar sentimentos básicos, emoções incontroláveis e subordinação ao domínio político”, infantilização, embora houvesse uma minoria que os representava condignamente (Bethencourt, 2015, pp. 136-138 e 225; Skolau, 2016, pp. 209-211). A título de exemplo, um conto baseado numa lenda angolana, conta a história de uma mulher negra e do seu filho mestiço, demonstrando a determinação na divulgação de imagens estereotipadas na década de 1960 (Duarte, 1961, p. 60). Eis um trecho do conto:

“E parecia desfazer em lágrimas aquela mulher negra a quem a dor e o medo transfiguravam o rosto, a expressão e a palavra. Uma transformação súbita operava-se no seu ser: certo ar selvagem e autómato havia dado lugar a uma expressão estranha e até a uma maneira de falar bem diferente da que era habitual na sua raça. (...) Talvez por isso mesmo o filho, herdado sangue

diferente – o sangue branco do pai – tivesse ousado contrariar os fados” (Teixeira, 1961, p. 60).

O Estado Novo, através de exposições procurava afirmar o colonialismo assim como passar a mensagem de “elevação dos povos colonizados e, portanto, o cumprimento de uma missão humanitária”, naturalizando o racismo (Matos, 2006, p. 167; Piçarra, 2018, p. 175). Simultaneamente, “permitia-se ao público deparar-se com os primórdios da humanidade através de tribos selvagens e seminuas, com estranhos e primitivos costumes” (Skolaude, 2016, p. 133):

“Os indígenas eram classificados e expostos como se estivessem numa escala evolutiva, da selvageria à civilização, ao passo que esta interpretação era muitas vezes associada numa escala construída pelo fenótipo. Em outras palavras, estas diferenças eram demarcadas dentro de uma lógica que ia do menos ao mais negro da África e passava pelos amarelos ou quase brancos da Ásia” (Skolaude, 2016, p. 133).

Exemplo relevante desta realidade é a “Exposição do Mundo Português” em 1940, altura em que este tipo de estratégias entrava em declínio noutros países europeus (Martins *et al.*, 2012, p. 271). As exposições davam a entender que a história dos povos colonizados começara, deveras, a partir dos contactos com os portugueses, com a ideia de progresso e raça (cor de pele, sobretudo) na sua base (Matos, 2006, p. 239).

Outro testemunho da estereotipação estratégica está presente num artigo que coloca em destaque o espanto perante o surgimento do estilo musical Jazz. A estupefação pela qualidade do estilo musical Jazz criado e produzido por negros baseou-se no facto de que o afroamericano que, “no século XVII foi arrancado à costa africana”, não é o mesmo, mas “outro homem que sofreu toda uma evolução, que possui outra cultura, outra ambiência, outra mentalidade – e outra música...” (Calado, 1961, p. 155). Portanto, acima de tudo, o Jazz representava uma negritude “evoluída”, “particular – *americana*” (Calado, 1961, p. 155).

A representação de Ngungunhane, imperador nguni moçambicano (até finais do século XIX), cognominado “Leão de Gaza”, é um exemplo manifesto de como as imagens foram desvirtuadas no sentido de marcar negativamente as características das pessoas africanas que eram tão enfatizadas pelo coletivo português sempre com o objetivo central de

fundamentar a intervenção civilizadora e o domínio sobre o Outro (Matos, 2006, p. 86-87, 118 e 205; Henriques, 2019, p. 28).

Também a religião tinha um papel central na forma como as pessoas negras eram representadas uma vez que ajudou a estabelecer a inferiorização, como referido anteriormente. As ações missionárias nos países africanos visavam levar-lhes “luz” como, oportunamente, se verifica na capa de um livro cuja imagem retrata raios de luz à frente de uma mão branca e de uma cruz de madeira, ligando Portugal a Moçambique (Pinheiro, 1992, s. p.). Nesta imagem, a área geográfica de Moçambique está pintada a preto com a figura de um jovem negro por cima olhando, aceitando ou recebendo a “luz” (Pinheiro, 1992, s. p.). Fanon (2008, p. 44) apresenta o legado religioso de asserções profundamente racistas que serviram de base para a imposição do colonialismo. O autor afirma que:

“Seria fácil demonstrar o absurdo de proposições tais como: «De acordo com as Sagradas Escrituras, a separação das raças brancas e negras se prolongará no céu como na terra, e os nativos acolhidos no Reino dos Céus serão encaminhados separadamente para certas casas do Pai, mencionadas no Novo Testamento”. Ou ainda: “Somos o povo eleito, observe a tonalidade das nossas peles, outros são negros ou amarelos por causa dos seus pecados»” (Fanon, 2008, p. 44).

Em fotografias e imagens, também configuravam a alcoolização e a nudez das pessoas negras, revelando o seu primitivismo, exotismo, a lascívia das mulheres mestiças, o despudor e a falta de decoro sob a visão da religião (Duarte, 1961, p. VI; Martins *et al.*, 2012, p. 271; Henriques, 2019b, p. 52; Araújo, 2008, pp. 37-38).

Segundo Fanon (1952, pp. 134-135), cria-se a conceção de que “o negro, ao contrário, está limitado ao genital; ou pelo menos assim o limitaram (dois domínios: o intelectual e o sexual). (...). O negro simboliza o biológico. Antes de mais, com eles, a puberdade começa aos nove anos, têm filhos aos dez; são quentes, têm sangue forte; são robustos.”

As imagens da missão portuguesa eram difundidas sem a representação das sequelas e perversidades procedentes do colonialismo. Esta omissão ocorria no sentido de evitar a autodeterminação dos oprimidos e preservar a imagem de “bom cuidador” dos colonos:

“A defesa de uma boa imagem do «império» e da política colonial levou a proibir filmes: que incluíssem maus tratos a indivíduos de origem africana; (...) retratassem os movimentos de luta pela ascensão dos negros nos EUA (...); [entre outros]” (Matos, 2006, p. 95).

Contudo, a discrepância entre a “aptidão dos portugueses para o convívio interracial” (lusotropicalismo) e “a crua realidade da discriminação racial” era testemunhada por muitos como o caso de Jorge Dias, antropólogo que colaborou na recolha sistemática de elementos etnográficos em África com destaque para o norte de Moçambique no estudo do povo Maconde (Pereira, 2006, p. 4; Jornal Público, 1992, p. 139).

Por seu turno, imagens de divulgação de produtos ou serviços dirigidos às populações brancas incluíam alegria, felicidade e suavidade nas expressões faciais, principalmente quando nas imagens havia a presença de crianças ou mulheres brancas (Duarte, 1961, pp. VI e 93, 151).

A estereotipação no mundo das artes e literatura assentava, portanto, em dois eixos principais: a repetição de imagens preconceituosas e o lógico enaltecimento da responsabilidade nata dos europeus no seu dever de salvação de outros povos “menos desenvolvidos” ou “não civilizados” sob a sua perspetiva.

2.4. O Processo de Descolonização e as Vagas de Imigração

À violência do colonialismo, os indivíduos colonizados procuraram ripostar através da “criação de movimentos de libertação” com a grande finalidade de conseguir a independência dos seus países, dando “início à guerra colonial/luta de libertação nacional” (Henriques, 2019, p. 35). O que distinguia o inimigo durante a guerra colonial, era a cor de pele, segundo Stephan (1975, p. 50).

O processo de descolonização foi acompanhado pelos movimentos de libertação, quer nos países africanos quer em Portugal, em conjunto com a pressão internacional exercida sobre o governo do Estado Novo nesse sentido, tendo em conta que outros países da Europa haviam tornado independentes os seus territórios extracontinentais nos anos

1960 (Varela & Pereira, 2020, pp. 7-8; Meneses & Gomes, 2013, p. 80; Matos, 2012, p. 153; Sousa Jr., 2013, p. 26).

Os vários movimentos nacionalistas foram criados “maioritariamente, em torno da ideologia do Pan-africanismo” (Sousa Jr., 2013, p. 26). O “principal teórico e impulsionador” do pan-africanismo foi William Edward Burghardt Du Bois (1868 - 1963), ativista, sociólogo e professor americano, e também Marcus Garve (Varela & Pereira, 2020, p. 11; Benot, 1981 cit. por Sousa Jr., 2013, p. 15; NCAAP, 2021, s. p.).

Du Bois produziu diferentes obras sobre o continente africano e o colonialismo, tendo organizado congressos pan-africanos pelo mundo nos anos de 1910, 1921, 1923, 1927 e 1945 com o objetivo de reunir intelectuais de África, das “Índias Ocidentais” e dos EUA para o debate sobre a diminuição da pressão do colonialismo muitas vezes culminando em resultados pouco visíveis que não passavam da teoria à prática (NCAAP, 2021, s. p.).

O III Congresso Pan-Africano aconteceu também em Portugal em 1923, na cidade de Lisboa, numa sessão que reuniu Du Bois com nacionalistas dos países africanos dominados por Portugal entre os quais Luiz Alberto de Pinho, Manuel Herminio Paquete, José de Magalhães, Pascoal Pires dos Santos, Lourenço Pires Amado, Manuel Maria Ribeiro, Angelino Costa, Sebastião N. d'Alva Teixeira, Augusto de Magalhães, Tomé Agostinho das Neves, Manuel Afonso de Barros e Pascoal Betencourt (Fundação Mário Soares, 1923, s. p.).

O pan-africanismo do início do século XX estabeleceu uma ponte de ligação com os movimentos de libertação das colónias portuguesas liderados pelas elites nacionalistas na década de 1960 (Varela & Pereira, 2020, p. 4; Neves, 2009, p. 179). Os movimentos também se deram fora das elites e das áreas urbanas, acontecendo a nível local e rural assumindo variadas formas, igualmente com a manifestação de entidades religiosas nas quais os independentistas buscavam a sua autonomia (Santana, 2013, pp. 100-101 e 106).

Nessa conjuntura, e dada a Revolução de 25 de Abril de 1974 levada a cabo por militares através do Movimento das Forças Armadas em Portugal, o fim da ditadura do Estado Novo aconteceu assim como a instituição da democracia, o fim da guerra colonial e do colonialismo e a declaração da independência política e económica dos territórios

colonizados (Piçarra *et al.*, 2018, pp. 93-94). Na sequência dos acontecimentos anteriores, muitos portugueses regressaram à metrópole (Portugal), estimando-se em centenas de milhares de colonos a quem lhes foi atribuída a designação de “retornados” ficando a sua integração um verdadeiro desafio social e político devido o súbito e inesperado regresso deste contingente (mais de 500 mil pessoas) (Peralta, 2019, pp. 311 e 313; Meneses & Gomes, 2013, p. 60; Duarte, 2019, p. 519).

Também a presença de indivíduos oriundos dos PALOP se fez sentir em Portugal, após o “25 de Abril”, o que promoveu a revisão “de preconceitos e de estereótipos relativos às populações africanas ou portuguesas descendentes de africanos, instaladas em Portugal” (Henriques, 2019, pp. 3 e 41). Foram migrantes que por razões “familiares, profissionais, políticas”, foram impelidos a migrar (Machado, 2009, p. 137).

Desde então, o número de imigrantes dos PALOP em Portugal foi aumentando consideravelmente. De acordo com dados do SEF do ano de 2022, residem em Portugal um total de 124.752 pessoas estrangeiras provenientes do continente africano, das quais 110.108 oriundos dos PALOP (SEF, 2023, pp. 10 e 56-61). Todavia, mesmo existindo uma relação antiga com Portugal, as pessoas negras continuam a fazer parte dos quadros da desigualdade, exclusão e de discriminação inclusivamente os seus descendentes comumente identificados como “imigrantes de segunda geração” e mesmo de “terceira geração”, não possuidores de nacionalidade portuguesa, devido à política de nacionalidade baseada no *jus sanguini* (Varela & Pereira, 2020, pp. 6-5; Machado, 2009, pp. 38-40; Machado, 2009, p. 142; Marcon, 2012, pp. 99-100; Pires, 2009, pp. 92-93).

Apenas “após a confirmação da presença legalizada dos mesmos no país”, este podem obter a nacionalidade portuguesa, processo este que pode levar longos anos (Marcon, 2012, pp. 99-100). É uma realidade que “filhos de imigrantes cabo-verdianos ou angolanos nascidos em Portugal, com ou sem nacionalidade portuguesa, que tentam subir na escala social” enfrentam “múltiplas resistências” (Albuquerque, 2005, s. p.).

Em Portugal, o preconceito contra as pessoas negras não está fixado nem esquecido no passado mesmo com o fim do colonialismo político, mas presente no imaginário coletivo da sociedade portuguesa (Santos *et al.*, 2004, s. p.; Rosário *et al.*, 2011, p. 52):

“O preconceito racial não desapareceu junto com a decadência do colonialismo europeu - tal como o fundamentalismo religioso não se extinguiu com o fim da inquisição e tampouco o antissemitismo findou com a derrocada do nazismo” (Jesus, 2014, p. 33).

Capítulo III – Teorias Étnico-raciais

3.1. Raça, Etnia e Grupo Sociocultural

O tema do colorismo inclui a abordagem a conceitos relacionados à caracterização e diferenciação dos indivíduos. À vista disso, é importante definir e contextualizar os conceitos, as expressões e os termos utilizados como a “raça” e a etnia. Relativamente à expressão “grupo sociocultural”, verifica-se que esta é a mais adequada, presentemente, para a identificação de um conjunto de pessoas com características semelhantes.

O “determinismo biológico dos comportamentos humanos” ajudou a definir o conceito de raça (e os seus corolários) como um ponto fundamental de compreensão de factos sociais e históricos (Marques, 2001, p. 107). O desenvolvimento do racismo científico foi influenciado por diversos acontecimentos marcantes dos séculos XVII e XIX como os “novos desafios à desigualdade social na Europa, desigualdade racial nos Estados Unidos e domínio imperial europeu na Ásia” (Bethencourt, 2015, pp. 364-369). As teorias raciais (racismo) não apresentavam coerência entre si e “estavam ligadas a noções científicas gerais respeitantes à criação do mundo, à origem das espécies e ao aperfeiçoamento ou degeneração das espécies” (Bethencourt, 2015, p. 393).

Já no século XX, o desencadeamento de acontecimentos políticos e sociais como a Segunda Guerra Mundial, o nazismo e o arianismo aumentaram “substancialmente a produção científica sobre o racismo” (Araújo, 2008, pp. 31-32). Nesse sentido, a comunidade científica internacional e as Nações Unidas ponderaram a substituição do termo “raça” pelo de “etnia”, sendo este último um termo usado desde o século XVIII na Europa para “referir o género feminino e, de um modo geral, para indicar variedades de seres humanos” (Jesus, 2014, p. 31; Bethencourt, 2015, pp. 25-26 e 392). Considerou-se um termo ou expressão teoricamente mais neutro e cabal para definir o Outro, “uma identidade, uma cultura e uma sociedade” existente fora do conceito de nação (Marques, 2001, pp. 105 e 112).

Assim, o termo “raça”, “tendo começado por significar linhagem e depois subdivisões da humanidade”, tem sido banido dos discursos oficiais assim como a noção estática de

etnia foi sendo superada à medida em que outras teorias foram sendo introduzidas pelo que, atualmente, a utilização de “grupo sociocultural” revela-se mais adequada no âmbito das ciências sociais pela concepção dos seres humanos enquanto “seres sociais” com identidades culturais diferentes (Bethencourt, 2015, pp. 241 e 273; Marques, 2001, p. 113; Bader, 2008, p. 84; Silva & Pinto, 1986, p. 13).

O conceito de etnia tem significados que foram apresentando alterações ao longo da história, à medida que foi sendo utilizado para identificação de determinados grupos socioculturais. Trata-se de um termo com amplitude conceptual vasta. O grupo étnico, ou etnia simplesmente, têm sido empregues “para referir situações de grupos sociais minoritários, (...) em função da sua diferenciação cultural face aos padrões estabelecidos pela cultura dominante” (Cabecinhas & Amâncio, 2003, p. 5).

De qualquer forma, a negação da existência de “raças humanas” e da “hierarquização cultural dos grupos humanos” ou “hierarquização racial” não ditaram o fim da discriminação e do racismo mesmo perante a emergência de estudos diversificados e atuais, admitindo que as pessoas não se distinguem intelectualmente pela cor de pele pois as evidências científicas indicam que a capacidade mental é praticamente igual em todos os grupos (Marques, 1995, p. 47; Albuquerque, 2016, p. 132; Kuper, 1975, p. 307).

Na atualidade, tem subsistido um racismo desligado dos quesitos genéticos, um “racismo moderno” e “sem raça”, mas com uma “forte componente xenófoba” – aceções introduzidas nas décadas de “70 e 80 do século XX” (Bader, 2008, p. 86; Silva, 2000, pp. 69-70; Machado, 2001, p. 12). Estas novas expressões do racismo não se desvinculam das “relações entre a Europa Ocidental e os outros povos e nos seus efeitos na nomeação e representação do Outro” (Albuquerque, 2016, p. 133). O “neo-racismo”:

“Objectiva-se na rejeição de categorias etnicizadas, consideradas como indesejáveis de um ponto de vista económico, excessivas de um ponto de vista demográfico, perigosas de um ponto de vista religioso e poluentes de um ponto de vista identitário” (Marques, 2001, p. 130).

Como afirma Santos (1993, p. 41):

“Trata-se, pois, de um racismo de descolonização diferente do racismo de colonização, esse, sim, definitivamente biológico. Em suma, trata-se de um

fenómeno de etnicização da maioria mais do que de etnicização das minorias” (Santos, 1993, p. 41).

Atualmente, no lugar dos aspetos biológicos, são as diferenças culturais as mais enfatizadas embora a cor de pele, “em particular, representa um aspecto discriminativo mais poderoso” e bastante presente (Cabecinhas & Amâncio, 2003, p. 21 Jesus, 2014, p. 32).

As características físicas de um grupo sociocultural, tal como as cores ou tonalidades de pele, traduzem-se num “conjunto imenso e variado de símbolos” que são dependentes “da cultura, da história de vida e dos pontos-de-vista das pessoas circunscritas a essa ou aquela cultura (...)” (Jesus, 2014, p. 19). A definição de *etnia* ou *raça* varia de sociedade para sociedade, de grupo para grupo e conforme a área geográfica onde se localizam os indivíduos. Alguém pode ser considerado *branco* ou *negro* consoante as representações sociais de determinado grupo social.

3.2. Racismo e Racismo Reverso

A ideia base do racismo assenta, particularmente, em dois pontos: na “convicção da existência de raças humanas, associada a outras diferenciações”; e na “hierarquização dessas mesmas raças em função de uma suposta associação ao coeficiente de inteligência, a valores morais e a qualidades culturais” (Carvalho, 2014, pp. 39-40). O racismo é igualmente “uma maneira de agir e um modo de legitimar a instauração de sistemas sociais” (Marques, 2001, p. 111). Para Albuquerque (2016, p. 134), existem três dimensões do fenómeno do racismo: “ideologia, preconceito e discriminação”.

Nesse sentido, torna-se imperativo analisar a discriminação étnico-racial dentro do seu contexto, ou seja, do contexto que inclui relações de poder e do qual ela se imiscui: “a diversidade humana” (Albuquerque, 2016, p. 133; Jesus, 2014, p. 16). O racismo, “na sua asserção tradicional” e histórica, não está “associado à convicção de superioridade dos negróides em relação aos caucasoides” pelo que a ocorrência de racismo de pessoas negras para com pessoas brancas é contestável (Carvalho, 2014, p. 59).

Todas as “condições históricas da desigualdade racial” e dos “conflitos étnicos contemporâneos” em particular as que estão relacionadas à história dos países africanos, unem-se criando “um pano de fundo cultural que propicia a permanência do racismo nas relações intergrupais e interpessoais (...)” (Jesus, 2014, p. 12). Os preconceitos e a discriminação étnico-raciais “são nutridos não apenas pelo desconhecimento ou pela criação de estereótipos sobre um outro desconhecido, como ocorre a nível dos indivíduos (interpessoal)” mas sim, por uma crença de superioridade e inferioridade de um grupo humano em relação a outro (Jesus, 2014, pp. 15-16).

Em Portugal, “a cor da pele continua a ‘marcar’ os indivíduos e a determinar oportunidades desiguais”: as pessoas negras têm um tratamento diferenciado nas diversas esferas da vida possuindo “como grandes paradigmas [transversais aos grupos racializados] as áreas do *emprego*, da *habitação*, e da *educação*” (Cabecinhas, 2010, p. 19; Marques, 1995, p. 52). Esta “cadeia sistémica de exclusão [que encerra as áreas referidas] (...), contribui fortemente para o reforço dos preconceitos e da estereotipização e alimenta os processos de segregação” (Marques, 1995, p. 52).

Frequentemente, a exclusão social é “a expressão de vários tipos de preconceito (incluindo o preconceito racial) e discriminação” e “consequência do racismo e da discriminação racial (...) na sua dimensão cultural” (Carvalho, 2015, pp. 52-53). Por outro lado, existem casos autodestrutivos de autoexclusão ligados a essa dimensão cultural e, por vezes, também associada a dimensões económicas passando de geração para geração (Carvalho, 2015, pp. 53-54).

Em 2016, mais de 20 associações de descendentes de africanos em Portugal manifestaram-se junto das Nações Unidas, através de uma carta na qual descreviam as desigualdades existentes na sociedade tendo por base a nacionalidade uma vez que os censos, atualmente, não caracterizam a população em questões étnico-raciais o que não torna possível a definição das desigualdades em números tendo por base a etnia (Henriques, 2016b, s. p.). Entretanto, estas associações apresentaram os dados sobre as desigualdades subdivididos pelas áreas da educação, justiça e violência policial e condições de vida, expondo as desigualdades sociais de pessoas negras (com base nas

nacionalidades de países africanos) comparativamente a pessoas portuguesas (maioritariamente *brancas?*) (Henriques, 2016, s. p.).

A demonstração das desigualdades sociais relativas aos anos de 2013/2014, contrapondo pessoas com nacionalidades dos PALOP e portuguesa, foi feita através das taxas de reprovação escolar do 1.º ciclo ao secundário bem como a taxa de encaminhamento de alunos para o ensino profissional na qual estão retratados 80% dos alunos dos PALOP (Roldão, 2016, cit. por Henriques, 2016b, s. p.).

Também as profissões de baixa qualificação, taxa de desemprego, remunerações médias mensais, taxa de acesso ao ensino superior e taxas de encarceramento do mesmo estudo, espelham as discrepâncias no exercício pleno da cidadania em Portugal entre pessoas negras e brancas (Roldão, 2016, cit. por Henriques, 2016b, s. p.).

Capítulo IV – O Colorismo

4.1. O Fenómeno do Colorismo

A palavra colorismo provém de *color* (inglês americano) ou *colour* (inglês europeu) que em inglês significa cor. Em português é traduzido para colorismo, termo utilizado em alguns discursos (Nascimento, 2015, p. 171). Colorismo designa a discriminação que procede da distinção de pessoas com base no seu tom de pele por isso, em alguns discursos, também é utilizado o termo *pigmentocracia* que, por sua vez, expressa a noção de poder ou estratificação social com base na pigmentação da pele na qual quem tem uma cor de pele mais clara está em vantagem ou é privilegiado (Ferreira & Caminha, 2017, p. 157).

Dixon & Telles (2017, p. 406) referem que nos EUA o termo colorismo foi desenvolvido conceptualmente separado do termo racismo, subentendo a ideia de que cor/colorismo é diferente da ideia de *raça*/racismo, dado que o primeiro conjunto refere-se à discriminação com base numa gradação de cores ou tons de pele e o segundo refere-se à discriminação com base na *raça* (enquanto conjunto de características comuns a indivíduos de determinado grupo sociocultural). Contudo, estas conceções variam de sociedade para sociedade. Na América Latina, por exemplo, os termos são concebidos como semelhantes e interligados, segundo os mesmos autores (Dixon & Telles, 2017, p. 406). A diferença entre racismo e colorismo reside nos parâmetros basilares da discriminação: num seria a *raça*/etnia no outro seria o tom de pele. Estes termos remetem para alguns dos critérios de pertença a determinado grupo sociocultural como a ancestralidade, por exemplo.

O colorismo faz referência quase unicamente ao tom de pele. Trata-se de um fenómeno que ocorre dentro do mesmo grupo assim como externamente, ou seja, de dentro para fora e de fora para dentro como uma classificação interna, mas sobretudo externa pela percepção de que uma pele clara confere um lugar melhor ou privilegiado na sociedade.

Muitos estudiosos americanos estabelecem uma ligação direta entre a origem do colorismo e a colonização europeia e o escravagismo. Durante o colonialismo, usufruíam

de benefícios aqueles que se aproximavam da branquitude (incluindo a religião) pelo que, seguindo este raciocínio, acreditam que o racismo deu origem ao colorismo (Dixon & Telles, 2017, pp. 406-407).

As concepções de cores de pele foram igualmente empregues entre egípcios, gregos e romanos, mas não como forma de escravizar seres humanos, nem com a teoria da gradação/escala de cores. Gregos e romanos valorizavam a cidadania enquanto elemento essencial de pertença e de estatuto na sociedade (Dixon & Telles, 2017, p. 410). Já o tráfico de pessoas africanas escravizadas pelos árabes, contribuiu para a noção de cor de pele na Ásia e, conseqüentemente, para relegar as pessoas de pele mais escura a um estatuto social inferior (Dixon & Telles, 2017, p. 410).

O fenómeno do colorismo tem origens mais antigas que a criação do próprio termo que se crê que tenha surgido na década de 1960 nos EUA, mas se popularizado nos anos 1980. O mesmo sucede com o racismo ou *raça*: os termos surgiram após a implementação do preconceito e da discriminação *racial* (Albuquerque, 2016, s. p.).

No estudo de Rodrigues (2000, s. p.), o autor menciona que no início do processo de colonização em Cabo-Verde “os brancos ocupavam a hierarquia mais alta, cabendo aos mulatos e aos negros as hierarquias intermédias e baixas respectivamente”. Assim, partindo do pressuposto que uma pessoa *mulata* ou mestiça tem um tom de pele mais claro ou características físicas mais próximas dos europeus, vê-se nesta prática do colonizador em categorizar os seres humanos em função da sua cor ou tom de pele – racismo – um indicador da importância do tom de pele desde essa época.

4.2. A Beleza e os *Media* – Negritude e Branquitude

Recentemente, em junho de 2020, a notícia ““Into the White”: o mercado do branqueamento da pele em Lisboa” do jornal português Público, deu a conhecer o comércio bastante rentável de produtos cosméticos clareadores de pele adquiridos por mulheres negras, em especial (Pussetti & Pires, 2020b, s. p.). A notícia começa por informar que as principais frases pesquisadas no Google “relacionadas com a beleza” são

“como clarear a pele”, “alisar os cabelos” ou “afinar o nariz”, revelando que uma pele clara, um cabelo liso e um nariz estreito são atributos físicos profundamente valorizados e desejados (Pussetti & Pires, 2020b, s. p.).

A indústria da beleza favorece a permanência do preconceito com o consentimento dos *media* na divulgação de imagens de pessoas com tom de pele claro enquanto símbolo do que deve ser idealizado como atraente e desejável (Pussetti & Pires, 2020, p. 5). Etiquetas e rótulos de produtos cosméticos transmitiram que “a pele branca é “pura”, “angelical”, “excelente”, “elegante”, “melhor”, “perfeita”, “limpa”, “saudável”, “divina”, “mágica”, um verdadeiro “milagre””; sendo ainda equiparada à “neve”, “diamantes”, “pérolas” ou “porcelana”” (Pussetti & Pires, 2020b, s. p.).

O branqueamento ou clareamento da cor de pele é uma prática intergeracional, “transversal do ponto de vista da classe social, idade, gênero, situação econômica, nível de escolaridade ou profissão”, um procedimento que é passado entre gerações pois permanece a crença de que uma pele mais clara garante a possibilidade de uma vida melhor, com melhores acessos ao sistema social que privilegia pessoas com determinada aparência física (Pussetti & Pires, 2020b, s. p.).

Deste modo, a prática de clarear a pele surge igualmente como estratégia de mobilidade social uma vez que quanto mais clara ou branca for a pele de alguém, mais provavelmente se é classificado como branco e assim se concretiza a possibilidade do usufruto dos respectivos privilégios (Pussetti & Pires, 2020b, s. p.; Jones, 2000, pp. 1493-1494). A “ideia de “branquitude” está associada a valores morais positivos e a múltiplos privilégios estruturais” (Pussetti & Pires, 2020b, s. p.). Vários estudos demonstram que “pessoas mais claras conseguem ter acesso a empregos melhores, são consideradas mais atraentes, sofisticadas e até mais educadas” e em contrapartida a noção de estatuto social mais baixo está ligada a pessoas com pele escura (Pussetti & Pires, 2020b s. p.).

Entretanto, torna-se importante referir, sob outra perspectiva, que o contrário também sucede, por outras palavras, existe um mercado (igualmente rentável) que disponibiliza opções/procedimentos estéticos para escurecimento/bronzeamento da pele. No entanto,

como relatam Dixon & Telles (2017, pp. 412-413) e Pussetti & Pires (2020, pp. 4 e 6), com início na década de 1920, a prática de escurecer a pele está ligada ao desejo de exibir uma pele saudável e ostentar um estilo de vida abastado visto que o tom de pele bronzeado (não escuro, propriamente) é associado ao gozo de férias em destinos paradisíacos dispendiosos. Verifica-se assim, por inferência, que o escurecimento da pele não se traduz num desejo de aproximação à negritude – como ocorre no cenário do colorismo, no qual as pessoas procuram uma “aproximação a um ideal europeu” para se sentirem integradas socialmente – mas uma questão de beleza e vaidade (Pussetti & Pires, 2020, p. 5).

As pessoas mestiças nalgum momento foram beneficiadas pela sua aproximação aos brancos, quer por não serem escravizadas quer por terem melhores trabalhos, por exemplo (Henriques, 2007, pp. 105 e 193; Monteiro-Ferreira, 2015, p. 65). Esta “ambivalência entre preconceito e paternalismo” definia-se nas situações mencionadas e noutras onde negros eram quase igualados a brancos no seu estatuto social (Bethencourt, 2015, p. 134). Daí pessoas negras e com pele mais escura procurarem um tom de pele claro. Aspetos como:

“Respeitabilidade, instrução, refinamento, pele clara, ancestralidade branca e bens materiais perpetuaram-se como algumas das principais marcas que distinguiam os mulatos, com todo seu sucesso, dinheiro e instrução” (Nascimento, 2015, p. 171).

O colorismo é também uma discriminação/categorização interna, frequentemente entendida como uma discriminação *intragrupal* (Dixon & Telles, 2017, pp. 413-414). Segundo Goffman (1988, p. 11) “a pessoa estigmatizada” está predisposta à autocomiseração “como um resultado da exposição (...) a servidores que vendem meios para corrigir a fala, para clarear a cor da pele, [entre outros]”.

O que pode acontecer, dentro de um grupo sociocultural é a reprodução e a “reapropriação de estereótipos culturais racistas” que legitimam as desigualdades (Granja, 2014, pp. 124-125). Trata-se de uma “segregação *voluntária*” que funciona “como mecanismo comunitário de defesa ou adaptação”, através também do

fechamento entre si adotando atitudes igualmente repelentes ou discriminatórias (Marques, 1995, p. 52).

Na África do Sul, país que ainda padece das mazelas do Apartheid – regime de segregação *racial* implementado para “justificar e fundamentar uma discriminação económica que pudesse assegurar à minoria branca, não só a direcção da economia, mas, igualmente, a exploração dessa economia em desfavor de uma maioria negra” – o tom de pele continua a determinar a posição dos indivíduos na hierarquia social e, inevitavelmente, condiciona o acesso às oportunidades (Pereira, 2006, p. 7; Dlova, 2015, pp. 22 e 31-32). Na Nigéria, de acordo com o estudo de Dlova (2015, pp. 22 e 31-32), 75% da população faz uso de cosméticos clareadores.

Segundo Mbembe (2014, p. 165), atualmente grande parte das(os) afroamericanas(os) de sucesso na área do entretenimento e enquanto figuras públicas têm um tom de pele claro, especialmente, as mulheres. Muitos homens afroamericanos “de sucesso” têm mulheres brancas e os que têm mulheres negras, estas, possuem um tom de pele claro (Mbembe, 2014, p. 165). Em Portugal, pessoas negras que se destacam na sociedade no mundo mediático são, por norma, mestiças ou “claras” (Vicente, 2019, pp. 26 e 47).

O sistema segregacionista baseado no tom de pele – colorismo – “trouxe como consequência a “pigmentocracia””, por outras palavras, “o privilégio da pele clara (light skin) em relação à escura (dark skin) no tocante às oportunidades de mobilidade social” (Nascimento, 2015, p. 1). Trata-se de um sistema social dentro do qual o poder e a posição de privilégio estão do lado de pessoas com menor pigmentação de pele, isto é, com pessoas de cor ou tonalidade claras.

O colorismo baseia a exclusão, perpetua complexos de inferioridade de seres humanos em relação a outros seres humanos e permanece enquanto forma de categorização social ainda que subtilmente, já que a cor de pele, cerne de divisão e discussão entre indivíduos, continua a distinguir seres humanos para o exercício pleno da cidadania e da sua humanidade. É uma hipótese produtiva “pensar que a prática do colorismo se derivou de valores criados e reforçados pela supremacia branca” (Nascimento, 2015, p. 171).

Assim, é possível chegar-se à conclusão de que o colorismo enquanto discriminação com base numa gradação de tons de pele tem a sua origem na expansão colonial europeia e no racismo que, por sua vez, continua a espelhar os seus efeitos duradouros sobre os oprimidos, atualmente, num mundo globalizado pós-colonial (Pussetti, 2019, p. 60; Dixon & Telles, 2017, pp. 406-407; Monteiro-Ferreira, 2015, p. 67).

Por todos estes motivos não é possível esquecer ou pretender que os sistemas colonialistas e escravocratas nunca tenham existido ou que “as heranças desta triste época foram totalmente liquidadas”, mesmo perante a desconstrução do racismo por parte das ciências (Mbembe, 2014, p. 295). Os “modos de pensar e de viver que foram sendo reproduzidos nas práticas comuns do quotidiano” perpetuam cenários preconceituosos e discriminatórios (Albuquerque, 2016, p. 142).

4.3. Cores de Pele: Adequação dos Termos

A expressão verbal conduz, frequentemente, a “armadilhas linguísticas preconceituosas e, até, discriminatórias” (Carvalho, 2014, p. 49). Muitas vezes, a discriminação étnico-racial praticada verbalmente, acontece de forma subtil pois as pessoas utilizam as “expressões sem mesmo se darem conta que estão a ser preconceituosas (muitas vezes em relação ao endogrupo)” (Carvalho, 2014, pp. 49-50). Torna-se, nesse seguimento, fundamental definir as cores e os tons de pele a fim de ajustar o discurso a uma abordagem o mais próxima possível daquilo que possa ser o senso comum na caracterização de pessoas em Portugal. É igualmente importante fazer referência àquilo que está normalizado pelas entidades e instituições científicas e académicas nacionais.

Marques (2001, pp. 106-108) afirma que um indivíduo pode ser “black” nos EUA e “branco” no Brasil, fora “o facto de que nem todas as sociedades humanas utilizarem ou terem historicamente utilizado o fenótipo físico como base para a distinção entre grupos socioculturais”. A conceção de *raça* e género para fundamentar a superioridade do *homem branco* foi erigida pelos europeus e difundida pelo mundo, isto porque muitas sociedades africanas colonizadas tinham sistemas sociais matriarcais e com base na idade

dos indivíduos, ou seja, hierarquizações e organizações familiares e sociais inteiramente divergentes das europeias.

Muitas vezes, a cor de pele *mestiça* é assumida como um tom de pele e não cor de pele porque, de acordo com os textos anteriores e com Cabecinhas (2003, pp. 23-24), em Portugal os mestiços descendentes de africanos são considerados mais próximos dos *negros*, portanto, formam um único grupo. De referir ainda a “one drop rule” ou “a regra de uma gota de sangue” aplicada em muitas sociedades como na americana. Nos EUA alguém quem tenha qualquer ascendência africana é considerado *nonwhite* (Hollinger, 2005, p. 21). De qualquer forma, existem outras situações e contextos em que, quer seja pelo Outro quer pelos próprios, os *mestiços* são identificados como pertencentes a um outro grupo diferente/próprio ou ao grupo dos *brancos*, sobretudo quando as características físicas e intelectuais se aproximam (Vicente, 2019, pp. 35-36).

Segundo Mendes (2012, p. 108), por vezes, pessoas “não negras” têm uma tendência paternalista quando usam o termo *negro*, crendo ser essa a designação socialmente mais adequada. Contudo, este termo pode ter conotação negativa dependendo das situações, circunstâncias, local e até mesmo a área geográfica em que é empregue (Mendes, 2012, pp. 108 e 119; Carvalho, 2014, p. 49; Albuquerque, 2016, p. 141).

De acordo com Cardeira (2016, pp. 70-71), de qualquer modo a palavra “preto” parece ser mais problemática e está presente no vocabulário português desde o século XIII, sendo utilizada para identificar coisas de cor escura. Vários exemplos literários demonstram que o escuro era usado para adjetivar a dor ao passo que o branco (ou alvo) era relacionado ao prazer (Cardeira, 2016, p. 71). No dicionário, a definição de *preto* e *negro* é semelhante pois os termos são vistos como sinónimos, mas enquanto nome, as palavras *negro* e *preto* podem referir-se a pessoas de pele escura sendo o *preto* visto como pejorativo (Cardeira, 2016, p. 72).

A utilização de *preto* remetendo para a cor de pele de acordo com a base de dados Corpus do Português, não só é mais tardia como aparece com menos frequência especialmente depois do século XVIII (Cardeira, 2016, p. 73). As duas palavras estiveram ligadas a aspetos negativos como tristeza, morte e penitência cujos mesmos mais tarde

foram aplicados à cor de pele negra também para significá-la como um castigo de Deus (Bluteau, 1712-28, s. p., cit. Cardeira, 2016, p. 74).

Com a exploração marítima portuguesa, a figura da pessoa escravizada tornou-se popular nas personagens de peças de teatro nas quais homens *brancos* pintavam-se de negro (Cardeira, 2016, pp. 75-76). Gil Vicente (dramaturgo dos séculos XV e XVI) não chegou a usar a palavra *preto*, mas, sim, *negro* porque a utilização da palavra *preto* no sentido de cor de pele presente no vocabulário português a partir do século XVII, provavelmente veio da língua espanhola onde era utilizada para fazer referência à cor da pele (*prieto*) (Cardeira, 2016, p. 77).

Por sua vez, a palavra *pardo*, documentada desde o século XII significando escuro e a partir do século XV tonalidade escura ou tipo de tecido, esteve também ligada ao leopardo, à cor de pele deste animal para o distinguir de outros felinos (Cardeira, 2016, p. 78). Segundo um dicionário de português do século XVIII, o termo *pardo* foi também associado à ave *pardal*, “conhecida não só pelas suas penas escuras, mas também pelo tamanho diminuto e pela vivacidade” (Bethencourt, 2015, p. 234). Como resultado, *pardo* passou a significar cor de pele escura e posteriormente, *mestiço* ou *mulato*, aparentemente como motivo de desprezo (Cardeira, 2016, p. 79).

Mulato, palavra de origem latina, seria o produto da reprodução entre o burro e o cavalo e, uma vez mais de origem espanhola, chega aos vocabulários português, italiano e francês mais tarde, aplicando-se ao ser humano no século XVI em Portugal (Cardeira, 2016, pp. 79-81). Em Moçambique, crê-se que o termo “mulato” deriva “da ancestral palavra “mula”, resultado do cruzamento entre o nobre cavalo [pessoa branca] e o desprezível burro [pessoa negra]” (Ribeiro, 2012, pp. 26-27). Bluteau (1712-28, s. p., cit. Cardeira, 2016, p. 82) referiu-se a *mestiço* para indicar o resultado do cruzamento de espécies diferentes, quer irracionais como racionais, adicionando-lhe uma dimensão pejorativa através da sua associação a conceitos como bastardo e ilegítimo.

No quadro da crescente interação entre pessoas de origens diferentes, cada vez mais se tornava importante a referência às mestiçagens, mas também à própria origem das mesmas (Cardeira, 2016, pp. 83-84). Até o século XIV, a palavra *negro* era utilizada para

designar pessoas “não brancas”, mas a partir do século XV e XVI foram introduzidos novos conceitos como *preto* e *mestiço* ou *mulato* para as cores de pele mistas bem como *crioulo*, *caboclo*, *mameluco*, *carijó* e *cafuso* (Cardeira, 2016, pp. 83-84; Bethencourt, 2015, pp. 234-235). Em Angola, o termo “cafuso” designa a pessoa filha de negro com “mulato”, que é a pessoa nascida de negro com branco. Há ainda a designação “cabrito” referindo-se ao filho de “mulato” com branco.

Em Portugal, os imigrantes dos PALOP são corriqueiramente identificados como “africanos” e também genericamente “negros” ou “pretos”, palavras que têm sentido aproximado umas das outras, sem deixar a sua conexão à estigmatização (Marcon, 2012, p. 100). Também é muito comum no discurso a utilização de palavras e termos com conotação pejorativa e que espelham o racismo subtil e não reconhecido: “azuis” ou de “de cor” (em inglês *colored/coloured people* ou *people of color/colour*). A expressão “africanos” é “uma categoria utilizada correntemente pelos portugueses para definir os imigrantes de países africanos e os seus descendentes” (Marcon, 2012, pp. 99-100).

Outra expressão utilizada na alteridade, faz referência à geração de imigrantes conforme descrito anteriormente: “imigrantes” e “imigrantes de segunda geração” para indicar não nacionais (Marcon, 2012, pp. 99-100). Também é conhecida a expressão “novos luso-africanos” e “jovens negros portugueses” (Machado, 1994 cit. por Marques, 2001, pp. 119-120). As próprias instituições de afrodescendentes em Portugal, descrevem-se como instituições de pessoas negras, africanas e afrodescendentes (FEMAFRO, 2017, s. p.; Djass, 2020, s. p.).

Neste trabalho procura-se utilizar a expressão “de origem africana” pois pretende-se englobar pessoas de origem dos PALOP em específico, mas que também possam ser portuguesas(es) ou de outras nacionalidades conquanto que uma delas ou a sua ascendência inclua a origem do grupo dos países mencionados como critério de seleção da amostra.

Parte II – Opções Metodológicas

Capítulo V – Metodologia

5.1. Mapa Conceptual

Os mapas conceptuais consistem em esquemas elaborados no final de um momento de aprendizagem (ou antes, estimulando a criatividade), visando “representar relações significativas entre conceitos (...)” assim como “ilustrar as origens do significado do conceito” em estudo (Novak & Gowin, 1996, pp. 31 e 33). O mapa conceptual apresentado de seguida tem como finalidade encontrar significado entre o colorismo e outros conceitos. Assim, é criado um campo semântico através das técnicas de *desempacotar* e *empacotar* informação que, por sua vez, se resumem a deslindar o conceito principal expandindo-o sobre outras ideias, termos e noções a ele conectados (Carmo & Ferreira, 2015, p. 45).

Ilustra-se o mapa conceptual, em seguida, sobretudo, para intentar a continuação da criação de um “conjunto teórico-ideológico de partida (conceitos e relações entre conceitos teóricos)” (Almeida & Pinto, 1976, p. 409). O mapa reflete igualmente um compêndio do que foi anteriormente escrito. Nele é sugerido que o colorismo está relacionado, essencialmente, a três conceitos: racismo, beleza/*media* e discriminação/preconceito. Estes conceitos relacionam-se com o conceito principal através da relação de significado que com ele possui, respetivamente: origem, definição e correlação.

Sobre o racismo – uma “das formas mais extremas do etnocentrismo” – verifica-se que este, enquanto ideologia, preconceito/discriminação, comportamento/atitude, origina o colorismo (Silva, 1986, p. 46; Granjo, 2014, p. 119). O racismo é o pilar do colorismo. A este conceito, ligaram-se outros termos como a categorização/hierarquização de indivíduos e a eugenia também validada por Gilberto Freyre, a determinada altura, enquanto método para “aprimorar” geneticamente os grupos humanos estigmatizados através da mestiçagem (Bethencourt, 2015, pp. 327 e 472; Pinto, 2006, p. 281).

O abolicionismo e mais tarde o fim do colonialismo promoveram o regresso em massa de colonos e a imigração de indivíduos dos antigos países colonizados para Portugal. Esta

mobilidade propiciou o aumento de estudos científicos na área das migrações assim como na área das ciências sociais sobre o racismo e integração social.

A amplificação de teorias étnico-raciais surge sucedendo-se aos vários acontecimentos sociais e políticos que sustentaram o escravagismo e o colonialismo até o século XX. A partir deste século, novos acontecimentos históricos, sobretudo relacionados à Segunda Guerra Mundial, fazem com que outras teorias como o início do fim da utilização do termo “raça”, sejam difundidas por diversas instituições internacionais no sentido de lutar contra o racismo e as suas consequências.

Relativamente aos conceitos de beleza e *media* fazendo ainda conexão aos termos de branquitude e negritude, a sua ligação ao colorismo prende-se com a realidade social vivida por muitos indivíduos que, ao procurarem ter uma pele clara, ambicionam pertencer a um determinado modelo de beleza. Este facto, revela o subconsciente coletivo que valoriza um estilo físico europeizado veiculado pelos *media* num sentido de padronização dos traços da cultura dominante (Pais, 1984, pp. 514 e 515). Tradicionalmente, “a noção massificada de beleza” é eurocêntrica (Jesus, 2019, p. 22).

A continuação da desconstrução do conceito central – o colorismo – demonstra o seu significado da mesma maneira que distingue a cor de pele do tom de pele. Esta distinção faz sentido se se entender o colorismo como discriminação/preconceito que ocorre dentro e fora do mesmo grupo sociocultural. Isto significa que as hierarquizações são também internas, ou seja, existe uma maior valorização de pessoas com determinado tom de pele que acontece internamente, provavelmente decorrente da percepção e hierarquização externa relacionada não somente ao próprio colorismo, como também ao racismo.

No último nível do mapa, chega-se à conclusão de que o colorismo e os conceitos a ele ligados (racismo, beleza/*media* e discriminação/preconceito), atingem indivíduos vulneráveis ou estigmatizados conduzindo-os a situações de exclusão social (Rodrigues, 2000, p. 180).

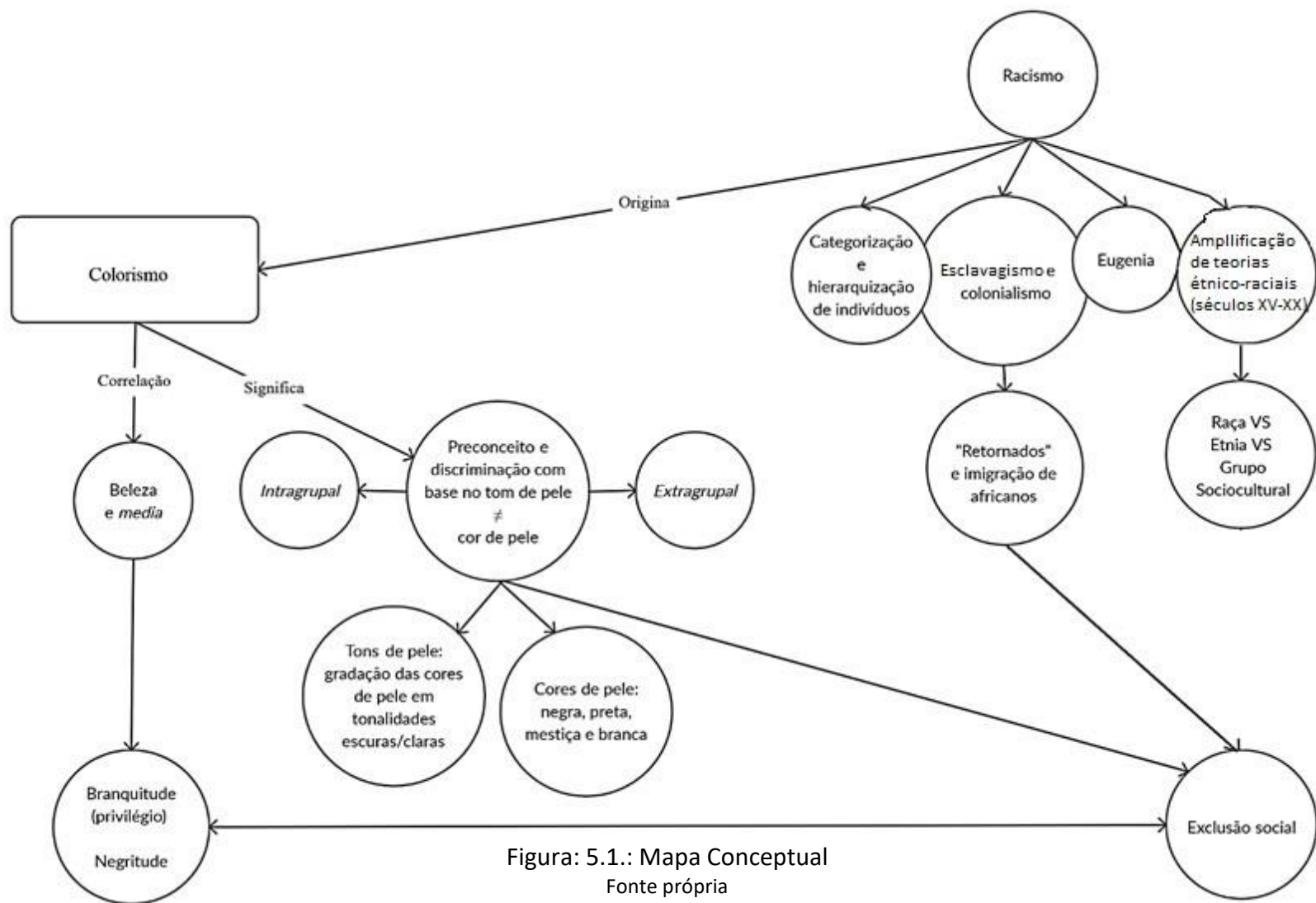


Figura: 5.1.: Mapa Conceptual
Fonte própria

5.2. Perguntas de Investigação, Objetivos e Objeto de Estudo

O processo de investigação é precedido de perguntas, questionamentos e indagações (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 4; Beaud & Weber, 2007, p. 28). O estudo da problemática do colorismo procedeu da seguinte pergunta de partida que o orientou:

- Qual a importância conferida ao tom de pele por pessoas de origem africana, atualmente, em Portugal?

Outras perguntas que conduziram a investigação deste tema foram, as seguintes:

- Pessoas com tom de pele mais claro/mais escuro sentem-se discriminadas por pessoas de outros grupos socioculturais (incluindo os próprios)?
- O que sabem sobre o colorismo e as suas origens? Como lidam com o mesmo?
- O que fazem para combater este preconceito?

Relativamente aos objetivos, estes “descrevem grandes orientações para as ações e são coerentes com as finalidades do projeto, descrevendo as grandes linhas de trabalho a seguir (...)” (Guerra, 2002, p. 163). Nesta linha de pensamento, o objetivo geral da investigação foi:

- Identificar e compreender o valor atribuído ao tom de pele, formas de diferenciação e de valorização.

Pretendeu-se entender o significado conferido ao tom de pele pelas pessoas que são parte do objeto de estudo a fim de tornar possível a recolha de informação sobre o impacto do colorismo na sociedade portuguesa. Os objetivos específicos que permitiram a operacionalização do objetivo geral foram:

- Perceber os motivos que levam à diferenciação/desigualdade tendo por base o tom de pele;
- Apontar as implicações do colorismo na vida das pessoas.

A investigação sobre o colorismo decorreu na cidade de Lisboa, tendo como participantes pessoas com idades acima dos 18 anos de diferentes géneros, de origem africana dos

PALOP – Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique (exceto S. Tomé e Príncipe) – dada a ligação histórica que mantêm com Portugal.

Assim, tendo em conta a natureza da investigação, nomeadamente o facto de tratar de matérias que envolvem características de um grupo sociocultural específico, em especial a cor da pele, perspetivou-se que o melhor caminho para a seleção das(os) participantes seria por intermédio de associações, comunidades ou movimentos de pessoas de origem africana/afrodescendentes em Portugal, pelo seu interesse na luta contra a discriminação étnico-racial e em contribuir para a igualdade e integração.

Estas instituições – entendidas como “universo de referência a partir do qual se podem construir amostras aleatórias” – foram cativadas a participar sendo este processo seguido para garantir a correspondência do perfil dos participantes ao estudo bem como o seu interesse na situação social estudada (Burgess, 1997, pp. 78-80). Foram contactadas as seguintes associações:

- Associação de Cavaleiros de S. Brás – Associação Cultural e Social ao Serviço da Comunidade;
- FEMAFRO – uma associação sem fins lucrativos conduzida por mulheres;
- Djass – associação de afrodescendentes;
- O Lado Negro da Força;
- Associação de Estudantes Moçambicanos em Portugal - Núcleo de Lisboa.

Inicialmente foi intenção a seleção de cinco pessoas de cada país dos PALOP, formando um grupo de vinte e cinco participantes de modo que fosse possível a saturação de informação sobre as prováveis conceptualizações e visões do colorismo ligadas a motivos de vária ordem, desde os respetivos processos de colonização e descolonização, a outros inerentes a cada cultura. Numa fase embrionária do projeto, também se ponderou selecionar as(os) participantes por idades para que, de alguma forma, se pudesse conhecer as diferentes perceções do colorismo entre faixas etárias e a sua permanência no tempo.

Todavia, o estudo do colorismo foi sofrendo alterações à medida que o tempo decorria tendo em vista o cumprimento dos prazos. Os acontecimentos ligados à pandemia da COVID-19 também condicionaram o trabalho etnográfico e o contacto mais direto e próximo previstos no início.

Assim sendo, e na ausência de resposta das instituições acima mencionadas, optou-se por seleccionar as(os) participantes através de contactos pessoais e profissionais. O processo de seleção culminou num número de casos relevantes para o estudo, ou seja, num público que correspondeu aos critérios de idade, género, nacionalidade/ascendência africana dos PALOP (exceto S. Tomé e Príncipe) e residência na cidade de Lisboa. Foram contactadas onze pessoas de várias origens sendo que, por fim, foram entrevistadas nove pessoas.

Procurou-se que as(os) participantes fossem pessoas de origem africana com diferentes tonalidades de pele, visto que pessoas negras de pele clara ou mestiças, intrinsecamente, têm consciência da existência do colorismo porque, de alguma forma, foram e são beneficiados por este fenómeno (pelo menos na maior parte das vezes). Ou seja, ainda que as mesmas refiram situações discriminatórias em virtude da sua cor ou do seu tom de pele, usufruem do privilégio (paternalista?) de serem mais claras e tratadas de maneira diferente/melhor comparativamente a pessoas negras de pele escura.

De qualquer forma, é imprescindível salientar o facto de que as pessoas de pele clara não deixam de sofrer da discriminação imposta pelo racismo. Por esses motivos, a opção de seleccionar pessoas de origem africana com diferentes tonalidades, foi fundamental neste estudo para a recolha de informação concernente à origem, aos efeitos e impacto do colorismo e ainda para a introdução sumária do conceito de colorismo reverso.

5.3. Métodos de Recolha de Informação

A seleção da abordagem de pesquisa, se quantitativa ou qualitativa, assentou, entre outros, na natureza do problema da pesquisa ou questão a desenvolver (Creswell, 2014, s. p.). A pesquisa qualitativa “em geral busca estudar um fenómeno em maior

profundidade” partindo “dos diferentes pontos de vista dos participantes/informantes” utilizando para o efeito, instrumentos como a entrevista e a observação (Carvalho, 2016, p. 8; Renda *et al.*, 2017, p. 58).

Nesta linha de pensamento, para recolher a informação de resposta às perguntas da investigação, optou-se pelo paradigma de investigação qualitativa. Foram aplicadas entrevistas “como procedimentos de recolha de informação que utilizam a forma da comunicação verbal” sendo o investigador “o principal instrumento da investigação social” (Almeida & Pinto, 1976, p. 397; Burgess, 1997, p. 88).

Neste estudo recorreu-se, especificamente, a entrevistas semidiretivas ou semiestruturadas, comuns a estudos de verificação ou aprofundamento (Costa *et al.*, 2005, s. p.; Burgess, 1997, p. 112). A escolha por realizar entrevistas semiestruturadas prendeu-se com o facto de que estas favorecerem a coleta de “dados detalhados do que se pretende”, pois, não obstante a existência de um guião previamente elaborado (vide anexo II, p. [104](#)) para orientar o desenrolar da mesma, a interação entrevistadora-entrevistada(o) é flexível (Costa *et al.*, 2005, s. p.).

Este tipo de entrevista permitiu o ajuste/reformulação e até a colocação de novas questões no sentido de confirmar e validar as expressões, palavras e frases da pessoa entrevistada. Muitas vezes verificou-se que a informação era fornecida mesmo antes da colocação das questões. Esta forma de proceder garantiu a recolha e a apresentação de informação de acordo com as tenções do projeto possibilitando o conhecimento de histórias, saberes, vivências e experiências de vida únicas das(os) participantes.

As entrevistas foram realizadas à distância, em modo online, tendo em linha de conta que a investigação da problemática do colorismo decorreu em Lisboa durante a época da pandemia da COVID-19, entre os anos de 2020 e 2021. Para a gravação de imagens e áudios das entrevistas, houve prévia autorização das(os) entrevistadas(os) através da anuência da declaração de consentimento informado (*vide* anexo I, p. [102](#)).

O guião de entrevista (*vide* anexo II, p. [104](#)) divide-se essencialmente em três partes, precedidas de um mote. Na primeira parte deu-se espaço à colocação de um

apontamento para uma breve introdução à entrevista de modo que nenhum detalhe fosse esquecido. A segunda parte inclui a enumeração das questões para a recolha de informação sobre o colorismo em Portugal. A elaboração das questões teve em conta, acima de tudo, as perguntas e os objetivos da investigação conforme demonstrado na tabela que se apresenta de seguida. A terceira parte do guião diz respeito à identificação e caracterização da(o) entrevistada(o), informação esta fundamental para a análise e organização dos dados.

Tabela: 5.1.: Questões da Entrevista

Perguntas	Objetivos	Questões	
Pessoas com tom de pele mais claro/mais escuro sentem-se discriminadas por pessoas de outros grupos socioculturais (incluindo os próprios)?	Perceber os motivos que levam à diferenciação/desigualdade tendo por base o tom de pele	Pode descrever um pouco situações de discriminação? Com quem? Onde?	Questões estruturais ³
		No seu caso em particular, já se sentiu discriminada(o) em função da sua cor de pele e/ou do seu tom de pele? Se sim, em que situações? Com quem?	
		E conhece alguém que já se sentiu discriminada(o) em função da sua cor de pele e/ou tom de pele? Se sim, em que situações? Com quem?	
		Por que motivos acha que essa discriminação ocorre?	
Qual a importância conferida ao tom de pele por pessoas de origem africana, atualmente, em Portugal?	Identificar e compreender o valor atribuído ao tom de pele, formas de diferenciação e de valorização	Qual o significado de “cor de pele”? E de “tom de pele”? Pode dar um sinónimo?	Questões descritivas ⁴
		A cor de pele é importante para si? Porquê? E o “tom de pele”? Porquê?	
O que sabem sobre o colorismo e as suas origens? Como lidam com o mesmo? O que fazem para combater este preconceito?	Apontar as implicações do colorismo na vida das pessoas	Alguma vez se sentiu ou ficou prejudicada(o) por causa da sua cor de pele ou do seu tom de pele?	Questões de contraste ⁵
		Se sim, em que situações? Qual a sua atitude nessas situações?	
		O que sabe sobre o colorismo?	

Fonte própria

³ “Procuram determinar como é que os informantes organizam os seus conhecimentos” (Spradley, 1979, cit. por Burgess, 1997, p. 122).

⁴ “Permitem ao informante fazer declarações acerca das suas actividades” (Spradley, 1979, cit. por Burgess, 1997, p. 122).

⁵ “Permitem aos informantes discutir os significados de situações e dar-lhes uma oportunidade para comparar situações e acontecimentos no seu mundo” (Spradley, 1979, cit. por Burgess, 1997, p. 122).

Um espaço para notas encontra-se de seguida como complemento à informação recolhida pelas entrevistas. Este espaço complementar possibilitou o registo de notas importantes na interpretação da informação fornecida pelas(os) participantes. Procurou-se algo semelhante a notas de campo substantivas: “registo contínuo de situações, acontecimentos e conversas nas quais o investigador participa” (Burgess, 1997, p. 182).

5.4. Métodos de Análise de Informação

Para a interpretação e apresentação dos dados recolhidos nas entrevistas, recorreu-se à análise de conteúdo. A técnica de análise de conteúdo permitiu a atribuição de significado “às características do material que foram levantadas, enumeradas e organizadas” incidindo “sobre material não-estruturado” (Vala, 1986, pp. 103-104 e 107).

A interpretação e tratamento da informação da investigação, feita através da análise de conteúdo, implicou a organização de textos que refletissem e observassem os seguintes parâmetros: a frequência da ocorrência de determinados objetos, a enumeração das “características ou atributos associados aos diferentes objetos” e a definição da “associação ou dissociação entre os objetos” (Vala, 1986, pp. 107-108). Esta técnica de análise é aplicada “por forma a restituir o *sentido* dos textos, das mensagens, das comunicações” permitindo, eventualmente:

“Captar, não apenas a informação explícita das mensagens, mas ainda as condições teórico-ideológicas de produção dessas mensagens (...), bem como fornecer indicações sobre a articulação dos geradores [da informação] com os lugares sociais da sua produção” (Almeida & Pinto, 1976, p. 394).

Esta análise de conteúdo procede de uma tarefa fundamental: a transcrição das entrevistas. Reconhece-se a “inexistência de protocolos ou regras universais para transcrever” áudios de entrevistas (Azevedo *et al.*, 2017, p. 167). Assim, na transcrição das entrevistas procurou-se registar em texto pormenorizadamente todas as falas do entrevistado incluindo as falas e perguntas da entrevistadora importantes para a compreensão dos textos transcritos. Foram muitos os desafios encontrados relacionados

a várias condicionantes, como referem Azevedo *et al.* (2017, p. 166), embora a tarefa não “exija um elevado grau de especialização”.

A tarefa é influenciada por aspetos como “a qualidade e volume da própria gravação, mas também aspetos contextuais, tais como o ruído de fundo, as interferências ou outros sons”, “características do discurso, como, por exemplo, diferentes pronúncias, presença de regionalismos, ou pausas constantes”, pelo que se procurou fazer um registo detalhado abrangendo fatores externos que tenham influenciado o discurso (Azevedo *et al.*, 2017, p. 166). Buscou-se uma transcrição mais *naturalista* numa primeira fase e, numa última fase, uma *versão de trabalho* significando que “são omitidas informações consideradas irrelevantes face aos objetivos” (Azevedo *et al.*, 2017, pp. 161, 166-165).

Por fim, recorreu-se à categorização dos dados das entrevistas para uma posterior comparação dos resultados procurando-se pontos semelhantes e diferentes de modo a obter-se a saturação da informação. As quatro categorias foram definidas com base as questões do guião da entrevista (*vide* anexo II, p. 104). Na tabela sinóptica abaixo apresentada, estão dispostas as quatro categorias formuladas para a posterior apresentação estruturada, interpretação e discussão dos dados obtidos nas entrevistas.

Tabela: 5.2.: Categorias dos Dados

Questões	Categorias
<p>Pode descrever um pouco situações de discriminação? Com quem? Onde? No seu caso em particular, já se sentiu discriminada(o) em função da sua cor de pele e/ou do seu tom de pele? Se sim, em que situações? Com quem? E conhece alguém que já se sentiu discriminada(o) em função da sua cor de pele e/ou tom de pele? Se sim, em que situações? Com quem? Por que motivos acha que essa discriminação ocorre?</p>	<p>Situações e Motivos da Discriminação</p>
<p>Qual o significado de “cor de pele”? E de “tom de pele”? Pode dar um sinónimo? A cor de pele é importante para si? Porquê? E o “tom de pele”? Porquê?</p>	<p>Significado e Importância da Cor e do Tom da pele</p>
<p>Alguma vez se sentiu ou ficou prejudicada(o) por causa da sua cor de pele ou do seu tom de pele? Se sim, em que situações? Qual a sua atitude nessas situações?</p>	<p>Situações de Prejuízo e Atitudes de Resposta</p>
<p>O que sabe sobre o colorismo?</p>	<p>Noções sobre o Colorismo</p>

Fonte própria

5.5. Pressupostos Éticos

Relativamente aos pressupostos éticos, importa mencionar primeiramente aqueles que estiveram relacionadas à dificuldade do afastamento/separação de papéis de investigadora/pessoa que vive o colorismo. As interações entre a investigadora e os participantes nem sempre permitem a produção de dados neutros, segundo Jarrín & Pussetti (2021, p. 99).

Destarte, um princípio ético tido em consideração em investigação em ciências sociais e no estudo do colorismo em específico, sem embargo a vantagem de estudar um ambiente familiar, foi aquele que indica que o investigador deve primar pela autenticidade na apresentação e divulgação dos resultados “mesmo que por razões ideológicas ou de outra natureza os mesmos não lhe agradem” (Burgess, 1997, p. 21; Carmo & Ferreira, 2015, p. 232).

À medida que se avançava nas entrevistas, quiçá pela experiência que se foi adquirindo, foi possível ir dando mais espaço e tempo à(ao) participante garantindo maior isenção na recolha da informação. Intentou-se seguir a recomendação de se ir mantendo “intervalos frequentes no trabalho de campo” para que se pudesse “registar, refletir e analisar os dados” (Burgess, 1997, p. 88). Assim, as entrevistas foram realizadas em dias interpolados de acordo com um cronograma de orientação pessoal, elaborado ao longo do processo da seleção de participantes. Estes intervalos ocasionaram uma constante reflexão sobre o estudo e o enriquecimento do quadro teórico.

Além disso, e como afirma Burgess (1997, p. 100):

“Uma importante dimensão no desenvolvimento das relações com os informantes implica aprender a sua linguagem. Em particular, deve dar-se atenção não só às palavras e frases que são usadas, mas também às circunstâncias em que são usadas, especialmente se os investigadores tiveram a intenção de usar esse vocabulário no decurso da investigação” (Burgess, 1997, p. 100).

Deste modo e dada a origem do colorismo e todo o contexto que o envolve, nomeadamente, o racismo e o colonialismo, foi necessário, durante a elaboração do enquadramento teórico e do guião de entrevista, ter especial atenção na utilização de

frases e termos adequados de modo que não se caísse no erro de categorizar as(os) intervenientes ou suscetibilizá-las(os), ou até mesmo, ir contra aquilo que o estudo preconizou imperativamente: a isenta reflexão e contribuição para o estudo do preconceito e da discriminação.

Por isso, foi importante determinar quais os termos mais adequados a serem utilizados no presente estudo aquando da referência ao fenótipo ou a outra característica física das pessoas de determinado grupo sociocultural. O título da dissertação apenas incluiu a expressão “pessoas de origem africana”, por esse motivo. Esta expressão foi sofrendo alterações e substituições por outros termos no decorrer da realização das entrevistas pois colocou-se aos(à)s participantes uma questão sobre qual a melhor forma de identificá-las(os) com base na cor/tom de pele.

Objetivou-se, portanto, seguir os passos de uma investigação aberta em detrimento de uma do tipo oculta para que os participantes conhecessem os seus propósitos. As investigações ocultas, em contrapartida, podem limitar o acesso do investigador às “situações que são observáveis”, não sendo possível, por exemplo, a realização de entrevistas ou histórias de vida (Burgess, 1997, pp. 50-51). Nas investigações abertas, o investigador necessita de informar as(os) participantes sobre quem ele é e o que pretende fazer, e ir ajustando estes procedimentos conforme a evolução da investigação (Burgess, 1997, p. 53).

Ainda de acordo com o mesmo autor, outras questões éticas tal como “o anonimato e a confidencialidade devem ser discutidos com todas as pessoas que concordam em cooperar com os investigadores” (Burgess, 1997, p. 53). Assim, tanto na declaração de consentimento informado quanto na introdução da entrevista (*vide* anexos I e II, pp. [102](#) e [104](#), respetivamente), às(aos) participantes foi esclarecido que os dados provenientes da entrevista seriam utilizados apenas com a finalidade de dar a conhecer o impacto do tom de pele na vida de pessoas de origem africana na sociedade portuguesa de modo a contribuir para o conhecimento científico em geral e para prováveis ações ou intervenções conforme os domínios.

Parte III – Apresentação, Interpretação e Discussão dos Resultados

Capítulo VI – Caracterização Sociodemográfica das(os) Participantes no Estudo

Participaram do estudo pessoas com idades dos 18 anos aos 42 anos, de diferentes géneros, residentes em Lisboa e de origem africana dos PALOP (Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, exceto S. Tomé e Príncipe). Foram selecionadas(os) 9 participantes, sendo 6 do género feminino e 3 do género masculino.

A falta de resposta das associações de afrodescendentes para recrutamento de participantes, como pretendido inicialmente, levou a que se recorresse a contactos mais próximos. As(Os) participantes foram selecionados por conveniência, sendo pessoas dos círculos de amizade e profissional da entrevistadora que correspondiam aos critérios definidos e que demonstraram interesse em participar no estudo após o seu conhecimento através de uma conversa informal.

A caracterização sociodemográfica das(os) participantes é apresentada na tabela que se segue, ocultando-se dados pessoais de modo a não se ir contra o princípio da confidencialidade preconizado na declaração de consentimento informado.

Tabela: 6.1.: Caracterização Sociodemográfica

Nº da entrevista	Género	Idade	Origem (país)	Escolaridade	Profissão	Local	Tempo de entrevista (horas)
1	Feminino	36	Moçambique	Mestrado, doutoranda	Docente em Moçambique e outras profissões em Portugal	Lisboa, videoconferência	00:54
2	Masculino	38	Cabo-Verde	12.º Ano	Técnico de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC)	Lisboa, videoconferência	01:17
3	Feminino	19	Guiné-Bissau	10.º Ano	Estudante e trabalhos sazonais de verão	Lisboa, videoconferência	00:57
4	Feminino	23	Moçambique	12.º Ano	Atendimento ao Cliente	Lisboa, videoconferência	01:19
5	Feminino	30	Cabo-Verde	Mestrado	Técnica Especialista em Exercício Físico	Lisboa, videoconferência	01:08
6	Feminino	42	Moçambique	Licenciatura	Freelancer e Prestadora de Serviços na área da produção de conteúdos	Lisboa, videoconferência	01:25
7	Masculino	28	Moçambique	Licenciatura, Mestrando	Profissional de RH	Maputo, videoconferência	01:02
8	Feminino	39	Cabo-Verde	12.º Ano	Live Coach	Lisboa, videoconferência	01:08
9	Masculino	29	Angola	Licenciatura, Mestrando	Trabalhador de fábrica de papéis	Lisboa, videoconferência	01:21

Fonte própria

As duas primeiras entrevistas foram de extrema importância para o desenrolar das seguintes bem como para o enriquecimento e continuação da elaboração do enquadramento teórico. Estas duas entrevistas também propiciaram uma primeira experiência para que depois, nas que se sucederam, a abordagem se tornasse mais assertiva com a introdução de novas questões ou a reformulação das questões.

A primeira entrevistada, é do género feminino, tem 36 anos e é de origem e nacionalidade moçambicana, da província de Gaza. Reside em Portugal, no centro de Lisboa desde 2015, tem título de residência para estudantes obtido no âmbito da concessão de uma bolsa de doutoramento entre a Universidade em Moçambique onde exerce a sua profissão como docente e a Universidade em Lisboa. Frequenta o doutoramento em Linguística e Ensino de Língua. Nos seus tempos livres, gosta de passear, ler, estudar, viajar e estar com amigos que fez em Portugal considerando alguns como família. Refere que “ter contacto com portugueses é muito difícil”, eles “são intocáveis”. Os seus amigos “eram todos estrangeiros”, especialmente, alunos do programa Erasmus (European Region Action Scheme for the Mobility of University Students).

O segundo entrevistado, tem 38 anos, nasceu em Portugal e tem ascendência cabo-verdiana. Possui nacionalidade portuguesa apenas há 5 anos pois no ano em que nasceu, uma nova lei sobre a nacionalidade portuguesa substituiu o conceito de *jus solis* pelo de *jus sanguinis*, segundo o próprio. Nas suas palavras: “foi uma lei que implementaram em 1982”. Assim, embora nunca tenha conhecido Cabo-Verde sempre teve a nacionalidade cabo-verdiana, situação que não se verificou com os seus irmãos mais velhos que à nascença obtiveram a nacionalidade portuguesa (nasceram em Portugal antes de 1982). O entrevistado trabalha na área de AVAC (Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado), tem o 12º ano de escolaridade e reside em Lisboa, no município da Amadora. Nos seus tempos livres gosta de fazer desporto, estar com a família, sair com amigos, passear e estar em esplanadas. Também gosta muito de ouvir música, ler e aprender coisas novas.

A terceira entrevistada, é uma jovem com 19 anos de idade, selecionada através de conhecimentos do local de trabalho. A sua participação foi fundamental para se perceber qual o impacto ou a permanência do colorismo entre pessoas de menor idade. A jovem de nacionalidade e naturalidade guineense, nasceu na Guiné-Bissau, país onde morou até aos 12 anos de idade. É estudante do 10.º ano numa Escola Profissional em Lisboa e reside em Setúbal com os pais após reunificação familiar (os seus pais emigraram primeiro para Portugal). Nos seus tempos livres costuma estar em casa, “a dançar, a cozinhar” e com as suas sobrinhas. Quando vai sair, sai “com as professoras do Centro” (escola), com as amigas e primas. Às vezes, ao sábado ou domingo, vai à igreja com os escuteiros. No início da entrevista, ficou apreensiva não querendo falar muito sobre o assunto porque não gosta/quer vitimizar-se, tal como deu a entender.

As(os) próximas(os) participantes foram selecionados através de círculos familiares, de amigos e de colegas do mestrado que foram tendo conhecimento do presente estudo e manifestaram interesse em participar.

A quarta entrevistada, de 23 anos, nasceu no Maláui e é de origem moçambicana e portuguesa. Reside em Portugal, em Odivelas, Lisboa desde 2019. Estudou até ao 12.º ano na Escola Portuguesa de Moçambique (EPM-CELP) e trabalha na área de atendimento ao cliente. Tem nacionalidade portuguesa adquirida muito recentemente de modo a facilitar a sua integração no país. Nos seus tempos livres joga futebol, ouve música, vê televisão e lê. O seu testemunho foi muito enriquecedor pois revelou a discriminação racial num ambiente marcadamente português em Moçambique: a EPM-CELP.

A quinta entrevistada, tem 30 anos de idade, é de origem cabo-verdiana e belga tendo ambas nacionalidades. Mora em Telheiras, Lisboa, e reside em Portugal desde 2012. Antes, residiu em Cabo-Verde, Bélgica, Moçambique e Inglaterra. Tem licenciatura em Gestão de Empresas e mestrado em Turismo e Património, e um Curso de Especialização Tecnológica em Exercício Físico. Atualmente, é Técnica Especialista em Exercício Físico num ginásio. Nos seus tempos livres, gosta de treinar e de “estar sempre ativa”, procurando sempre estudar, em especial, temas das áreas do desporto, da reabilitação e

fisioterapia. Ama desporto e também gosta muito de psicologia. Costuma estar sozinha, com amigos e familiares.

A sexta entrevistada, tem 42 anos, nasceu em Moçambique, na Beira, possui licenciatura na área da Comunicação. Reside em Portugal desde os 3 anos de idade. Tem nacionalidade portuguesa, mas refere que já teve “o B.I. azul” e que “até nisso o colorismo está também aí no documento.” Tinha 15 anos quando passou a ter a nacionalidade portuguesa porque o seu pai também a adquiriu devido à ascendência portuguesa. Nos seus tempos livres, gosta muito de ir ao futebol, de dançar, da natureza. É uma pessoa muito ligada à questão do desenvolvimento pessoal e à meditação e é muito apologista do autocuidado que passa por saber dizer “não”, segundo a própria. Também gosta de ir ao cinema, ler, conversar, estar numa esplanada e de estar à conversa. Das coisas que mais lhe “dá um gozo na vida hoje em dia” é de conversar sobre temas que são do seu interesse como estas questões sociais porque afirma que “quando nós falamos, nós estamos a curar a nossa linhagem (...).” Acha que é mesmo importante o diálogo e que “já estivemos muito tempo silenciados.”

O participante da sétima entrevista, é do género masculino, tem 28 anos e é de origem e nacionalidade moçambicana. Concluiu a licenciatura em Direito em Moçambique e frequenta o mestrado também na área de Direito, numa Universidade de Lisboa. Residiu em Lisboa aquando do início da frequência do mestrado. Atualmente, reside em Moçambique e trabalha na área dos Recursos Humanos. Nos seus tempos livres, gosta de estar com a família, passear, viajar e estudar sobre vários assuntos, nomeadamente, relacionados com religião.

A oitava participante, é do género feminino, tem 39 anos, é de origem cabo-verdiana, nasceu em Portugal e tem nacionalidade portuguesa. Reside na zona de Sintra, possui o 12.º ano e é Live Coach. À data da entrevista, ainda não havia conhecido Cabo-Verde embora considere que vive muito a cultura cabo-verdiana. Segundo a própria, é uma pessoa muito ativa, é “atleta amadora”, gosta de desporto e de temas que estão relacionados com desenvolvimento e crescimento pessoal, com temas sobre a positividade da vida – investimento intelectual que faz também por causa da sua

profissão. Nos seus tempos livres, gosta muito de estar com os amigos e de estar sozinha também. Lê muito, gosta de fazer formações, workshops, e “adora” estar sempre a aprender. Gosta de ir passear à beira-mar, de ir para um jardim ou fazer coisas calmas. Aprecia ouvir música (“de tudo um pouco”). É batucadeira. Ama tocar o batoque ou a chabeta.

O último entrevistado tem 29 anos e é de origem e nacionalidade angolana. Também tem nacionalidade portuguesa adquirida recentemente. Nasceu em Angola e reside em Portugal há 9 anos em Lisboa, na zona do Lumiar. Possui licenciatura e frequenta o 2.º ano de mestrado na área do Direito. Trabalha numa fábrica de papéis com o objetivo de se integrar e comprovar as suas capacidades para, posteriormente, entregar o currículo nos Recursos Humanos com vista a trabalhar na sua área de formação. Nos tempos livres, gosta de estar com os amigos, de ler e ir ao cinema. Revelou que gosta de estudar sobre os assuntos antes de emitir uma opinião sobre os mesmos. Assim o fez com a questão do colorismo.

Doravante, as(os) participantes serão identificados por E1 (primeira entrevistada), E2 (segundo entrevistado), E3 (terceira entrevistada) e assim sucessivamente pela mesma lógica para a identificação de todas(os) as(os) participantes.

Capítulo VII – Apresentação dos Resultados

7.1. Situações e Motivos da Discriminação

Nesta primeira categoria procurou-se introduzir o tema da discriminação, solicitando-se às(aos) participantes informação sobre situações de discriminação com base na cor e/ou tom de pele pelas quais tenham passado na primeira pessoa ou testemunhado com outras pessoas, e ainda sobre os motivos que possam tê-las despoletado. Foram apresentadas diversas situações de discriminação vivenciadas pelas(os) participantes na primeira pessoa e por outras pessoas, desde familiares a amigos assim como por pessoas desconhecidas.

Tal como mencionado no enquadramento teórico, as situações de discriminação com base na cor e no tom de pele acontecem em diversos âmbitos: no acesso ao emprego e à educação, em serviços e espaços públicos, nos meios de comunicação social e ainda ocorre relacionada ao local de habitação e à expressão linguística/sotaque/pronúncia. Sobre este último âmbito, pode-se entender como uma manifestação do racismo sendo observável quando se associa à forma de falar ou à pronúncia ou sotaque a discriminação. Portanto a forma de se expressar de alguém é, muitas vezes, utilizada para discriminar o Outro, por norma, com associação ao preconceito *racial*.

O vocabulário do Outro, ainda que rico, não é suficiente para a inexistência de preconceito com este embasamento, embora o sotaque não esteja propriamente ligado a uma questão *racial*, mas, sim, ao local onde a pessoa aprendeu a falar determinada língua, onde nasceu ou cresceu, e às convivências que teve durante o aprendizado da língua.

Questionadas(os) sobre situações em que se sentiram discriminadas(os) por causa da sua cor e/ou tom de pele, alguns dos(das) participantes afirmaram que ao responder a estas questões poderiam transmitir a impressão de que estariam seguindo o caminho da vitimização. Assim, muitos procuraram indicar situações “extremas”, como referiram os primeiros três participantes, ou situações incontestáveis como, por exemplo, nas que constatavam “*um certo desprezo*” (relato da E1, 36 anos, docente, ao tentar participar de

um encontro social); *“Fui posto de lado por causa do meu tom de pele, mas pronto, eu não gosto de estar a vitimizar”* (E2, 38 anos, técnico de AVAC); *“Porque há pessoas negras que entendem que falar sobre estas questões é estar-se a colocar no papel de vítima. (...) Justamente essas separações sim, porque a união das pessoas negras é uma ameaça, uma ameaça ao poder”* (E6, 42 anos, freelancer). *“Até se falo para ti é porque pronto, mas eu prefiro mesmo um silêncio total, porque acho que chamam a isso de vitimização, mas eu não tenho motivos para tal porque estou no meu cantinho”* (E3, 19 anos, estudante); *“Então não é vitimização. É arranjar uma forma para perder credibilidade quando nós vamos falar sobre coisas que eles fazem. Não acredito muito em vitimização”* (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica); *“Claro que há muitas pessoas que não aceitam, está no seu direito, mas que é uma verdade. Sim, se isto de vitimização, inferioridades... e pensar que nós somos menos é algo que nos foi passado, ainda está a ser passado. Sim, sim, é como tu disseste há bocado, maior parte das pessoas vão se colocar no papel de vítima. Eu não sou vítima, eu não posso deixar que o meu passado vá influenciar aquilo que eu sou. Eu sei que existe o racismo sim e depois... que está nua e crua, muita das vezes camuflada, não é?”* (E8, 39 anos, live coach).

O E2 (38 anos, técnico de AVAC), e a E6 (42 anos, freelancer), contam um testemunho relacionado à procura de emprego: *“Ao telefone ela perguntou se eu tinha todos certificados. Presencialmente, ela inventou outro tipo de experiência, um certificado... e eu não tinha. (...)”* (E2, 38 anos, técnico de AVAC); *“Porque o lugar que havia na véspera e que ela estava toda entusiasmada, de repente deixa de existir a partir do momento em que ela vê que eu sou uma pessoa negra”* (E6, 42 anos, freelancer); *“Tu chegas lá e dizem que é na limpeza. (...) Nem queriam saber que nível de escolaridade tu tens”* (E1, 36 anos, docente); *“Portanto, assim que ela me vê, ela mantém a porta como se tivesse com aquela corrente. E olha-me de cima a baixo, pergunta ao que eu venho, não é? Eu explico que tinha falado com ela na véspera e ela de uma forma muito fria e seca, diz-me que o lugar já está preenchido, já não precisa mais”* (E6, 42 anos, freelancer); *“Entretanto, após fazer a entrevista, o que afetou-me foi que nessa altura, as pessoas que foram comigo, alguns deles ainda nem tinham terminado a licenciatura”* (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica); *“Senti que fui excluído por causa do tom de pele e não pela minha capacidade*

intelectual. E daí foi algo que desmotivou-me durante um bom tempo” (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica); “Portanto, eu percebo que ela está a ser tremendamente racista, porque o lugar que havia na véspera e que ela estava toda entusiasmada, de repente deixa de existir a partir do momento em que ela vê que eu sou uma pessoa negra” (E6, 42 anos, freelancer).

A discriminação em locais públicos ocorre com frequência significativa segundo as(os) participantes, tal como conta a E3 (19 anos, estudante), quando, juntamente com a sua prima, tentava resolver uma situação de conflito dentro de um autocarro de acesso público: *“«É mesmo as pretas que fazem a mesma coisa. Os pretos tinham que ser mesma coisa!»” (E3, 19 anos, estudante); “Como eu já vi também nos autocarros e comboio também, nos meios de transportes por aqui na escola também e imagina alguns chegam há pouco tempo e começam a escola e pronto, não conhecem e dizem-lhes sempre «Volta para tua terra!» e que «Ninguém te quer por aqui porque és preto e só os brancos é que podem estar aqui.»” (E3, 19 anos, estudante); “Entro com outros colegas brancos e a determinada altura, o motorista sai do seu lugar e vai ao pé de nós e está-me a expulsar do autocarro porque diz que eu entrei por trás, quando eu tinha entrado pela frente com os meus outros colegas. Portanto, porquê aquela pessoa, não é? Resolveu ter aquela atitude e com a única pessoa negra daquele grupo” (E6, 42 anos, freelancer); “No autocarro já estava sentada uma senhora velha, era portuguesa. Entrou uma moça negra, ela foi-se sentar, mas tinha lugares vagos. A senhora olhou para ela «Não tem outro lugar para sentar?» A moça disse «Não, porque depois vão começar a entrar e mais vale, as pessoas sentarem-se logo aqui, do que estarem a causar transtorno as pessoas que já estão de pé.» «Mas não tem outro lugar para sentar? Não pode ficar de pé?” (E4, 23 anos, atendimento ao cliente).*

Noutros locais públicos de atendimento e em lojas contaram: *“A dizer que era muito caro e que a minha mãe não tinha possibilidade de pagar” (E4, 23 anos, atendimento ao cliente); “«Não sabem estar» e «Pensam que estão na selva», «Onde é que já se viu? Isto não são modos!» Com este tipo de discurso” (E6, 42 anos, freelancer).*

Em espaços comerciais e no acesso a serviços públicos, como contou o E2 (38 anos, técnico de AVAC), o facto de ter sido seguido por um Vigilante no supermercado é revelador do preconceito com pessoas de pele escura. A quinta e a oitava participantes falam sobre a discriminação no atendimento: *“E onde noto também é quando vamos a seguranças sociais e tudo mais. Mas depois, eu tenho que te admitir, quando veem no meu cartão belga já a coisa muda de figura”* (E5, 30 anos, técnica de exercício físico); *“Muitas vezes no atendimento ao público tentam nos tratar como inferior”* (E8, 39 anos, live coach); *“E quando sai, apercebe-se de que já não tem a peça de roupa num saco. Portanto, naturalmente, como eu estava num grupo onde existiam pessoas negras... quem é que tinha sido? Tinham sido as pessoas negras”* (E6, 42 anos, freelancer); A E5 (30 anos, técnica de exercício físico), conta uma situação que cogita ser de racismo subtil que presenciou contra a sua irmã: *“Na altura não havia COVID, ficou mesmo perto e fez assim com um ar mesmo de desprezo, «Mas é burra, é burra!»”* (E5, 30 anos, técnica de exercício físico).

As entrevistadas referiram situações de discriminação com base na cor de pele associada à pobreza por parte dos meios de comunicação social. E ainda revelaram a diferenciação de condições de vida e a associação a atividades profissionais menos qualificadas: *“Eu sou preta, mas sou uma preta que cresci muito bem. (...) Porque eu fui criada dentro de condições que, se calhar, apesar de a pessoa ser branca, não teve as mesmas condições. (...) Basta ver um preto é porque sabe fazer tudo e as coisas que sabe fazer estão ligadas à limpeza”* (E1, 36 anos, docente).

A E1 (36 anos, docente), acredita que existe uma ligação com a pobreza: *“Eu não sei. Acho que também há uma ligação com a pobreza, como sempre fomos escravizados, eu não sei... não tem nada a ver com a pele, porque com a beleza eu vejo muitas pessoas pretas também bonitas e outras pessoas mais brancas mais feias e não tem a ver com o tom de pele. Então, são rótulos. Eu não sei, são coisas feitas, não sei como, não sei como”* (E1, 36 anos, docente). O E2 (38 anos, técnico de AVAC), também pensa que a riqueza e relações de poder estão relacionadas: *“Bem, acho que é por causa do poder... do poder, da riqueza, acho que é por causa disso. Isso também já vem da guerra colonial, Amílcar Cabral, etc. Já vem já há muito tempo. E ainda hoje persiste”* (E2, 38 anos, técnico de AVAC).

As seguintes participantes revelaram haver estereótipos sobre a escolaridade, falta de inteligência ou baixas habilitações literárias, e ainda apontaram situações de discriminação no acesso ao Ensino. A E1 (36 anos, docente), contou que sofreu de discriminação no âmbito académico quando um professor do curso de doutoramento questionou a sua presença na sala de aulas: *“Porque ele não me conhecia, podia perguntar se era para fazer doutoramento ou não, ou por que é que eu estava ali. E que eu não poderia estar ali no doutoramento. Disse que aquela turma é de doutoramento. (...) Eles associam o preto com a falta de inteligência. (...)”* (E1, 36 anos, docente). A E1 (36 anos, docente), comenta sobre atributos considerados positivos como a inteligência e que são veiculados a pessoas de pele clara: *“O tom de pele não significa inteligência, porque se fosse inteligente, no mínimo ia saber que a língua varia de acordo com a área geográfica onde ela é falada”* (E1, 36 anos, docente).

A discriminação pela origem geográfica e com base na nacionalidade foi abordada: *“Mas tem a certeza, não tem origem nisto, não tem origem naquilo? (...) Eu acho que até inventei que era da América Latina. Mas associam logo, associam logo”* (E5, 30 anos, técnica de exercício físico); *“«Sim, então a gente mora numa árvore, mas como nós somos mais pobres, a gente vive numa árvore pequena. Já o embaixador do Brasil, como ele é mais rico, ele mora numa árvore e meia, sabe?»”* (E5, 30 anos, técnica de exercício físico); *“O que senti foi tipo... as pessoas quando falavam comigo e tipo diziam às vezes para voltar à minha terra e essa parte que me faz...”* (E3, 19 anos, estudante). *““Já não me lembro a que propósito eu falo da minha origem moçambicana (...). «Ah eu bem me parecia que estava a identificar um sotaque diferente.» Eu fiquei tipo assim, que sotaque diferente é que esta pessoa estará a identificar em mim? Mas, enfim, é daquelas coisas que nos fazem parar para refletir um bocado, não é? Nessa violência que está ali a acontecer...”* (E6, 42 anos, freelancer); *“Esse foi o primeiro impacto que eu tive quando vim quanto à minha nacionalidade. Só passado algum tempo, quando ele já disse «Mas não, tu... tu pareces ser um negro muito diferente dos outros, não é?»”* (E7, 28 anos, profissional de RH); *“Mas sou português, eu sou português, eu nasci aqui, ali tinha de meter nacionalidade portuguesa. Ele meteu «africano nascido em Portugal».*

Nacionalidade é portuguesa, e ele meteu «africano nascido em Portugal». Depois fui ver e vim embora chateado” (E2, 38 anos, técnico de AVAC).

As(Os) participantes expuseram diferentes situações de discriminação em contexto escolar: *“Eram mesmo da minha turma. Eram da minha turma que faziam bullying” (E3, 19 anos, estudante); “Não! Eu quero ler também. Tipo, não me importo; «Ah, mas tu não podes ler porque não tens sotaque português.»” (E4, 23 anos, atendimento ao cliente); “Em que um menino [na escola], um moço branco, virou-se para uma moça negra e disse «Tu não prestas! (...) Tu não prestas, tu não sabes nada porque tu és negra, sai daqui sua preta!»” (E4, 23 anos, atendimento ao cliente); “Mas aí está, é isto, ou então se tu ligas e tens um sotaque, logo também é não. Já a resposta é não, não querem que tu avances, também acontece muito isso” (E8, 39 anos, live coach); “(...) Angolanos, moçambicanos, guineenses têm um sotaque diferente. Mas muita das vezes somos tratados consoante o sotaque ou vão ver quantas coisas que tu vais comprar. Se comprares mais coisas, tu vais ser bem atendido” (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica); «Mas é você?» Sim, sou eu, «É que ao telefone não parecia.» Como ela também tinha uma outra entrevista, ela disse, «OK, se não parecia ao telefone também não parece agora. Com licença, boa tarde.»*

A E6 (42 anos, freelancer), conta que persistem estereótipos e generalizações: *“A regra que confirma aquela lógica da meritocracia, ou seja, se esta pessoa negra conseguiu, portanto, os outros não conseguem porque não se esforçam, apenas serve para esse tipo de narrativa. Pelo contrário, se uma pessoa negra falha, e se por acaso é apanhada em falso, isso serve para justificar a exclusão de todas as outras.” (E6, 42 anos, freelancer); “Enfim. E depois também há um clássico que é aquela coisa que somos todos iguais. Portanto, estás a ver a ministra da justiça, não é? Eu já cheguei a estar num restaurante no Alentejo e ter um senhor a perguntar-me se eu era prima da ministra da justiça, porque somos muito «parecidas»” (E6, 42 anos, freelancer).*

A E1 (36 anos, docente), segue o seu discurso falando sobre os meios de comunicação social enquanto difusores de imagens estereotipadas das pessoas negras, acreditando ser esse um dos motivos para a discriminação: *“Exatamente, então eu acho que associo isso ao que a media transmite de que o preto é sempre o sofredor, que sempre aparece*

descalço, que não tem lugar para dormir, não tem comida... (E1, 36 anos, docente); “E a Alberta Marques Fernandes quando chegou à SIC, e recordo-me perfeitamente de eu própria não a considerar como pessoa negra. A Marisa também, a fadista, a mesma coisa. E por que é que eu tinha esta percepção? Porque eu nunca as ouvi se posicionarem” (E6, 42 anos, freelancer); “O pessoal foi fazer a manifestação aqui em Lisboa. Houve pessoal com certos tratamentos. Só não vê quem não quer. E basicamente toda a população manipula isso, manipulam tudo para nós africanos sermos mal vistos. Mais a comunicação portuguesa... é tudo, é mundial” (E2, 38 anos, técnico de AVAC). Neste caso, o participante atribui à comunicação social a perpetuação do preconceito através da difusão de imagens ou mensagens estigmatizadas e, assim, crê que este facto pode representar um dos motivos para a discriminação com base na cor de pele.

Casos de discriminação pela aparência e elementos culturais, são apontados: “«Ah tu és negra, porque é que tu não foste atuar com o cabelo, com o teu cabelo natural?» (...). Então, eu compreendi perfeitamente o ponto de situação dela (...)” (E4, 23 anos, atendimento ao cliente). Acreditam que a estética e beleza também estão na base da discriminação, assim como as características consideradas positivas são retiradas à pessoa negra: “Então, aí quer dizer, aí há muitas questões que entram, quer dizer, eu não sei se é por causa da idade, por causa da questão da beleza, também, não é? Porque branco pode ser branco, pode ser preto, mas há um preto bonito, há um preto feio... quer dizer, aqui tu já tu ficas...” (E1, 36 anos, docente); “Tu és uma preta bonita.» Quer dizer... como se a beleza tivesse etnia porque ao dizer-se isto, está-se a categorizar, portanto, existe uma beleza, e o referencial é branco (...). É como se estivessem a dizer que as pessoas da tua etnia costumam ser feias. «Mas tu, olha, safaste-te...»” (E6, 42 anos, freelancer).

Sobre os motivos que levam à discriminação em Portugal, foi solicitado às(aos) entrevistadas(os) que indicassem quais os motivos subjacentes às variadas situações de discriminação com base na cor de pele. A este propósito, a E1 (36 anos, docente), acredita que a instrução/educação tem relevância na maneira de ser das pessoas, se demonstram evidentemente ou subtilmente um comportamento discriminatório: “Nas pessoas mais adultas, adultas instruídas, as mais instruídas tu podes dizer que aqui há um problema, mas pelo menos disfarçam. Então, nas menos instruídas e menos jovens é que é

mais notório” (E1, 36 anos, docente); “O meu tom de pele não faz mal a ninguém e eu nunca fiz mal a ninguém e as pessoas depois de descobrir, porque eu acho que também é a falta de informação, não sei se é falta de informação, acho que associam esta nossa cor com um pequeno diabo (E1, 36 anos, docente); “Yah, está enraizado. Está enraizado em certas mentes de pessoas, dos filhos, vão criando com isso na cabeça até enraizar” (E2, 38 anos, técnico de AVAC).

O E2 (38 anos, técnico de AVAC), aponta também como motivo para a discriminação acontecer o facto de morar em determinada zona que por sua vez é alvo de estereótipos: *“Eu ali senti-me discriminado. Porquê? Porque eu venho da zona da Amadora, nasci na Damaia, ser black, do bairro e tinha aquela pinta...” (E2, 38 anos, técnico de AVAC); “«Tem que preencher aqui esses papéis e tal.» E a senhora logo perguntou, «Vocês são mais de seis?» Eu disse «Não, só sou eu e a minha filha!» «A sua casa é da Câmara, é alugada?» e eu «Não, casa própria!» «Ah OK, está bem.»” (E8, 39 anos, live coach).*

Acreditam que o desconhecimento de África e a associação de todos os países africanos como iguais ou da mesma origem constituem motivos para o preconceito e a discriminação: *“«Eu vou viajar para a África, tive uma aventura em África!» Mas a onde? Diz a onde. (...). Mas as pessoas não percebem e não dão valor. E é mais uma coisa de só vivem escravos e porque temos que matar e temos que fazer experiências em África, porque depois assim fica mais fácil para nós, europeus, nós americanos” (E4, 23 anos, atendimento ao cliente).*

A E6 (42 anos, freelancer), dá também testemunho de motivos para a discriminação relacionados com a questão da branquitude, com a desumanização e categorização das pessoas negras: *“Há sempre esta necessidade de nos retirar do lugar, portanto de nos dar essa pertença e por outro lado, de nos esvaziar de qualquer sinal de humanidade que nós possamos querer evidenciar. Portanto, isto é um denominador comum” (E6, 42 anos, freelancer).*

A participante justifica ainda que o passado, a história das pessoas negras é tida em conta na discriminação: *“O passado escravocrata, passado colonial, e isso era fundamental para*

perceberem que ainda nos olham como inferiores, que eu acho que isso está internalizado” (E6, 42 anos, freelancer).

7.2. Significado e Importância da Cor e do Tom da pele

Nesta categoria, procurou-se perceber o significado atribuído à cor e ao tom de pele assim como a importância que lhes é conferida. Faz-se a distinção de tom de pele para cor de pele pelo facto de no colorismo falar-se de tom de pele, ou seja, de uma gradação de uma cor de pele. Por outras palavras, poderão existir diferentes tons de pele num grupo sociocultural de pessoas negras, por exemplo. Desta forma, a informação a recolher evidenciaria situações de colorismo. Esta explicação foi dada às(aos) participantes.

A E1 (36 anos, docente), reconhece, da sua experiência, que existem tons de pele diferentes dentro dos mesmos grupos socioculturais: *“Eu sou preta, mas com o meu tom também existem mais. Vim conhecer guineenses aqui que eu disse «Afinal, eu sou um pouco mais clara.» Há guineenses mais claros, mas também há pessoas que eu, por exemplo, não os considero, porque quando estão em Moçambique... mesmo tu, tu em Moçambique és considerada branca já, porquê? Porque aquele moçambicano original é de um tom de pele mais escuro” (E1, 36 anos, docente).*

A E3 (19 anos, estudante), fala sobre o significado do tom de pele indicando exemplos e falando sobre o colorismo na estética/beleza: *“Eu tenho muito orgulho da minha pele, mas ela começou a usar o creme e agora está mais clara do que eu, e eu pronto estou mais com a minha pele e não vou estar a mudar de pele nenhuma” (E3, 19 anos, estudante); “E mesmo a questão da apreciação sexual, estética, as mulatas sempre foram muito mais desejáveis com esta perspectiva de que também tinham já mistura. Quanto mais claro, melhor, mais bonito” (E6, 42 anos, freelancer).*

Sobre o significado do tom de pele, o E7 (28 anos, profissional de RH), faz a distinção entre vários grupos socioculturais: *“Só que pronto, eu acho que se fosse um branco a entrar, por exemplo, um da Holanda, assim um branco americano, por exemplo, entrar*

em Portugal, acho que não teria um mesmo tratamento que tem um angolano que não é branco na entrada em Portugal” (E7, 28 anos, profissional de RH); pele: “É uma realidade, eu sou negra, não têm que estar a dizer porque eu tenho espelho. É assim e até então, esta é a minha experiência (...). Eu por acaso não tenho muito que dizer desse lado, porque eu me imponho como pessoa e imponho-me como mulher, me imponho como africana, por isso sou assim um bocadinho...” (E8, 39 anos, live coach); “Agora superiorizaram umas e inferiorizam outras e isso já é que faz com que a discriminação nasça, então é importante nós dizermos que sim, «Aquele é branco» (...). Mas aí tem várias tonalidades, vários tons, tem um branco mais pálido, um branco mais avermelhado, um branco... Tudo bem, mas há várias tonalidades. Só não podemos é inferiorizar umas superiorizar as outras (...), mas as raças de pessoas existem e isso eu não nego” (E7, 28 anos, profissional de RH).

O E9 (29 anos, trabalhador de fábrica), faz a diferenciação entre o tom e a cor da pele: *“Alguns amigos negros e que uma das coisas que ele discordava e eu discordo também foi a com relação... aqui tem a tendência de chamar pretos às pessoas. Eu não concordo porque preto é uma cor e não um tom de pele, OK?” (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica); “Sim, é que as pessoas ao verem ao longo dos tempos que as pessoas clarinhas, principalmente lá na África, foram sendo mais aceites por serem mais clarinhos, então querendo ou não acabou por criar-se isso na mente das pessoas de que podem ter mais oportunidades” (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica).*

O E2 (38 anos, técnico de AVAC), partilha que a discriminação varia de acordo com o tom da pele pois acredita que quanto mais escuro, maior a discriminação e daí a importância conferida: *“As pessoas mais discriminadas, são aquelas que têm o tom de peles mais escuro. Escuro mesmo. Eu ainda safo... exatamente. Eu safo, tu ainda safas... imagina se tu tivesses cor negra... tinhas muitos obstáculos para passar, muitos obstáculos...” (E2, 38 anos, técnico de AVAC). E continua dizendo que o tom de pele tem relevância porque, até “internamente”, a diferenciação permanece: “Tem. Mas mais em nós... nós africanos temos essa cena de julgar também... quem tem um tom de pele mais branco... como eu, quem tem mais escuro, etc. Acontece na nossa comunidade, na nossa etnia” (E2, 38 anos,*

técnico de AVAC); *“Talvez gozam com ela na escola. Ela é tipo preta, parece carvão. Alguns querem ser brancos”* (E3, 19 anos, estudante).

Por sua vez, a E4 (23 anos, atendimento ao cliente), fala sobre a importância conferida ao tom de pele quando explica que lhe é difícil, devido à sua mestiçagem, identificar-se ou ser incluída num grupo sociocultural: *“Eu não sou branca, percebes? Eu acho que as pessoas têm que perceber que o mundo é feito de diferenças. Os animais não são iguais, não são todos elefantes. E é tão estranho ver, e as pessoas mais velhas incutem isso nas pessoas mais novas”* (E4, 23 anos, atendimento ao cliente).

A E5 (30 anos, técnica de exercício físico), explica como o tom de pele pode levar à “classificação” de pessoas e remetê-las para subgrupos, como os manjacos que vivem em Cabo-Verde: *“Sim, eu acho que se fosse, que se aparecesse uma pessoa da Guiné, mas que fosse mais clara... Eu acho que ali é uma junção, olha destas três coisas: da cor da pele, da profissão e da origem”* (E5, 30 anos, técnica de exercício físico).

A E5 (30 anos, técnica de exercício físico), relata que pertencer a dois “mundos” é uma constante na sua vida, como se estivesse num limbo: *“Eu já senti que eu era branca e já até fomos a uma zona na baixa até a nossa amiga acho que estava lá. E eu ouvi “Essas pernas brancas...” e coisas assim. Ou seja, pela primeira vez vi-me do outro lado do... Mas também, conosco acontece dos dois lados”* (E5, 30 anos, técnica de exercício físico).

Fala sobre o facto de ter familiares brancos e negros, como se lida, como se gere: *“Até porque os meus pais, eu tenho um exemplo, tenho, tenho uma mãe branca e o meu pai é mulato. E depois tenho familiares, lá está, que são negros, portanto eu já nasci no meio daquilo”* (E5, 30 anos, técnica de exercício físico); *“E continua: “«Ah, porque nem pareces.» Parece que tens uma opção de fugir, não é? Então foge, não é? Então foge porque tu até podes passar assim, porque és muito clarinha. Agarra-te a isso. Agarra-te a essa tua parte clarinha”* (E6, 42 anos, freelancer); *“A objeção familiar não tinha que ver com... vamos imaginar ser um vagabundo, percebi que o problema era o facto de ele ser negro. Este era o problema. Portanto, negro, com mais concentração de melanina. Este foi o problema. E mais tarde também uma das minhas irmãs também teve uma relação com uma pessoa mais escura. Também neste caso, cá em Portugal, também existia aqui uma*

questão de estilo de vida da pessoa a interferir na objeção dos meus pais com o meu cunhado” (E6, 42 anos, freelancer); “Não é tão escura quanto aquela pessoa acha que tem que ser para eu me poder considerar negra. Estas graduações acontecem também com uma raiz histórica muito forte, como é óbvio, porque em todo o nosso passado, quando nós olhamos para trás e existiam essas distinções” (E6, 42 anos, freelancer).

Faz uma descrição sobre como pensa ter-se iniciado a distinção de pessoas com base na cor de pele e como esta distinção se tornou importante: *“Sim, havia aquelas distinções, aquela coisa do negro da casa, do negro da plantação e tudo mais para criar justamente essas separações sim, porque a união das pessoas negras é uma ameaça, uma ameaça ao poder. E essa lógica ainda prevalece porque nós continuamos a ter uma dificuldade tremenda de nos unirmos” (E6, 42 anos, freelancer).*

Fala sobre a relevância de pessoas negras que são de alguma forma conhecidas ou figuras públicas, se apresentarem como tal para se marcar a representatividade: *“A afirmarem essa identidade, porque na minha cabeça teria de haver essa afirmação em nome de todos os outros que não tem esse espaço. E como eu nunca as ouvi a ter um posicionamento sobre essas questões [figuras públicas], a trazer estas discussões, claro que estamos a falar de há não sei quantos anos, mas eu nunca as ouvi sobre isto” (E6, 42 anos, freelancer).*

Conta uma situação de colorismo na qual uma pessoa negra obteve frutos do privilégio de ter a cor mais clara (colorismo reverso?): *“E ele disse que tinha essa consciência de que em determinados momentos da vida usou isso em seu favor porque percebeu que isso funcionava como uma vantagem e ele usou dessa vantagem, digamos assim. Ou seja, nós todos temos consciência nas nossas vivências de que mais claro ou mais escuro tem resultados diferentes. Vamos gerindo isso, não é? Vamos gerindo isso no nosso dia-a-dia” (E6, 42 anos, freelancer).*

A E6 (42 anos, freelancer), fala sobre a importância do tom de pele contando que sabe de histórias de pessoas que desejam ser brancas: *“Eu conheço uma série de pessoas, hoje já adultas, que reconhecem que desejaram ser brancas. Até porque é perfeitamente compreensível. Se tu percebes que tens uma característica que te exclui, que te diminuí, tu*

queres te ver livre daquela característica e queres ter a característica que te eleva” (E6, 42 anos, freelancer).

Também aborda-se a questão cultural. A socialização com familiares negros e brancos ou mestiços, acarreta todo um património cultural que deve ser considerado uma vez que é essencial para a construção do sentimento identitário: *“Portanto, se calhar, eu posso escolher ser só aquilo já que aquele lado me traz dor, eu vou escolher o outro lado que é o lado porreiro, é o lado que as pessoas valorizam. Então eu acho que isto a nível de construção identitárias deve criar muitos conflitos. Cria muitos conflitos. E essas pessoas com essa pertença, acredito que em muitos momentos tenham desejado ser brancas como o pai ou como a mãe. Isso eu acredito que sim” (E6, 42 anos, freelancer).*

Por sua vez, o E7 (28 anos, profissional de RH), dá a sua opinião sobre a importância do tom e da cor de pele e diz qual o significado: *“O branco não é superior ao negro. O asiático ao negro. Se todas as raças existem, então elas devem ser tratadas da mesma forma, não uma sendo superior à outra. Isso é que é mau, mas negarmos que existem raças ou negarmos que existem várias tonalidades, no meu ponto de vista é errado negar. Existem. Mas a forma do tratamento é que deve ser igual para todas as raças. Agora superiorizaram umas e inferiorizam outras e isso já é que faz com que a discriminação nasça, então é importante nós dizermos que sim, «Aquele é branco.» Por exemplo, se tu vês os brancos da Rússia, os brancos da América, os brancos, não sei, de onde, quer dizer, cada um tem uma outra tonalidade, mas já é chamado branco, não é? Mas aí tem várias tonalidades, vários tons, tem um branco mais pálido, um branco mais avermelhado, um branco... Mas, no entanto, há um negro que é um negro mais escuro, um negro mais clarinho... há várias tonalidades, mas as raças existem, o branco, o negro, são nomes das raças. Tudo bem, mas há várias tonalidades. Só não podemos é inferiorizar umas superiorizar as outras. Isso é que eu não estou de acordo. Não é que esses são melhores que aqueles, porque tem um cabelo mais liso... por exemplo, de indianos são melhores, porque o cabelo é mais liso, mas já afrodescendentes não, porque têm cachos. Isso já não estou muito assim de acordo, mas as raças de pessoas existem e isso eu não nego” (E7, 28 anos, profissional de RH).*

A E8 (39 anos, live coach), diz que o tom de pele é importante justificando: *“Quanto mais escuro, mais discriminação há, quanto mais claro, menos discriminação há e muitas vezes o que acontece, nós que somos de tons mais escuros dentro dos nossos, somos alvos de preconceito pelos mais claros e os mais claros são alvos do preconceito pelos mais escuros. É... incrível que pareça, isso acontece. Eu nunca fui a Cabo-Verde, mas já ouvi relatos. Em Cabo-Verde há uma discriminação, um preconceito entre eles, que é os da cor mais clara e da cor mais escura”* (E8, 39 anos, live coach). Conta ainda que, em Cabo-Verde, a diferenciação dos tons de pele acontece visto que as pessoas negras são de diferentes tons conforme a ilha onde nasceram: *“Isso tem a ver com as Ilhas”* (E8, 39 anos, live coach).

Todavia, revela que para si em específico, o tom de pele não é importante: *“Importante para mim não é, mas sim para a sociedade, porque a sociedade vai pela tonalidade da nossa cor. Há aqui uma rivalidade, porque que é que os de tons mais claros são considerados normalmente os melhores, aqueles que sabem mais e com mais escolaridade, etc., etc., e tal, enquanto os de cores mais escuras são os que sofrem mais preconceito por não saberem muito por serem escuros, ser isto, porque isto é algo que nos foi inculcado durante a história”* (E8, 39 anos, live coach).

E explica que a importância desta diferenciação tem raízes históricas ligadas ao passado colonial: *“Aí está. O colonialismo, isso tudo faz com que... OK, porquê? Porque para aquilo que nós conhecemos é que os mais clarinhos eram filhos de senhorios, então eram tratados pronto... os escravos de dentro de casa e os mais escuros, os escravos de fora, logo se tu estás dentro de casa, pensas que és melhor do que aquele que está lá fora, mas não a vais servir, mas vai subir de uma outra maneira. Então isso também é algo que está intrínseco na nossa história, que é algo que tem que ser feito, que é trabalhar um bocadinho isso”* (E8, 39 anos, live coach).

Continua confirmando que o tom de pele é importante quando se define padrões de beleza: *“Há o que tem nascido sim, e o padrão de beleza... há aquele padrão de beleza, então queremos todos ser iguais àquele padrão de beleza, mas porquê? Porque dizem que é moda ou dizem que eu tenho que ser. Não, mas tu realmente queres isso? Encaixar-se*

nisso porque achas que é isso que a sociedade vai querer. Isto também é muito desenvolvimento pessoal para ser feito também para as pessoas poderem realmente conhecer-se e perceber, OK, porque é que eu vou? Porque é que eu faço? Não é?” (E8, 39 anos, live coach).

O E9 (29 anos, trabalhador de fábrica), reflete se o colorismo será uma questão “não-branca”: *“Mas para os brancos são todos negros, não importa se você é mais clarinho, como dizem lá em Angola, mulato. Tu és negro, não há meio termo. Você é negro e ponto. Nós é que muita das vezes nos definimos nas nossas mentes e prontos «Este aqui está mais safo... este aqui é mais branco.» Prontos, por ali. Mas o que eu vejo das leituras que eu fiz sobre os brancos, para eles é tudo negro” (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica).*

E continua justificando: *“As pessoas esquecem que há, muitas vezes, africanos que não têm o mesmo poder financeiro para fazer manutenções desses químicos que vão metendo na pele. São poucas pessoas na África que têm um médico de família. Tu não sabes, não tens noção ou um médico de família para te aconselhar a consoante essas situações. E muitas das vezes acabas por ser mais discriminado ainda quando tu queres voltar ao normal. Todas as pessoas que eu conheço e fizeram isso, depois de um tempo ficaram fartos. Só que quando a tua pele começa a voltar ao normal, tu não sabes como é que a pele vai ficar. Muitas das vezes acabas por te desconfigurar porque não te aceitavas e as pessoas não te aceitavam. Praticamente, acabas por cometer um suicídio com contra ti mesmo” (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica).*

O E9 (29 anos, trabalhador de fábrica), explica ainda que o tom de pele é importante na aceitação do próprio ser e das suas características: *“Porque se eu não aceito a minha cor, quer dizer que eu já me estou a negar a mim, a minha personalidade... e eu até vou mais longe, estou a negar os meus pais também por eles serem de um tom de pele que não me agrada a mim” (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica).* Acrescenta que prefere determinados termos de tratamento: *“Eu prefiro negro. Acho que é o correto. Porque muitas das vezes o preto muitas pessoas associam com o mau” (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica).* E continua afirmando que: *“Alguns amigos negros e que uma das coisas que ele discordava e eu discordo também foi a com relação... aqui tem a tendência de chamar*

pretos às pessoas. Eu não concordo porque preto é uma cor e não um tom de pele, OK? Sim, mas as pessoas dizem que há pessoas que são pretas. Quando você diz que é mais preta, quer dizer que a melanina é mais escura e não é preta ainda assim” (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica).

A E1 (36 anos, docente), fala sobre como a cor de pele pode ter vários significados, e contextualiza: *“Eu vejo que não há simpatia comigo e sinto! Estás a ver um despacho total? Basta ver a pessoa, começa a despachar. Então, aí quer dizer, aí há muitas questões que entram, quer dizer, eu não sei se é por causa da idade, por causa da questão da beleza, também, não é? Porque branco pode ser branco, pode ser preto, mas há um preto bonito, há um preto feio... quer dizer, aqui tu já tu ficas...” (E1, 36 anos, docente).*

Por seu turno, a E8 (39 anos, live coach): *“Mas há padrões de negros diferentes. (...) E é isto a, mas isto tem tudo a ver com os padrões, os valores que me foram passados a educação, porque para mim a base de tudo estava na educação... a falta de educação das pessoas, do conhecimento, mas o conhecimento também sem ter educação faz com que muitas coisas não avancem” (E8, 39 anos, live coach).*

Sobre o significado atribuído à cor de pele, o E9 (29 anos, trabalhador de fábrica), diz que: *“Eu não sei se se chama maldade, porque acredito que algumas pessoas foram impelidas com o tempo ou no meio em que cresceram, sim, porque, bom, a minha pesquisa não se diz brancos, mas caucasianos. Então, mas a maioria das pessoas dizem brancos. Conheço muitas pessoas que são brancas e as coisas que eles dizem muitas vezes fazem algum sentido. Eles dizem o meio em si, em que os seus pais que disseram... pessoal mais «old school», essa situação dos negros... essas coisas sérias foram aprendendo em casa, mas na escola tentavam lhes ensinar de forma diferente, mas, muitas vezes, conforme tu vais crescendo, a educação dos pais é muito importante para os filhos. Justamente isso, é sempre uns 70% do que os pais dizem. E o resto da educação pode vir da escola” (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica).*

O E2 (38 anos, técnico de AVAC), descreve uma situação na qual uma pessoa tem sentimentos de vergonha pela sua cor da pele: *“Ele está sempre... ele tem vergonha da cor dele. Estás a ver? Se ele pudesse mudar a cor dele, mudava. Tu és preto. Tu és preto.*

Estás parvo? «Não, não sou, não sou preto.» OK... eu disse, tu és preto, és cabo-verdiano. E ele a discriminar a própria cor dele. Pior coisa que tem, é uma pessoa de raça negra a discriminar a própria cor” (E2, 38 anos, técnico de AVAC).

O E2 (38 anos, técnico de AVAC), continua com o seu testemunho acerca da importância da cor da pele: *“Ele se pudesse pintar-se de branco, ele pintava e saía na rua, e essas atitudes não gosto mesmo” (E2, 38 anos, técnico de AVAC). E segue afirmando que: “Imagina, eu com a minha cor... se eu for ao Colombo com três brancos, sou bem visto, ninguém me liga, os Seguranças não me ligam, os polícias não me ligam, as pessoas nas lojas não me ligam, tipo, estou com pessoas brancas” (E2, 38 anos, técnico de AVAC).*

A cor é, de facto, importante para o E2 (38 anos, técnico de AVAC): *“E tu vais comprar, vais gastar, mas as pessoas que estão ali em cima de ti vão pensar que vais fazer alguma coisa, que vais roubar ou vais arranjar confusão, e essas cenas. Ter o nosso tom de pele e com a nossa cor é complicado, tens de ser muito forte, muita pachorra, muita paciência para... às vezes há coisas que eu não ligo. Às vezes se estiver chateado ligo. No Colombo... vim de uma corrida todo equipado, a subir a escada rolante, estou a ver uma senhora que está à frente de mim com o filho dela ao lado. A senhora faz assim, puxa a mala dela para a frente. Eu vi aquilo, subi as escadas e fui atrás dela. Ela ia entrar para a Primark. Perguntei «Por que está a puxar a mala?» «Não, não estou a puxar a mala... estava a arranjar a mala...»” (E2, 38 anos, técnico de AVAC).*

A E4 (23 anos, atendimento ao cliente), exemplifica: *“Por exemplo, houve um documentário que eu vi, fizeram com crianças acerca do preconceito com a cor de pele com bonecas em que tinham bonecas de várias cores, chinesas, indianas, africanas, caucasianas. E uma menina deixou-me tão triste, mas eu fiquei com tanta pena daquela criança... perguntaram-lhe “Porquê que não escolheste a cor ou a boneca mais escura?” Ela disse «Porque a boneca mais escura parece ser má.» E a boneca mais escura é a única que estava a rir, mas era aquela que parecia ser má. Eu fiquei tipo... porque é aquilo que lhe incutiram, porque os negros são ladrões, porque os negros são assassinos, porque os negros são tudo e mais alguma coisa e os brancos não. Mas é tão, mas tão triste ver isso principalmente com crianças. É muito mau” (E4, 23 anos, atendimento ao cliente).*

E afirma que a cor de pele é importante e que conta muito: *“Aí está. É muito triste ver crianças a pedirem «Mãe, por favor, eu quero mudar a minha cor. Eu não quero ter esta cor porque ninguém brinca comigo porque dizem que eu sou não sei o quê...» Eu fico tipo... contam, infelizmente. Pontos que diminuem ou acrescentam na vida de uma pessoa”* (E4, 23 anos, atendimento ao cliente).

Também se questiona, dando o exemplo do cantor Michael Jackson: *“Ou será que ele queria ser branco? Se ele por dentro continua a ser negro. E se ele tivesse filhos com alguém, filhos mesmo de sangue, os filhos seriam negros. Portanto, ele só mudou a aparência, mas porque é que ele quis ter filhos brancos, com olhos azuis?”* (E4, 23 anos, atendimento ao cliente).

A E5 (30 anos, técnica de exercício físico), dá o seu testemunho do tempo em que morou em Moçambique: *“Pela primeira vez todos nós, os 4 e até os meus pais, havia um lado preto, um cabrito, o “monhé”. E nós nunca tínhamos assim diferenciado, nunca tínhamos ouvido tal coisa. E depois até foi um colega que foi perguntar à minha irmã «Então, mas qual é a tua raça?» E ela disse «Eu sei lá, eu sei lá.» Nunca tínhamos pensado nisso, mas tenho que admitir, agora olhando para trás e vendo as coisas, se calhar, nunca tínhamos pensado isso. Porque em Cabo-Verde, há uma coisa diferente que é, nós não temos tanto isso entre nós, há uma diversidade em termos de tons de pele, tens os pretos, tens as pessoas como eu, tens malta que tem origens por causa da colonização inglesa, que tem olhos verdes ou azuis e depois tem este cabelo”* (E5, 30 anos, técnica de exercício físico).

A E6 (42 anos, freelancer), fala sobre a importância da cor de pele dizendo que: *“Porque nós somos fantásticos até o momento em que começamos a dizer coisas que contrariam a narrativa dominante. Portanto, eu sou muito amiga, eu sou espetacular, sou uma negra para considerar nas suas relações até ao momento em que eu começo a criar desconfortos”* (E6, 42 anos, freelancer).

E também na área da beleza e estética, a cor é importante: *“Nós, quando definimos o belo, definimos com esse ponto de partida, com essas imagens com as quais nós somos expostos desde idades muito precoces. E no meu referencial de beleza, o homem negro nunca apareceu. Claro que depois começamos a ver aqueles videoclipes da MTV e*

começamos a ser expostas a todas essas referências e aparecem pessoas negras que nós cobiçamos, que nós desejamos ser como elas. Mas antes dessa fase, o mundo é todo branco todo. Portanto, se o mundo é todo branco, se tudo o que é bom, positivo é branco, como é que eu vou desejar coisas negras?” (E6, 42 anos, freelancer).

Fala da importância da cor de pele no seio familiar: *“Eu própria tenho um sobrinho que agora está em 6 anos, mas que com 4 anos creio eu, não verbalizava «Eu quero ser branco.» Mas reproduzia este sentimento de que branco é melhor do que negro. É uma coisa surreal, considerando a sua família. E depois, quando questionado sobre o que é que é melhor entre ser branco ou ser negro, ele diz que é melhor ser branco. Ele não diz «Eu quero ser branco.»”* (E6, 42 anos, freelancer).

Por sua vez, a E8 (39 anos, live coach), diz que a importância é atribuída também devido à história que acompanha as pessoas negras, falando da sua autopercepção: *“Eu bato na tecla porque eu disse muitas vezes, nós não vamos mais além, não é por causa dos brancos, porque a maior parte das pessoas colocam a culpa nos brancos, mas é por nossa causa também. Eu tenho pessoas que vão dizer «Não é bem assim, OK?» É a tua opinião, respeito, mas não concordo, mas respeito”* (E8, 39 anos, live coach).

O E9 (29 anos, trabalhador de fábrica), recorda uma situação na qual se apercebeu que a cor de pele fora importante: *“Porque só toquei na mão dela e era como se tivesse passado uma doença e naquela altura não tinha coronavírus. Olhou como se eu tivesse alguma doença bastante contagiosa e que ia degradar a pele dela e foi uma sensação má porque eu dizia «Não esperava isso.» Pelo menos porque eu pedi desculpa, mas ela olhou para mim com desdém e depois viro à espera de uma resposta, e recolhe a mão dela como se tivesse passado doença. Foi uma situação ruim. Porque sabes... a primeira vez que senti que não era aceite por alguém por causa da cor”* (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica).

7.3. Situações de Prejuízo e Atitudes de Resposta

Nesta categoria apresentam-se dados respeitante a situações nas quais as(os) participantes tenham se sentido prejudicadas(os) devido a questões *raciais* e em

específico no âmbito do colorismo. Apresenta-se também informação sobre as atitudes tomadas quando se sentiram prejudicadas(os) pela discriminação ocorrida nas diferentes situações relatadas.

A E1 (36 anos, docente), conta que muitas vezes se abstinha de procurar fazer amizade porque sentia que era ignorada: *“Quando estava na residência eram todos estrangeiros, mas estavam lá portugueses. Mas como é que vais os tocar? São intocáveis. Estou a falar muito, mas não é falar assim, quer dizer, essa é a realidade”* (E1, 36 anos, docente); *“Somos iguais, porque pronto, tu também és preta, mas és preta também à tua maneira, mas falando dos graus, eu acho que tu podes ser beneficiada em relação a mim, porque que se fores alisar o cabelo, é verdade que tu não és tão branca”* (E1, 36 anos, docente).

Outras(os) participantes também relatam situações em que ficaram prejudicadas(os): *“Entrei e fui fazer as minhas compras. Depois eu estou sempre a controlar. Eu estou sempre a controlar tudo mesmo. Estou a ver o segurança negro a seguir-me”* (E2, 38 anos, técnico de AVAC); *“E começou assim, a essa foi uma das que eu me lembro que, as coisas que ela dizia até a minha irmã, a dizer que a minha irmã era burra, que não sabia as coisas. Eu raramente vou buscar à discriminação, mas aí eu acho que foi claramente o caso”* (E5, 30 anos, técnica de exercício físico); *“Ela disse-me «Eu desconfio que seja porque tu não és portuguesa, e no fundo querem um coordenador já, um líder, uma pessoa que está à frente a seguir ao diretor. E preferem, se calhar, uma pessoa que seja mesmo, pronto, de cá.»”* (E5, 30 anos, técnica de exercício físico).

Os estereótipos contribuem para a perpetuação do preconceito e conseqüente discriminação: *“Portanto, que tinha de haver um cuidado em quem se recrutava para estar no atendimento. Uma coisa é estar lá escondido, não é? Isso aí não há problema. Agora, quem dá a cara pela marca, pela empresa convém que não seja negro”* (E6, 42 anos, freelancer); *“Quando entraram os «picas», eu apresentei o cartão do passe, eles passaram, viram o passe e disseram «Bom dia. Bom dia para ti.» Toda a gente começou ali olhar tanto para mim”* (E7, 28 anos, profissional de RH); *“E a minha colega ficou assim «Ah não, não diga isso!» E ele falou assim, «Ah, não, é verdade, principalmente os pretos da Guiné e tal.» Eu fiquei em choque, claro que recorri aos meus superiores. Fiz queixa,*

não é? E disse «Olha, aconteceu isso e aquilo» (E8, 39 anos, live coach); “Ficava no meu canto. Eles vinham ter comigo para me chatear e aí eu não vou responder. Se eu responder, vou estar com nervos e pronto (...). Eu falo para o meu pai, falo para o meu tio, meus padrinhos para ver o que é que querem fazer ou se vão à escola falar com o diretor da escola” (E3, 19 anos, estudante);

A E6 (42 anos, freelancer), desabafa: *“No caso de sermos discriminados pela nossa cor, o que é que nós podemos fazer? Mas esta consciência da minha negritude, da minha africanidade, do que é que aquilo representa na minha história, dá-me segurança para reagir, para intervir de cada vez que eu me sinto atacada, violentada. Só que em algumas situações, opto por não o fazer. Depois também há outra prática que para mim é muito prevalecente, que é eu tento ser pedagógica em muitas abordagens. Porque às vezes quando me contactam, vamos imaginar que eu estou a ser confrontada com uma mensagem de ódio ou de alguém que não percebe...” (E6, 42 anos, freelancer).*

A E8 (39 anos, live coach), continua a falar sobre a afirmação cultural que procura como forma de se impor: *“Eu gosto, eu visto e saio com meu traje africano. Eu vou trabalhar de traje africano, não me interessa se gostam, não gostam, eu sinto-me bem, eu estou bem, eu levo, eu visto, eu vou porque é a minha roupa, não é só para usar no Carnaval, como as pessoas usam, é o que tens que usar todos os dias. E há pouco tempo estive nos Estados Unidos e encontrei coisas fantásticas. Eu trouxe e visto” (E8, 39 anos, live coach).*

A afirmação cultural como defesa contra a discriminação é recorrente: *“Sabem, o meu cabelo assim mesmo como ele é com os caracóis, e meio desarrumado, meio em cima que não vai para baixo sabem que eu se for a um salão, eu posso esticar e ficar com o mesmo cabelo que o vosso e ficar limpo, natural” (E4, 23 anos, atendimento ao cliente); “Cheguei lá, era elogios de tudo e de todos, só pelo facto de ter colocado aquele turbante que fez a diferença porque estava vestida toda de preto e utilizei aquilo com padrão angolano. Tem um vermelho, amarelo e o preto e fez a diferença. Mas aquela pessoa perguntou, mas várias falou assim pôr isso na cabeça. Sim, bom claro. Porque não estão habituados” (E8, 39 anos, live coach); “Graças a Deus muita coisa está a mudar porque há uns anos atrás, poucas pessoas aceitavam o seu cabelo afro” (E8, 39 anos, live coach); “Acho que é isso...*

se você tira a importância da situação, não te magoa tanto. Com isto não estou a dizer que temos que evitar sempre. Mas temos que saber o momento exato e muita das vezes fazer a leitura, se vale a pena, tem a discussão com a pessoa, mas a pessoa não vai mudar nada. Então é algo completamente desnecessário” (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica); “Quando acontece comigo, eu olho, ignoro e não dou tanta importância, porque eu sei que eu não sou isso” (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica).

Revelam que as pessoas negras muitas vezes deixam a naturalidade da sua forma de estar para poderem ficar sempre alerta e preparadas para todas as situações do dia-a-dia de modo a não serem prejudicadas pela discriminação: *“Então, acredito eu, não sei se é estratégia ou calculismo, prefiro sempre analisar as pessoas, como já te disse, a situação toda (...)” (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica).*

7.4. Noções sobre o Colorismo

Nesta categoria apresenta-se informação relativa ao colorismo. Procurou-se saber as considerações das(os) participantes sobre o colorismo. É importante nomear, definir e delimitar o fenómeno para que possa ser identificado e estudado.

A E1 (36 anos, docente), confessa que: *“Bom, eu não sei, só a própria palavra é que se calhar posso já tentar definir o que é que isso pode significar. Mas nunca ouvi falar de colorismo, nunca ouvi” (E1, 36 anos, docente); sinceramente dizem que o sampadjudo tem a cor de pele muito clara, a gente damos para brancos. Somos todos cabo-verdianos. Isso é uma estupidez, mais uma estupidez, mas até hoje isso persiste entre a nossa comunidade” (E2, 38 anos, técnico de AVAC).*

Quando questionado sobre o conhecimento do termo colorismo, o E2 (38 anos, técnico de AVAC), disse desconhecer: *“Por acaso, a última vez que eu vi essa palavra foi contigo. Vou pesquisar o que colorismo quer dizer. Já vi cor e color em inglês, etc. Mas apenas colorismo, é contigo. Quando abriste a entrevista, disseste «Vamos falar sobre colorismo...» Se eu ouvi não estou-me a lembrar. Mas já vi que tem a ver com a nossa tez de pele, etc.” (E2, 38 anos, técnico de AVAC); “Sim, Bangladesh principalmente são mais*

escuros” (E4, 23 anos, atendimento ao cliente); “Colorismo, não. Nunca ouvi falar” (E5, 30 anos, técnica de exercício físico). “Portanto, eu pensei mais ou menos, esta é uma questão racial e que raramente passava o termo colorismo na minha mente. Mas, o que vinha mais era que as pessoas não se aceitam como são e são situações que têm que ter muito diálogo, sim. Muitos complexos de inferioridade” (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica); “É mais o termo exato para falar de certas situações. Acho que é isso e, acredito eu, que por não saber o termo, por acaso quando eu vi colorismo... não me ocorre... e depois fui ler um pouco sobre o assunto, comecei a ter noção porque, como eu disse há pouco tempo, também acaba tudo por ser uma questão de discriminação racial, sim. Por não saber o termo e muitas das vezes acho que aqui em Portugal a estas situações não dão tanta importância. Não dão tanto tempo como nos outros países” (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica); “Sim, se é para fazer uma ligação com a questão de raças, mas eu nunca ouvi falar disso. E a primeira vez que, eu quando vi ali “colorismo”, eu disse «Isso aqui dá para vir falar de Robiallac, de tintas? É o quê?» Mas depois, quer dizer, primeiro vi que estava discriminação. Mas a expressão “colorismo” é, para mim, recente. Quer dizer, tu é que trouxeste. Agora estamos a falar de questões raciais e etc. Então este conceito novo de “colorismo”, nunca ouvi falar” (E7, 28 anos, profissional de RH); “«Tu estás a falar, mas olha para essa tua cor. Tu nem devias estar aqui a falar. Tu não sabes o que é ser negra.» Então existe essa deslegitimação dos dois lados que eu sinto e que obviamente de ambos os lados é violenta” (E6, 42 anos, freelancer).

A E6 (42 anos, freelancer), conta o que sabe sobre o colorismo: “Existe essa questão. Eu lembro-me de crescer e ouvir a minha mãe dizer que crianças mais escuras do que as mães crescem com preconceitos, com complexos de inferioridade. Isto era de evitar. Então existe esta coisa do avançar a raça hoje também. Não é desejável que nós escureçamos a nossa descendência. Portanto, o que se pretende é que comecemos a branquear, a torná-la cada vez mais branca e não no sentido inverso. No sentido inverso, é logo criticado. Aliás, em Angola, onde eu estive a trabalhar, existe inclusivamente uma expressão que é o bom ventre. Um bom ventre é associado às mulheres negras que conseguem conceber mesmo que não seja com o homem branco, conseguem conceber crianças mais claras, com um tom mais claro. Isso é um bom ventre. E isto vem de onde? Obviamente vem

deste passado colonial. Eu também consigo perceber a lógica que está por detrás destas violências que tem que ver com o reconhecimento de que a pele mais clara depois tem mais oportunidades, vai ter uma vida menos difícil. Existe essa consideração” (E6, 42 anos, freelancer).

Fala sobre o colorismo em diversos âmbitos: “Claro. Olha, basta tu pensares na televisão, na moda, na publicidade. Aquilo que aparece, aquilo que é visível... é muito difícil termos uma pessoa... é comparar a ascensão de uma pessoa negra mais negra com a de uma pessoa mais clara. E, por norma, são percursos muito divergentes. É muito difícil. Ou é mais difícil veres essa pessoa negra a ascender, a ocupar esse lugar, essa pessoa mais negra. Porque é um bocado esta lógica do «Ah ela até passa, nem parece.» Como nem parece, tem um lugar” (E6, 42 anos, freelancer).

Continua o seu discurso dizendo que na área da beleza e estética, sente que o colorismo está bastante vincado: “E o que eu sinto, por exemplo, na moda, é que os homens negros mais escuros foram tendo espaço. Claro que é pouquíssimo espaço... quem ouve isto até parece que houve ali uma abertura. Não. Mas quando eu vi negritude na moda em Portugal, vi a partir do homem. Tudo mesmo. Tons de pele mais escuros. Nas mulheres mais uma vez esta questão da exotização da mulher negra vem muito a partir da mulata, desta mistura, da mistura e todo este imaginário sexualizado que está hipersexualizado e que está associado, são normalmente mulheres mais claras aquelas que nós vemos na televisão” (E6, 42 anos, freelancer); “Esta questão dos cremes... aqui também acho que no espaço europeu existe uma proibição de uma série de compostos que são utilizados nesses cremes, mas que ainda assim eles chegam através da internet e coisas do género. Há uma série de possibilidades. E eu acho que, de facto, as nigerianas utilizam-nos como cremes hidratantes, como aquela coisa que nós pomos todos os dias. Isto, claro, é em perseguição de um ideal qualquer de beleza, e eu quando estava em Angola, isso também era muito relevante” (E6, 42 anos, freelancer).

E ainda se aborda a intersecção de diferentes tipos de discriminação: “Mas no caso dos homens tive uma conversa, por exemplo, com um que dizia que basta andar com o cabelo curto, não apanhar muito sol que ele passa perfeitamente por um homem branco. Pode

passar por um homem branco ou por um homem não negro. E ele disse que tinha essa consciência de que em determinados momentos da vida usou isso em seu favor porque percebeu que isso funcionava como uma vantagem e ele usou dessa vantagem, digamos assim. Ou seja, nós todos temos consciência nas nossas vivências de que mais claro ou mais escuro tem resultados diferentes. Vamos gerindo isso, não é? Vamos gerindo isso no nosso dia a dia” (E6, 42 anos, freelancer); “No contexto africano, não consigo, confesso que não consigo. Porque eu acho que, pelo menos, obviamente, tendo em conta a minha experiência, eu acho que esta vontade de embranquecer vem desta associação de branco a tudo o que é positivo e nós não vemos pessoas negras em lado nenhum que seja distintivo. A partir do momento em que eu estou numa realidade em que as pessoas negras estão em todo o lado, fazem publicidades, fazem editoriais de moda, fazem tudo e mais alguma coisa, por que carga de água é que eu vou ambicionar ser branca? É uma coisa que não me entra na cabeça” (E6, 42 anos, freelancer).

O E7 (28 anos, profissional de RH), conta ainda como se sentia quando discriminado no âmbito do colorismo: *“E às vezes, até sentia-me um bocadinho off, em baixo, porque às vezes chamavam-me de mulungo. Tipo sou mulato. E eu dizia que não, eu sou o mesmo que vocês. Já ouvi até que “Tu não devias estar aqui porque nós somos negros, e tu não.” É por causa do meu nariz, é por causa do meu cabelo, pareço uma mulher” (E7, 28 anos, profissional de RH); “Assim isso de clarear a pele tem a ver com darem mais oportunidades a pele branca do que a pele escura. Eu sei que há uns anos atrás havia mais isso. Havia um creme em que as negras usavam porque era moda, todas utilizavam para clarear o corpo, a cara principalmente, mas de uns anos para cá isso não tenho visto” (E8, 39 anos, live coach); Todas as pessoas que eu conheço e fizeram isso, depois de um tempo ficaram fartos. Só que quando a tua pele começa a voltar ao normal, tu não sabes como é que a pele vai ficar. Muitas das vezes acabas por te desconfigurar por eu não te aceitavas e as pessoas não te aceitavam. Praticamente acabas por cometer um suicídio com contra ti mesmo” (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica).*

A E8 (39 anos, live coach), também fala sobre o facto de ser *intragrupal*: *“Por incrível que pareça, não é discriminação, mas preconceito... dos nossos para connosco, eu já fui a uma discoteca em que os nossos barraram-nos a entrada, porque não? Porque sim, porque lhe*

apetece enquanto davam passagem aos brancos. Esse preconceito também existe na nossa sociedade, nossa cultura e eu já sofri esse preconceito pelo lado dos nossos, não discriminação, porque há restaurantes, bares que entras com facilidade e aí está, nós temos que saber nos impor, saber estar e na nossa postura, a nossa fisionomia também fala muito. Então eu acho que aí não, mas pelos nossos já. Também algumas situações de... enfim” (E8, 39 anos, live coach).

A imagem, o corpo e a fisionomia também são abordados: *“Olha, até o cabelo... eu sempre desfrisei o cabelo. E eu tenho um cabelo que é, digamos, mais fino, não é aquilo que se costuma dizer horrivelmente, como aquela carapinha cerrada, como se costuma dizer. É um cabelo bastante domável, e pronto, aquelas tretas todas. E eu lembro perfeitamente quando apareci com estas tranças ao pé de um conhecido meu, ele perguntou-me por que é que, eu que tenho o cabelo bom, exatamente assim, estou a meter isso? Dizem cabelo ruim, e essas coisas, duro...” (E6, 42 anos, freelancer).*

A E6 (42 anos, freelancer), prossegue o seu discurso e diz que uma pessoa negra, querendo ficar mais clara, acaba por ficar numa posição intermédia: *“Ou porque até pensando na realidade africana e depois, obviamente, estou aqui também a refletir enquanto vou falando. Pensando na realidade africana, obviamente a pessoa negra sabe que não vai ficar branca, mas que ela fica mulata e é melhor ser mulata do que ser pronto... Mais uma vez o colorismo. Existe uma ambição de não ser aquela pessoa tão escura. E a esperança de clarear um bocado, não é? Claro. Deste lugar, nós temos consciência de que a cor mais escura equivale a mais violência. Tão simples quanto isto... a menos oportunidades” (E6, 42 anos, freelancer).*

O E7 (28 anos, profissional de RH), conta que em Moçambique o colorismo está presente e contribui para a seleção de pessoas e categorização fazendo com que umas sejam privilegiadas em detrimento de outras: *“Se tu, por exemplo, aqui em Moçambique, vais em qualquer agência bancária... tu vais ver que apanhas mais mulatas, não é? Infalível, infalível. São raras. Se não for de haver no balcão, já estão lá dentro, já estavam no posto superior, já estavam como a diretora financeira, como... não sei, a gestora. Então dá para perceber que isso até hoje existe. E essa questão racial e etc., é uma coisa que já nos foi*

incurtida já desde há muito tempo, não é? E mesmo entre nós, nem precisa ir para fora da África. África negra não é aqui mesmo? Se tu vais a uma agência bancária, tu logo que entras, vais perceber que tens uma, duas, três ou quatro mulatas que estão ali e a própria gerente ou o próprio gerente, que é o mulato” (E7, 28 anos, profissional de RH).

O E9 (29 anos, trabalhador de fábrica) fala sobre o colorismo em Angola: *“Talvez... lá em Angola as pessoas têm essa tendência de as pessoas que tenham um tom mais claro... mas dos que eu conheço muitas vezes têm oportunidades, porque dão bom aspeto talvez num Banco... porque são mais clarinhos... por aí. Já lá tem muita gente que é mais clarinha, têm um tom mais claro, neste caso e são mais aceites comparando com alguém que tem um tom mais negro, o tom mais preto. Sim, tem essa discriminação” (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica); “Mesmo... que foi passado na história a que e depois isso leva muito que mesmo os negros de tom de pele branca sejam ou se sintam superiores a quem é de pele mais escura, porque isso acontece, é verdade. Mas é o que é, é tudo que veio de lá atrás. Está muito, muito enraizado e esse trabalho tem que ser feito, que é para as pessoas perceberem” (E9, 29 anos, trabalhador de fábrica).*

Capítulo VIII – Interpretação e Discussão dos Resultados

Neste capítulo do trabalho, os resultados apresentados anteriormente são interpretados e discutidos à luz do enquadramento teórico, pretendendo-se evidenciar a consecução da finalidade e dos objetivos, demonstrar as respostas a todas as perguntas iniciais e justificar todas as opções tomadas ao longo da investigação.

Em suma, a análise dos discursos permite concluir que o tom de pele tem grande impacto na vida das(os) participantes, ou seja, trata-se de uma característica física que é ainda muito valorizada e que define ou qualifica as pessoas relegando-as a situações de privilegiadas/desprivilegiadas. Tate (2016, p. 2) refere que a pele fala ou se expressa por si própria (“skin speaks”), isto é, a pele sendo o maior órgão humano é também o atributo físico com maior destaque.

Foi possível identificar e compreender o valor atribuído ao tom de pele e até mesmo as prováveis origens do preconceito tal como ilustrado no mapa conceptual: o racismo e o colonialismo. Existem diferentes formas de diferenciação e de valorização sendo valorizados os tons mais claros, isto é, os tons mais aproximados da cor branca. Inúmeras são as razões que levam a este facto e as implicações do colorismo na vida das pessoas são diversificadas e transversais a muitas áreas da vida como o emprego e a educação, por exemplo.

O colorismo encerra em si a perversidade de se constituir como preconceito/discriminação que permanece de fora para dentro e de dentro para dentro. Por outras palavras, o *branco* foi, de tal forma ao longo da história da humanidade, concebido como referência do bom, agradável, delicado, bonito, inteligente, e até higiénico, que as pessoas atualmente creem veementemente que deverão, pelo menos, ter um tom de pele mais claro mesmo não atingindo o *padrão branco* na sua totalidade. A indústria da beleza perpetua o preconceito enfatizando que o *branco* é melhor, por exemplo, mais saudável e mais limpo, como menciona Mire (2020, p. 52).

Para Tate (2016, p. 121), não devemos esquecer-nos que clarear permanentemente a pele não remove os atributos da “raça”. Assim, por mais que se saiba que é difícil

“esconder” ou “suavizar” (termo que valida a definição do *padrão branco*) determinadas características físicas, intelectuais, ou próprias do indivíduo (como por exemplo o sotaque), obter um tom de pele mais claro, é sempre entendido como uma vantagem para a inclusão ou ascensão na escala social.

Juízos sobre a cor de pele emergem de fora e também de dentro das comunidades negras, inclusivamente as que estão na diáspora (Tate, 2016, p. 40). Segundo Fanon (2008, p. 59), o ato de clarear a pele poderá também ser entendido como uma forma de defesa, conforme relata o autor ao referir-se ao testemunho do seu amigo, René Étiemble que, por sua vez, conta o caso de uma amiga negra que não se identifica como tal, pelo contrário, declara o seu ódio às pessoas negras. A alusão a este tipo de situação foi feita pela E6 (42 anos, freelancer), quando afirmou haver pessoas negras conhecidas que não se identificam como tal por terem tons de pele muito claros. Ainda de acordo com Fanon (1952, p. 14), todo o povo colonizado – ou seja, todo o povo que experienciou o “enterro” da originalidade cultural local – situa-se num frente a frente à língua da nação civilizadora, isto é, à cultura metropolitana, portanto, mais branco tornar-se-á quanto mais rejeitar a sua “escuridão”.

Tate (2016, p. 38) fala desta realidade – de o colorismo se tratar de um preconceito verificado como um “self-hate” (ódio interno, ódio de si mesmo, ou autodepreciação em tradução livre) – ou seja, pessoas do mesmo grupo sociocultural impõem a diferenciação e valorização privilegiando indivíduos de tons mais claros como mencionado inúmeras vezes pelas(os) participantes. As(Os) quais confirmaram que pessoas de ascendência africana com tons de pele mais claros são favorecidas, contudo, sofrem igualmente de racismo e por vezes do próprio colorismo por não serem consideradas negras o suficiente.

Sob outra perspetiva, Hunter (2007, p. 241) debruçando-se sobre o assunto, diz que ter a pele clara pode ser uma desvantagem na medida em que pode retirar a legitimidade de pertença a determinado grupo sociocultural. Pessoas de pele clara ou mestiças, frequentemente, sentem-se relegadas para outros grupos socioculturais, nomeadamente, para um grupo “intermédio” (Hunter, 2007, p. 241). De qualquer forma, do mesmo modo

que a construção da ideia de racismo reverso é contestada neste trabalho, a ideia de colorismo reverso também o é. Uma pessoa branca, ao procurar bronzear a pele, ou fazer um procedimento estético, não pretende igualar-se a um padrão *negro*, mas sim adquirir uma pele aparentemente saudável, ou um estilo de vida próspero, segundo as visões/critérios atuais.

Importante será referir também que nem sempre clarear a pele tem ligação ao desejo de ser-se *branco*. Poderá se tratar de uma questão de saúde, ou mesmo suprimir o excesso de melanina nalgumas partes do corpo. Segundo o estudo de Jarrín & Pussetti (2021, p. 104), o que uma mulher quer, é ser encantadora, bonita, sentir-se livre para usar estilos culturais diferentes conforme o momento e o contexto. Como explica Tate (2016, p. 6), branquear/clarear/tonificar pode ser entendido como uma escolha ou desejo de aprimoramento estético numa era pós-racial que nada tem a ver com o desejo de ser branca(o) ou com o padrão *branco*. Hunter (2007, p. 241) afirma que pode ser difícil pensar sobre a forma como o colorismo opera no dia-a-dia pois, tal como o racismo, tudo pode acontecer de forma aberta e encoberta, através de atitudes manifestas de discriminação e sinais subtis de desfavorecimento.

As vantagens económicas e sociais de ter uma pele clara são incontestáveis, segundo Hunter (2007, p. 241). A autora afirma que nas sociedades onde os recursos são divididos tendo em conta a “raça” e a cor, os benefícios são desproporcionalmente obtidos pelas pessoas de cor clara (Hunter, 2007, p. 241). Todas(os) entrevistadas(os) assumiram que, de facto, ter uma pele clara faculta o acesso a inúmeras oportunidades e vantagens especialmente no que toca à empregabilidade.

Quando o assunto envolve também os padrões de beleza estabelecidos, é fundamental abordar-se o conceito de interseccionalidade, ou seja, como explica Hunter (2007, p. 246), embora o colorismo afete homens e mulheres, as mulheres experienciam particularmente a discriminação com base no tom de pele. Este facto subsiste porque as exigências de manutenção e cuidados com a aparência física são impostos às mulheres de uma forma tirânica comparativamente aos homens. As entrevistadas deste estudo reconheceram este facto. Mire (2020, pp. 57 e 72) afirma que a dinâmica do colorismo,

racismo, idadeísmo e sexismo se cruzam possibilitando a difusão global da branquitude através da indústria de clareamento da pele. As indústrias da beleza, saúde e bem-estar criam hierarquias sociais de género, classe e “raça” tendo como padrão determinados corpos (Jarrín & Pussetti, 2021, p. 106).

A mulher negra é alvo do preconceito interno porque, ao tenta atingir um tom mais claro é julgada negativamente pelo nacionalismo negro valoriza os tons mais escuros. Clarear a pele é, então, considerado cair na supremacia branca e, conseqüentemente, trair a sua própria “raça” (Tate, 2016, p. 116). Tal como sugere Naomi Wolf (1991) cit. por Hunter (2007, p. 242), além das capacidades profissionais para uma carreira de sucesso, a beleza surge como um extra e omisso requisito para mulheres em muitas profissões mesmo quando a aparência física é irrelevante para o desempenho das funções.

No estudo de Jarrín & Pussetti (2021, p. 95), as(os) participantes quando questionadas(os) sobre beleza étnica, as escolhas recaíam exclusivamente sobre mulheres de pele branca, com lentes de contacto transparentes, extensões e cabelo loiro. Também a referência que tinham da alta classe social é uma mulher com todas as características de elegância de um modelo europeu. A distinção entre escuro e pobre, e claro e rico foi enfatizada (Jarrín & Pussetti, 2021, p. 9).

Frequentemente, profissionais de medicina utilizam expressões como “características raciais exageradas” em contraste com expressões como “clássica beleza europeia” (Jarrín & Pussetti, 2021, p. 102). Trata-se de um historial de preconceito na área da medicina que remonta ao tempo colonial e aos conceitos utilizados e aplicados desde então (Jarrín & Pussetti, 2021, p. 102). Por sua vez, Hunter (2007, pp. 238-239) fala sobre a origem do colorismo no colonialismo europeu, e em países da Ásia com história de colonialismo europeu como a Índia, por exemplo, ou o Vietname e a sua ligação aos EUA.

Invariavelmente, de acordo com Jarrín & Pussetti (2021, p. 103), o propósito de intervenções estéticas é corrigir defeitos físicos para melhorar a aparência e, por conseguinte, a autoestima e a qualidade de vida, deveríamos nos questionar primeiramente sobre o significado de defeito. A indústria da beleza e da estética apresenta um conjunto de padrões de beleza hegemónicos ligados ao padrão

“caucasiano” (Jarrín & Pussetti, 2021, p. 103). Portanto, o conceito de beleza é uma construção racializada (Jarrín & Pussetti, 2021, pp. 114-115).

Na sociedade portuguesa continuam presentes os estereótipos discriminatórios e ideologias racistas sobre a pele negra (Jarrín & Pussetti, 2021, p. 104). Em Portugal, em Lisboa, encontra-se facilmente à venda produtos para clarear a pele desde sabonete a cremes hidratantes. Cosméticos clareadores e despigmentantes são comercializados em qualquer perfumaria ou farmácia em muitos países europeus especialmente no Reino Unido, Alemanha e França devido à presença de pessoas do sul asiático, do norte e do sul do Sahara de África, respetivamente (Jarrín & Pussetti, 2021, p. 111). O privilégio da pele clara pode agora ser comprado num pote, bisnaga, injeção, comprimidos, supositórios (Tate, 2016, p. 64).

Tate (2016, p. 17) refere que durante o colonialismo inglês, no Caribe, a cor de pele castanha era considerada melhor sendo valorizadas pessoas mestiças. Em países como o Gana, clarear a pele é um processo natural assente na pigmentocracia e ser mestiço é o *ideal negro* devido à sua ligação à riqueza material, estatuto social, estética, relações de poder (Tate, 2016, p. 20).

Para muitas pessoas, intentar possuir uma pele mais clara utilizando os cosméticos de uma indústria altamente rentável, parece ser uma das poucas maneiras de “sobreviver” nas sociedades altamente racializadas (Hunter, 2007, p. 249). Muitas(os) participantes, abordando este subtema, fizeram menção aos malefícios que estes produtos causam na saúde. A autora menciona alguns ingredientes prejudiciais como o mercúrio, a hidroquinona ou corticoides (Hunter, 2007, p. 249). É um problema de saúde a nível mundial e uma prática antiga que remonta ao tempo em que na Europa, membros da realeza clareavam as suas peles (Tate, 2016, pp. 7, 12-13).

Tate (2016) fala sobre a descolonização da pele na sua obra. É, por isso, importante, reconhecer que a origem do colorismo está no racismo. A distinção de racismo para colorismo é cabalmente apresentada por Harris (2008, p. 55). Para este autor, o racismo envolve a discriminação contra pessoas com base na sua identidade racial, que, por sua vez, é tradicionalmente designada através de uma mistura complexa de autoidentificação

e de outra identificação através da aparência (incluindo a cor) e da ascendência (Harris, 2008).

O colorismo envolve a discriminação de pessoas com base na sua fisionomia, independentemente da sua identidade racial. No entanto, a hierarquia utilizada no colorismo é normalmente a mesma que rege o racismo: a pele clara é mais valorizada do que a pele escura e as características faciais e formas corporais europeias são mais valorizadas do que as características e formas corporais africanas (Harris, 2008, p. 55).

Conclusão

Este trabalho de investigação possibilitou a compreensão aprofundada sobre o colorismo e problemáticas envolventes, desde o preconceito *racial*, a conceção de beleza até ao sexismo. Os relatos das(os) participantes foram muito ricos e frutíferos permitindo a exposição de casos reais e testemunhos de situações atuais de preconceito e discriminação com base na cor e tom de pele. Também foi possível compreender como todas estas questões podem se unir numa intersecção. Do mesmo modo, descobriu-se novas formas de pensar e de agir relacionadas, sobretudo, aos padrões de beleza.

Desde o início do projeto de investigação que sempre se procurou distinguir a cor do tom de pele. Isto porque no colorismo o “tom de pele” é a designação mais adequada a ser utilizada devido à distinção das tonalidades sendo umas mais próximas do *branco* e outras mais próximas do *preto*.

O tom de pele – algo biológico e congénito (quando não adulterado artificialmente) – ainda influencia a vida das pessoas condicionado o seu acesso às oportunidades mesmo nas sociedades tidas como *pós-raciais*: indivíduos com tons de pele mais claros são privilegiados.

Em Portugal, apenas mais recentemente tem-se falado sobre o colorismo. No entanto, este facto não apaga a realidade de que sempre houve diferenciação de pessoas negras com base no tom de pele. A mim, já me disseram: “*Alguma vez a menina é preta? Então, é clarinha, bonita, educada, estudada...*”.

O colorismo é uma questão intercultural atual, presumivelmente procedente do racismo. No entanto, diferente do que acontece no racismo, o colorismo é externo e interno, ou seja, internamente, privilegia-se pessoas com tons de pele mais claros. No racismo, por norma, faz-se alusão a um conjunto de características para discriminar, sendo a cor da pele uma delas.

Futuramente, e porque não foi possível dar aqui continuidade ou relevância, será imperativo desenvolver o estudo do colorismo reverso. O que seria o colorismo reverso? Algumas *influencers* do Youtube alegam que uma pessoa clara ou mestiça, ainda que se

encontre num limbo, ou seja, sem pertença a determinado grupo sociocultural em específico, usufrui dos “benefícios” do colorismo. Nesta linha de raciocínio, a pessoa de origem africana de pele clara está impedida de dizer que sofre de colorismo (mas pode ser colorista?) assim como a pessoa branca está impedida de se sentir discriminada pelo racismo (podendo ser racista). Também ficam muitas outras questões por levantar e responder, para se entender o colorismo em diferentes grupos socioculturais.

O racismo e o colorismo são sistemas de opressão em relação a pessoas de pele escura, daí ser de extrema importância o debate contínuo. Ambos têm impactos diversificados na vida de pessoas de origem africana em Lisboa.

Por fim, para reflexão sobre o tema da autovitimização e a premissa de que “tudo é racismo”, transpõe-se um excerto da transcrição da terceira entrevista do trabalho:

“E – E achas que o tom de pele é importante?”

R – Acho que não e nem faço a mínima.

E – Para ti, não. Mas achas que para os outros ou para a sociedade aqui em Portugal, para a sociedade portuguesa, achas que é importante? Achas que faz diferença?”

R – Bom, para os outros, acho que faz diferença.

E – Achas que faz diferença, por exemplo, achas que uma pessoa que é africana, negra... vamos imaginar, que tem uma cor assim castanho-escuro. Achas que uma pessoa que tem uma cor castanho-claro, achas que são vistas de forma diferente?”

R – Não. Para mim, não.

E – E para os outros, o que é que achas? Achas que para os outros é importante? Achas que distinguem, por exemplo, uma pessoa clara de uma pessoa mais escura?”

R – Para mim não faz diferença porque eu gosto dos brancos, gosto dos pretos, eu gosto de lidar com toda a gente.

E – E para os outros? O que é que achas? Achas que na sociedade portuguesa fazem essa diferença de uma pessoa que é preta mais escura e uma pessoa que é preta mais clara?”

R – Acho que faz diferença. Como eles são brancos, querem que os outros sejam também brancos para gostarem mais deles.

E – Achas que podem valorizar uma pessoa mais clara... ela pode ser mais valorizada?”

R – Acho que não.

E – Pelo menos não devia de ser, mas achas que acontece?”

R – Acontecer pode acontecer.”

(E3, 19 anos, estudante).

Bibliografia

- Abib, P. (2011). *A mestiçagem como um processo de re-significação de identidades*. Grupo MEL. Faculdade de Educação – Universidade Federal da Bahia
- ACOSP - Associação da Comunidade de S. Tomé e Príncipe em Portugal. (2020). *Sobre*. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/acosp/about>
- ACV - Associação Caboverdeana de Lisboa. (2020). *Missão*. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/acv.associacao.caboverdeana.lisboa/about/?ref=page_internal
- AEAP - Associação de Estudantes Angolanos em Portugal. (2020). *Sobre*. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/aeaportugaloficial/about/?ref=page_internal
- AEGBL - Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Lisboa. (2020). *Sobre*. Disponível em: <https://pt-pt.facebook.com/AEGBL-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Estudantes-da-Guin%C3%A9-Bissau-em-Lisboa-1733335216892506/>
- AEMOP-NL - Associação de Estudantes Moçambicanos - Núcleo de Lisboa. (2020). *Missão*. Disponível em: https://pt-pt.facebook.com/pg/aemopnl/about/?ref=page_interna
- Afrolink. (2020). *História*. Disponível em: <https://afrolink.pt/sobre/#historia>
- Albuquerque, R. (2016). *Uma reflexão sobre o racismo*. Bäckström, B., Costa, P., Sousa, L. (org). CEMRI - Universidade Aberta (pp. 130-145)
- Albuquerque, R. (2005). *Para uma análise multidimensional da situação das mulheres*. Imigração e etnicidade: vivências e trajetórias de mulheres em Portugal. (pp. 37-49). Lisboa: SOS Racismo
- Almeida, J. (2013). Ética da investigação em ciências sociais. *Revista da Associação Portuguesa de Sociologia* (6). Disponível em: https://revista.aps.pt/pt/etica-da-investigacao-em-ciencias-sociais/#ftn1_home
- Almeida, J. & e Pinto, J. (1976). *Teoria e investigação empírica nas ciências sociais*. In A Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Presença.
- Alsina, R. (1999). Comunicación Intercultural. *Anthropos*, pp. 19-81. Barcelona
- Alto Comissariado para as Migrações (ACM). (s. d.). Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM) Lisboa. Disponível em: <https://www.acm.gov.pt/pt/-/cnai-lisboa>
- Alto Comissariado para as Migrações (ACM). (s. d.). Políticas Locais para Acolhimento e Integração de Migrantes. Disponível em: <https://www.acm.gov.pt/pt/-/politicas-locais-paraacolhimento-e-integracao-dos-imigrantes>

- Araújo, M. (2008). Racismo.pt? In T. Cunha & S. Silvestre (Eds.). *Somos diferentes, Somos Iguais. Diversidade, Cidadania e Educação*, pp. 25-49. Santa Maria da Feira: Acção para a Justiça e Paz
- Arruda, J. (2006). [Recensão a] Appadurai, A. 2004 - *Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias*. Dossier Temático (22-23). CIAS - Centro de Investigação em Antropologia e Saúde
- Azevedo, V.; Carvalho, M.; Fernandes-Costa, F.; Mesquita, S.; Soares, J.; Teixeira, F.; Maia, A. (2017). Transcrever entrevistas: questões conceituais, orientações práticas e desafios. *Revista de Enfermagem*. Vol. (4) p159-167
- Bäckström, B. (2008). *Caderno de apoio de metodologia das ciências sociais: Métodos quantitativos*. Lisboa: Universidade Aberta
- Bader, V. (2008). *Racismo, etnicidade, cidadania: Reflexões sociológicas e filosóficas*. Porto: Edições Afrontamento
- Barros, J. (2005). Igualdade, desigualdade e diferença: Em torno de três noções. Universidade Severino Sombras (USS) de Vassouras. *Análise Social*, vol. XL (175), 345-366
- Beaud, S. & Weber, F. (2007). *Guia para a pesquisa de campo – Produzir e analisar dados etnográficos*. RJ: Editora Vozes
- Bethencourt, F. (2015). *Racismos: Das cruzadas ao século XX*. Lisboa: Temas & Debates, Círculo de Leitores
- Boni, V. & Quaresma, S. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2/1 (3), pp. 68-80. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>
- Burgess, R. (1997). *A pesquisa de terreno: Uma introdução*. Oeiras: Celta Editora
- Burguete, J. (1961). Ajáguas: um povo à espera de um etnólogo. In J. Duarte (Eds.). (1961). *Revista turismo*. Lisboa: Gomes & Rodrigues
- Cabecinhas, R. (2003). Categorização e diferenciação: A percepção do estatuto social de diferentes grupos étnicos em Portugal. *Cadernos do Noroeste, Sociedade e Cultura*, 5, pp. 69-91. Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais
- Cabecinhas, R. (2010). Expressões de racismo: Mudanças e continuidades. In: Mandarin, A.C.S. & Gomberg, E. (Eds.) *Racismos: Olhares plurais*, pp. 11-43. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia
- Cabecinhas, R. & Amâncio, L. (2004). Dominação e exclusão: Representações sociais sobre minorias raciais e étnicas. *Actas do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades*

- Calado, R. (1961). Jazz – suas origens. In J. Duarte (Eds.). (1961). *Revista turismo*. Lisboa: Gomes & Rodrigues
- Cardeira, E. (2016). Preto e negro, pardo, mestiço e mulato. In J. Silvestre, E. Cardeira & A. Villalva (eds.). *Colour and colour naming: crosslinguistic approaches*. Pp. 71-87. Lisboa: CLUL- UAveiro
- Carmo, H. & Ferreira, M. (2015). *Metodologia da investigação: Guia para a auto-aprendizagem* (3ª ed). Lisboa: Universidade Aberta
- Carrara, S. et al. (2010). Disciplina 6: Metodologia de projetos de pesquisa. *Curso de especialização em gênero e sexualidade*, 6 (7). Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
- Carvalho, L. (2016). *Sebenta de apoio: Metodologias e técnicas de investigação*. Universidade Aberta
- Carvalho, P., (2014). Racismo: processos psicossociais de exclusão. In J. Jesus, P. Carvalho, R. Diogo, P. Granjo. *O que é racismo?*, pp. 37-70. Lisboa: Escolar Editora. Disponível em: ///C:/Users/bbv/Downloads/ICS_PGranjo_OQueERacismo_LAN.pdf
- Castelo, C. (1998). *O modo português de estar no mundo: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa* (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento
- Castles, S. (2005). Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: Dos trabalhadores convidados às migrações globais. Lisboa: Fim de Século
- Chimamanda, A. (2014). *Americanah*. New York: Anchor Books
- Código de Ética do Estudante da Universidade Aberta. (2013). Universidade Aberta
- Constituição da República Portuguesa. Decreto de 10 de Abril de 1976. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=4&tabela=lei
- Costa, A. (1986). A pesquisa de terreno em sociologia. In Augusto Silva & José Pinto (orgs.). *Metodologia das ciências sociais*. Biblioteca das Ciências do Homem. Sociologia, Epistemologia/6. Porto: Edições Afrontamento
- Costa, C., Rocha, G. & Acúrcio, M. (2005). *A entrevista*. Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/entrevistat2.pdf>
- Costa, P. (coord.), Magalhães, M., Teixeira, T., Teixeira, G. & Vasconcelos, B. (2009). *Estratégias para a cultura em Lisboa*. Câmara Municipal de Lisboa – Pelouro da Cultura
- Creswell, J. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative and mixed methods approaches* (4.ª ed.). Los Angeles: Sage Publications, Inc.

- Dixon, A. & Telles, E. (2017). Skin color and colorism: Global research, concepts, and measurement. *Annu. Rev. Social.*, 43, pp. 405-424. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-soc-060116-053315>
- Dlova, N. (2015). Ethnic skin and hair disorders in Kwazulu-Natal. *A study of the spectrum of ethnic skin and hair disorders, and the composition and use of skin-lightening preparations, traditional cosmetics and sunscreen* (Tese de Doutoramento, Department of Dermatology, Nelson R. Mandela School of Medicine, College of Health Science, University of Kwazulu Natal). Disponível em: http://ukzndspace.ukzn.ac.za/bitstream/handle/10413/14185/Dlova_Ncoza_Cordelia_No_xolo_2014.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Duarte, J. (Eds.). (1961). *Revista turismo*. Lisboa: Gomes & Rodrigues
- Duarte, M. (2019). Os «retornados» das ex-colónias portuguesas: representações e testemunhos. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 503-529. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/17439.pdf>
- Eco, U. (2007). *Como se faz uma tese em ciências humanas* (13.^a ed). Queluz de Baixo: EDITORIAL PRESENÇA
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. EDUFBA
- Fanon, F. (1952). *Peau noire, masques blancs*. Paris: Éditions du Seuil
- Ferreira, D. & Caminha, T. (2017). Pigmentocracia e a experiência do preterimento na homossexualidade negra. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 18 (2). Universidade Estadual do Ceará. Disponível em: <file:///C:/Users/bbv/Downloads/5796-Texto%20do%20artigo-10406-1-10-20171207.pdf>
- Fischer, I. & Marques, F. (2001). Gênero e exclusão social. *Trabalhos para discussão*, (113)
- Friedman, S. S. (2001). O “falar da fronteira”, o hibridismo e a performatividade: teoria da cultura e identidade nos espaços intersticiais da diferença. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (61), pp. 5-28
- Fróis, K. P. (2004). Globalização e cultura: a identidade no mundo de iguais. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, (62). FPOLIS
- Fundação Mário Soares. (1923). Membros do III congresso Pan-Africano, em Lisboa, maio de 1923. *Documentos Mário Pinto de Andrade*. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08030.001.019>
- Furtado, C. (2012). Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo-Verde: as marcas do silêncio. *Afro-Ásia*, (45)

- Goffman, E. (1988). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4.ª ed.). Brasil: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora
- Granja, P. (2014). (2014). Raça e racismo são coisas que se aprendem. In J. Jesus, P. Carvalho, R. Diogo, P. Granja. *O que é racismo?*, pp. 93-127. Lisboa: Escolar Editora. Disponível em: ///C:/Users/bbv/Downloads/ICS_PGranja_OQueERacismo_LAN.pdf
- Gruzinski, S. (2001). Mestiçagens, mundialização e história: alguns aspectos de reflexão e pesquisa. *Cadernos do Noroeste*, 15 (1-2), pp. 305-322, (série História 1)
- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia da acção*. O Planeamento em Ciências Sociais. Cascais: Principia
- Harris, A. (2008). *From Color Line to Color Chart: Racism and Colorism in the New Century*. Berkeley Journal of African-American Law & Policy (10), pp. 52-69
- Henriques, I. (2007). *A herança africana em Portugal*. Lisboa: CTT
- Henriques, I. (2019). *A presença africana em Portugal, uma história secular: Preconceito, integração, reconhecimento (séculos XV-XX)*. Lisboa: ACM – Alto Comissariado para as Migrações
- Henriques, I. (2019b). *Mulheres africanas em Portugal: o discurso das imagens (séculos XV-XX)*. Lisboa: ACM – Alto Comissariado para as Migrações
- Henriques, J. (2016). Retrato da desigualdade racial em Portugal. Associações elaboraram retrato das desigualdades raciais em Portugal com dados que vão da educação à habitação. *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/12/05/sociedade/noticia/-os-numeros-da-desigualdade-racial-em-portugal-1753490>
- Henriques, J. (2016b). Vinte e duas associações de afro-descendentes queixam-se de Portugal à ONU. País está a ser avaliado no Comité das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial. 22 associações criticam Estado por não as ouvir e não reconhecer necessidade de políticas específicas para estas comunidades. *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/12/05/sociedade/noticia/xxxx-associacoes-de-afrodescendentes-enviam-carta-a-onu-a-criticar-estado-1753485>
- Hollinger, D. (2005). The one drop rule & the one hate rule. *American Academy of Arts & Sciences*, 134 (1), pp. 18-28. The MIT Press
- Horta, A. (2011). As Políticas de imigração em Portugal. *Contextos e Protagonistas*. Revista Internacional em Língua Portuguesa. III Série (24) pp. 233-253
- Hunter, M. (2007). *The Persistent Problem of Colorism: Skin Tone, Status, and Inequality*. *Sociology Compass* (1/1) pp. 237–254. Department of Sociology and Anthropology, Mills College

- Jarrín, A., & Pussetti, C. (Eds.). (2021). *Remaking the Human: Cosmetic Technologies of Body Repair, Reshaping, and Replacement* (1st ed., Vol. 2). Berghahn Books
- Jesus, J., (2014). Racismo: processos psicossociais de exclusão. In J. Jesus, P. Carvalho, R. Diogo, P. Granjo. *O que é racismo?*, pp. 11-35. Lisboa: Escolar Editora. Disponível em: [///C:/Users/bbv/Downloads/ICS_PGranjo_OQueERacismo_LAN.pdf](file:///C:/Users/bbv/Downloads/ICS_PGranjo_OQueERacismo_LAN.pdf)
- Jones, T. (2000). Shades of brown: The law of skin color. *Duke Law Journal*, 49: 1487. Disponível em: https://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=faculty_scholarship
- Kerner, I. (2012). Tudo é interseccional?. *Sobre a relação entre racismo e sexismo*. Dossiê teoria crítica. Tradução de Bianca Tavolari. *Novos Estudos* (9)3
- Kuper, L. (ed.). (1975). *Race, science and society*. Paris: UNESCO Press. New York: Columbia University Press
- Machado, F. (2001). Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação intelectual? *Sociologia, Problemas e Práticas* (33), pp. 9-44
- Machado, F. (2009). Quarenta anos de imigração africana: um balanço. *Ler História*, 56, pp. 135-165. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/14227/1/Quarenta%20anos%20de%20imigra%C3%A7%C3%A3o%20africana_%20um%20balan%C3%A7o.pdf
- Marcon, F. (2012). Identidade e Estilo em Lisboa: Kuduro, juventude e imigração africana. *Cadernos de Estudos Africanos*, (24), pp. 95-116. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/706>
- Marques, J. (1995). O estilhaçar do espelho: Da raça enquanto princípio de explicação do social a uma compreensão sociológica do racismo. *Ethnologia* 3, nova série, 3-4, pp. 39-57
- Marques, J. (2001). Racismo, etnicidade e nacionalismo. Que articulação?. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (61). Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. Disponível em: <file:///C:/Users/bbv/Downloads/hdl2617.pdf>
- Martins, M., Oliveira, M. Bandeira, M. (2012). *O «Mundo Português» da exposição de 1940 em postais ilustrados: o global numa visão lusocêntrica*. Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade (CECS). Universidade do Minho.
- Matos, P. (2006). *As “Côres” do império: representações raciais no “Império Colonial Português”*. Lisboa: ICS
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da Razão Negra* (1.ª ed.). Lisboa: Editora Antígona
- Mendes, M. (2012). Raça e racismo: controvérsias e ambiguidades Race and racism: controversies. In *Vivência Revista de Antropologia*, 39, pp. 101-123. Disponível em:

file:///C:/Users/bbv/Downloads/Raca_e_racismo_controversias_e_ambiguidades_Race_a.pdf

- Meneses, M. & Gomes, C. (2013). Regressos? Os retornados na (des)colonização portuguesa. *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina. Disponível em: https://eg.uc.pt/bitstream/10316/42480/1/Regressos_Os%20retornados%20na%20des%20coloniza%C3%A7%C3%A3o%20portuguesa.pdf
- Merriam-Webster. (2020). *Defenition of colorismo*. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/colorismo>
- Mire, A. (2020). *Biomedicalization and the Promotion of Whiteness and Youth among Women*. In Routledge Research in Gender and Society. Taylor and Francis Group. London and New York
- Moreira, F. (2006). *Identidade cultural portuguesa: espaço de autonomia e diversidade*. Revista de Letras, (5)
- Nascimento, G. (2015). Os perigos dos Negros Brancos: cultura mulata, classe e beleza eugénica no pós-emancipação (EUA, 1900-1920). *Rev. Bras. Hist.*, 35 (69), pp.155-176
- Norwood, K. (2015). If you is white, you's alright... stories about colorism in America. *Washington University Global Studies Law Review*, 14, Issue 4 Global Perspectives on colorismo (Symposium Edition). Disponível em: https://openscholarship.wustl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1547&context=law_global_studies
- Novak, D. & Gowin, D. (1996). Mapas conceptuais para a aprendizagem significativa. In D. Novak & D. Gowin. (1996). *Aprender a Aprender*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas (pp. 31-55)
- Pais, J. M. (1984). Fontes documentais em sociologia da vida quotidiana. *Análise Social*, XX (83), pp. 507-519
- Peralta, E. (2019). A integração dos “retornados” na sociedade portuguesa: Identidade, desidentificação e ocultação. *Anál. Social*, 231, pp. 310-337. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n231_a04.pdf
- Pereira, R. (2006). Uma visão colonial do racismo. *Cadernos de Estudos Africanos*, 9/10. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/1228>
- Pinheiro, F. (1992). Na entrega do testemunho - 1975: acção missionária portuguesa em Moçambique. Torres Novas: Almondina
- Pires, S. (2009). *A segunda geração de imigrantes em Portugal e a diferenciação do percurso escolar: Jovens de origem cabo-verdiana versus jovens de origem hindu-indiana*. (Teses). Lisboa: ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Disponível em:

https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179891/tese_23.pdf/6f766420-80d2-4541-8f96-8f85fab18ff

Pires, R. (2003). *Migrações e integração*. Oeiras: Celta Editora

Pussetti, C. (2019). From ebony to ivory: 'cosmetic' investments in the body. *Anthropological Journal of European Cultures*, 28 (1), pp. 58-66. Berghahn Books

Pussetti, C. & Pires, I. (2020). A indústria do branqueamento em Lisboa: uma etnografia das práticas e produtos para o branqueamento da pele e seus riscos para a saúde dermatológica. *Saude soc.*, 29 (1). São Paulo

Pussetti, C. & Pires, I. (2020b). Into the white: o mercado do branqueamento da pele em Lisboa. In *Série ciências sociais em público, XII – Análise*. Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/06/21/impar/noticia/into-the-white-mercado-branqueamento-pele-lisboa-1920737>

Quivy, R. & Van Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva

Renda, A., Ribeiro, F. & Baleiro, R. (2017). *Manual de regras para trabalhos académicos em ciências sociais: Organizar, escrever e formatar*. Edições Colibri

Ribeiro, G. (2012). É pena seres mulato!: Ensaio sobre relações raciais. *Cadernos de Estudos Africanos*, 23, pp. 21-51. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1645-37942012000100002&lng=es&nrm=iso

Rodrigues, C. (2000). Estado pós-colonial e classes sociais em Cabo-Verde. Disponível em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/3488>

Rodrigues, E. (2000). *O Estado-Providência e os processos de exclusão social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Rosário, E., Santos, T. & Lima, S. (2011). *Discursos do racismo em Portugal: essencialismo e inferiorização nas trocas coloquiais sobre categorias minoritárias*. (Estudos OI; 44). Lisboa: ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Disponível em: https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/Estudo44_WEBfin.pdf/f0cf5991-f39c-45ed-aeaa-bd9ea8862898

Santos, B., Nunes, J. & Meneses, M. (2004). Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In Santos, Boaventura de Sousa (orgs.). *Semear outras soluções. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Edições Afrontamento. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/pdfs/IntrodBioPort.pdf>

- Santos, Boaventura S. (org). (2004). *Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Porto: Edições
- Santos, Boaventura S. (1993). Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social. Rev. Sociol.* S. Paulo: USP, 5 (1-2), pp. 31-52, ARTIGO (edit. 1994).
- SEF. (2023). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2022*. Fialho, M. (coord.). Lopes, S. & Machado, R. SEF/GEPP
- Serra, C. (2014). (2014). Introdução: construção social negativa do outro. In J. Jesus, P. Carvalho, R. Diogo, P. Granjo. *O que é racismo?*, pp. 7-9. Lisboa: Escolar Editora. Disponível em: ///C:/Users/bbv/Downloads/ICS_PGranjo_OQueERacismo_LAN.pdf
- Schröder, U. (2008). Comunicação Intercultural: uma desconstrução e reconstrução de um termo inflacionário. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 9 (1), 38-49
- Silva, A. (1986). A ruptura com o senso comum nas ciências sociais. In Augusto Silva & José Pinto (orgs.). *Metodologia das ciências sociais*. Biblioteca das Ciências do Homem. Sociologia, Epistemologia/6. Porto: Edições Afrontamento
- Silva, A. & Pinto, J. (orgs.). (1986). *Metodologia das ciências sociais*. Biblioteca das Ciências do Homem. Sociologia, Epistemologia/6. Porto: Edições Afrontamento
- Silva, M. (2000). Racismo e conflito interétnico. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (56), pp. 61-79
- Skolaude, M. (2016). Exotismo e sensualidade africana: raça, nação e império na 1ª exposição colonial portuguesa de 1934. In Simoni Mendes de Paula & Sílvio Marcus de Souza Correa (org.). *Nossa África: ensino e pesquisa*. São Leopoldo: Oikos
- Sousa Jr., F. (2013). O nacionalismo africano no caminho para a democracia: a transição do poder colonial para o partido único nos PALOP. CESA, ISEG. Disponível em: <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/RePEc/cav/cavwpp/wp119.pdf>
- Stephan, E. (1975). *Moçambique vítima do colonialismo*. Lisboa: Prelo
- Suplemento Museus de Portugal IV. (1992). *Jornal Público*
- Tate, S. (2016). *Skin Bleaching in Black Atlantic Zones: Shade Shifters*. University of Leeds, UK
- Taylor, Charles (org.). (1994). *Multiculturalismo: Examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget
- Teixeira, E. (1961). Fatalidade: conto (baseado na lenda do lago Dilolo). Lendas de Angola. In J. Duarte (Eds.). (1961). *Revista turismo*. Lisboa: Gomes & Rodrigues

- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In Augusto Silva & José Pinto (orgs.). *Metodologia das ciências sociais*. Biblioteca das Ciências do Homem. Sociologia, Epistemologia/6. Porto: Edições Afrontamento
- Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (2015). *Expressões do racismo em Portugal* (2.ª ed.). Lisboa: ICS
- Varela, P. & Pereira, J. (2020). As origens do movimento negro em Portugal (1911-1933): uma geração pan-africanista e antirracista. *Revista de História* 179
- Vicente, H. (2019). *Presença e perceções dos profissionais negros nos programas de informação e entretenimento na televisão portuguesa* (Tese de Mestrado, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, ISCTE, IUL)
- Vieira, R. (2011). *Educação e diversidade cultural: notas de Antropologia da Educação*. Porto: Edições Afrontamento.

Anexo I – Declaração de Consentimento Informado, Livre e
Esclarecido



Mestrado em Relações Interculturais

Ano letivo de 2020/2021

Declaração de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido

Este documento contém informação importante para a realização de entrevista no âmbito do estudo do colorismo em Portugal. Por favor, leia atentamente e assinie se anuir em participar.

Identificação da investigadora e orientadoras do estudo – Cintia Santos, Estudante do mestrado em Relações Interculturais; Professora Doutora Bárbara Bäckström e Professora Doutora Olga Magano.

Título do estudo – Colorismo: Impacto do Tom de Pele na Vida de Pessoas de Origem Africana em Lisboa.

Objetivo do estudo – identificar e compreender o valor atribuído ao tom de pele, formas de diferenciação e de valorização entre pessoas de origem africana dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Garantias à(o) participante – é garantida a confidencialidade do nome da(o) participante. É garantida a confidencialidade da gravação de imagens e voz procedentes da entrevista. A(O) participante pode, a qualquer momento, colocar dúvidas assim como desistir da entrevista sem nenhum tipo de consequência. A entrevista terá a duração máxima de 1 hora e 30 minutos.

Declaração da(o) participante – declaro que percebi, claramente, as finalidades do estudo acima descrito e nele pretendo participar sabendo que a informação prestada será tratada apenas para esse fim.

Local e data

Nome e assinatura

Anexo II – Guião de Entrevista



Mestrado em Relações Interculturais

Ano letivo de 2020/2021

Guião de Entrevista Semiestruturada

Data: _____

Entrevista N.º: _____

Breve introdução – *apresentação da investigadora e do estudo. Salvaguarda da assinatura da declaração de consentimento informado, livre e esclarecido.*

Mote – Gostava que me contasse o que sabe sobre a discriminação com base na cor da pele.

Questões

Pode descrever um pouco situações de discriminação? Com quem? Onde?

No seu caso em particular, já se sentiu discriminada(o) em função da sua cor de pele e/ou do seu tom de pele? Se sim, em que situações? Com quem?

E conhece alguém que já se sentiu discriminada(o) em função da sua cor de pele e/ou tom de pele? Se sim, em que situações? Com quem?

Por que motivos acha que essa discriminação ocorre?

Qual o significado de “cor de pele”? E de “tom de pele”? Pode dar um sinónimo?

A cor de pele é importante para si? Porquê? E o “tom de pele”? Porquê?

Alguma vez se sentiu ou ficou prejudicada(o) por causa da sua cor de pele ou do seu tom de pele?

Se sim, em que situações? Qual a sua atitude nessas situações?

O que sabe sobre o colorismo?

Notas –

Identificação e caracterização da(o) participante

Idade: _____ Género: _____ Zona de residência: _____

Habilitações literárias: _____

Profissão/ocupação: _____

Nacionalidade/origem/grupo sociocultural/ascendência (familiares): _____

Tempo de residência em Portugal (se aplicável)/cidadania portuguesa: _____

Atividades de tempos livres/locais/companhia: _____

Nota final - mensagem de agradecimento e de despedida. Apresentação de disponibilidade para futuros contactos.